



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES – FICS
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ENEDINA BENÍCIO DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA: O Processo Ensino-
Aprendizagem na Evolução Educacional e a Relevância do Ensino Público em
Manaus-AM**

**Assunção- Paraguai
2022**

ENEDINA BENÍCIO DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA: O Processo Ensino-
Aprendizagem na Evolução Educacional e a Relevância do Ensino Público em
Manaus-AM**

Tese apresentada ao Programa de Postgrado da
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales -
FICS, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências da Educação.

Prof. Dr. Marciel Costa de Oliveira

**Assunção- Paraguai
2022**

ENEDINA BENÍCIO DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA: O Processo Ensino-
Aprendizagem na Evolução Educacional e a Relevância do Ensino Público em
Manaus-AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da
Faculdade Interamericana de Ciências Sociais -
FICS, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências da Educação.

Data de Aprovação: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

**Nome com titulação
Instituição a que pertence**

**Nome com titulação
Instituição a que pertence**

**Nome com titulação
Instituição a que pertence**

Dedico este estudo a todos aqueles que direto e indiretamente contribuíram para que chegássemos até esse estágio. Gratidão a Deus por ser minha força e minha fortaleza, sem sua presença em minha vida não iria tão longe. A meus familiares, amigos, colegas de sala e de trabalho, recebam minha sincera dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus é sinônimo de reconhecimento da força da criação e da presença fortalecendo a caminhada, sem tua presença, oh! Pai, jamais sairíamos vencedores.

Agradeço a todos que direta e indiretamente colaboraram para a obtenção deste título e a formação que decorre de sua realização, pois a caminhada não foi fácil, mas cheguei até aqui para honra e glória do Senhor. Sei que esse trabalho é produto de muito esforço, de muitas mãos que ampararam quando tendia a queda.

Consciente da Importância deste curso para a minha vida profissional e pessoal e o quanto esta aprendizagem me será útil. Considero válido todo e qualquer gesto de incentivo e até aqueles que tenderam a me por para baixo, sem querer me impulsionaram a seguir.

A minha família que sempre acredita em mim e sabe que sou capaz de encarar os desafios, nem que para isso eu precise me afastar um pouco deles. Peço desculpas pelas ausências, pela desassistência, mas reafirmo que foi necessário para aqui chegar.

Por fim, aos meus mestres, obrigada por desprenderem um pouco de seu tempo para me instruir, ao meu orientador pela paciência e confiança depositada, hoje sou mais capacitada e isso graças aos vossos esforços.

Que Deus conceda a graça a todos e que os sonhos idealizados se tornem realidades, como esse que se consagra aqui.

“Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem, primeiramente, refletir sobre o próprio homem e, que não haveria educação se o homem fosse um ser acabado, se não estivesse mais em constante busca no sentido da construção do seu conhecimento.”

Paulo Freire
In Educação e Mudança Editora
Paz e Terra – 23ª Edição 1999

RESUMO

O ser humano aprende a lidar com os desafios desde sua concepção no ventre materno, de todas as coisas que geram curiosidade a geração da vida, ainda que universal é um evento fenomenológico. O intuitivo dessa insurgência que rompe paradigmas e se edifica pela percepção de múltiplos sentidos. A aprendizagem ocorre, primeiramente de forma inconsciente, e no decorrer do tempo passa a relacionar consciência, moldando o ser a sua identidade. Muito desse aprendizado é absorvido no lar, no convívio em família, o que é provado cientificamente, que a presença da família na extensão escolar é de extrema importância. Como o passar do tempo, com o advento da digitalização dos sistemas, muitas famílias se desestruturam e esse rompimento afetou, também, a aprendizagem de muitas crianças e jovens. Pode um estudante, que desamparado de sua família, cumula baixos rendimentos na educação, mudar seu comportamento se houver acompanhamento e apoio familiar? Desmistificar esse questionamento, dentre outros, é oportunizar condições de acesso, de apoio e construção. O objetivo deste estudo é averiguar a critério de informação dos direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola, favorecendo o processo ensino aprendizagem em alunos do ensino fundamental em escola pública municipal em Manaus -AM no ano letivo de 2023. Como ações específicas, pressupõe-se que se deve pesquisar e contextualizar os direitos, deveres e sanções, trazendo para o ciclo educacional os familiares para participarem de maneira voluntária, orientando, criando mecanismos e analisando os resultados para tratamento científico e tecnológico. A pesquisa tem relevância por envolver diferentes elos da sociedade escolar, e os interrelaciona para que o produto seja adaptado para o serviço. A metodologia consiste em pesquisa exploratória-descritiva, fazendo refletir os papéis da escola, família e dos estudantes no processo ensino aprendizagem. Tem enfoque qualiquantitativo, uma vez que se preocupa em correlacionar os fatores que causam o distanciamento familiar da escola e como a Lei vem se desenvolvendo, dentro de um processo histórico para adequar as variações a um perfil de crescimento e modificação de cenários problemáticos e viciados. Como resultado se obtém uma visão integrada da escola e de seus desafios, permitindo indicar pontos norteadores para a elucidação de problemas oriundos da ausência familiar.

Palavras-chave: Família; Acompanhamento; Leis educacionais; dificuldade de aprendizagem.

RESUMEN

El ser humano aprende a lidiar con los desafíos desde su concepción en el vientre materno, de todas las cosas que generan curiosidad la generación de vida, incluso si universal es un evento fenomenológico. La intuición de esta insurgencia que rompe paradigmas y se construye por la percepción de múltiples sentidos. El aprendizaje ocurre, primero inconscientemente, y con el tiempo comienza a relacionar la conciencia, dando forma al ser su identidad. Gran parte de este aprendizaje se absorbe en el hogar, en la vida familiar, que está científicamente comprobada, que la presencia de la familia en la extensión escolar es extremadamente importante. Con el paso del tiempo, con el advenimiento de la digitalización de los sistemas, muchas familias se desestructuran y esta disrupción también afectó el aprendizaje de muchos niños y jóvenes. ¿Puede un estudiante, que se separó de su familia, acumular bajos ingresos en la educación, cambiar su comportamiento si hay seguimiento y apoyo familiar? Desmitificar este cuestionamiento, entre otros, es proporcionar condiciones para el acceso, el apoyo y la construcción. El objetivo de este estudio es investigar el criterio de información de los derechos, deberes y sanciones previstos en la ley para la activación de la participación efectiva de la familia en la escuela, favoreciendo el proceso de enseñanza aprendizaje en estudiantes de primaria en la escuela pública municipal de Manaus -AM en el año escolar 2023. Como acciones específicas, se asume que se deben investigar y contextualizar los derechos, deberes y sanciones, llevando al ciclo educativo a los miembros de la familia a participar voluntariamente, orientando, creando mecanismos y analizando los resultados para el tratamiento científico y tecnológico. La investigación tiene relevancia porque involucra diferentes vínculos de la sociedad escolar, y los interrelaciona para que el producto se adapte al servicio. La metodología consiste en una investigación exploratoria-descriptiva, que refleja los roles de la escuela, la familia y los estudiantes en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Tiene un enfoque cualitativo, ya que se ocupa de correlacionar los factores que causan el distanciamiento familiar de la escuela y cómo se ha ido desarrollando la Ley, dentro de un proceso histórico para adaptar las variaciones a un perfil de crecimiento y modificación de escenarios problemáticos y adictos. Como resultado, se obtiene una visión integrada de la escuela y sus desafíos, lo que permite indicar puntos para dilucidar los problemas derivados de la ausencia familiar.

Palabras clave: Family; Follow-up; Educational laws; learning disabilities.

ABSTRACT

The human being learns to deal with the challenges from his conception in the mother's womb, of all the things that generate curiosity the generation of life, even if universal is a phenomenological event. The intuitive of this insurgency that breaks paradigms and is built by the perception of multiple senses. Learning occurs, first unconsciously, and over time it begins to relate consciousness, shaping being its identity. Much of this learning is absorbed in the home, in family life, which is scientifically proven, that the presence of the family in the school extension is extremely important. As time goes by, with the advent of the digitization of systems, many families are disstructured and this disruption also affected the learning of many children and young people. Can a student, who beeded from his family, accumulates low incomes in education, change his behavior if there is follow-up and family support? Demystifying this questioning, among others, is to provide conditions for access, support and construction. The objective of this study is to investigate the criterion of information of the rights, duties and sanctions provided for in the law for the activation of effective participation of the family in school, favoring the teaching process learning in elementary school students in municipal public school in Manaus -AM in the school year 2023. As specific actions, it is assumed that one should research and contextualize the rights, duties and sanctions, bringing to the educational cycle the family members to participate voluntarily, guiding, creating mechanisms and analyzing the results for scientific and technological treatment. The research has relevance because it involves different links of the school society, and interrelates them so that the product is adapted to the service. The methodology consists of exploratory-descriptive research, reflecting the roles of the school, family and students in the teaching learning process. It has a qualitative focus, since it is concerned with correlating the factors that cause family distancing from the school and how the Law has been developing, within a historical process to adapt the variations to a growth profile and modification of problematic and addicted scenarios. As a result, an integrated view of the school and its challenges is obtained, allowing to indicate points for elucidating problems arising from family absence.

Keywords: Family; Follow-up; Educational laws; learning disabilities.

LISTA DE SIGLAS

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

TIC's – Tecnologias da informação e comunicação.

NTCS – Novas tecnologias da informação e comunicação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Domínios Tecnológicos na educação.....	103
Gráfico 2 - Uso das tecnologias pela visão dos pais.....	104
Gráfico 3 - Direitos para a participação da família na escola.....	105
Gráfico 4 - Os Direitos, Deveres e Sanções Jurídicas pela percepção dos pais.....	106
Gráfico 5- A participação da família na vida escolar- Visão professores.....	108
Gráfico 6- A participação da família na vida escolar-Visão pais de alunos.....	109
Gráfico 7- A participação da família na aprendizagem.....	110
Gráfico 8- Organização do espaço escolar para atender aos pais	111
Gráfico 9- A família no cotidiano da escola pela visão dos pais	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fachada da Municipal Anthistenes de Oliveira Pinto.....	91
Figura 2- A Localização da Escola Jacira Caboclo dentro de Manaus	92
Figura 3- Taxas de rendimento por etapa escolar da E. Anthistenes de O. Pinto.....	98
Figura 4 - Evolução do IDEB da Escola Anthistenes de Oliveira Pinto.....	99
Figura 5 - Evolução do Saeb da Escola Anthistenes de Oliveira Pinto.....	100
Figura 6 - Evolução de Fluxo da Escola Anthistenes de Oliveira Pinto.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A participação da família na escola -.....	113
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo da Pesquisa quantitativa e qualitativa.....93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	22
2.1 EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM SEU PROCESSO HISTÓRICO.....	22
2.1.1 A Educação no Período Colonial (1500-1822)	22
2.1.2 Educação no Período Jesuítico (1549- 1759) – Concepções	24
2.1.3 Desdobramento no Período Pombalino (1760- 1808)	27
2.1.4 A educação no Brasil Império (1822- 1889).....	30
2.1.5 A descentralização da educação: O Ato Adicional de 1834.....	32
2.1.6 A educação no Brasil República (1889- 2014).....	35
2.1.7 A Educação no Brasil e o nível secundário, consistente ao atual ensino médio.....	38
2.1.8 As Reformas Educacionais na Primeira República e os desafios.....	39
2.1.9 A Educação na Era de Getúlio Vargas (1930- 1945)	41
2.1.10 Na Ditadura Militar (1964 - 1985) e Nova República (1985 - 2014) a educação segue seu desenvolvimento.....	44
2.1.11 A educação no cenário das mudanças e a ação dos pioneiros nessa nova corrente.....	47
2.1.12 A Redemocratização (1946 a 1964) contexto histórico.....	52
2.1.13 A LDB de 1961, considerações gerais.....	53
2.1.14 Ditadura Militar (1964 A 1985) - os caminhos e descaminhos.....	54
2.1.15 A Nova República (1985-2014) - o Reencontro com os caminhos.....	58
2.1.16 A Nova República- Mudanças adaptações Educacionais	59
2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS ADAPTABILIDADES.....	62
2.2.1 A Educação, sua construção e delineamentos.....	63
2.2.2 A Constituição Federal de 1988- os novos aportes.....	69
2.2.3 Situação da Família na Constituição Federal 1988	72
2.2.4 A Família na educação e os reflexos socioambientais.....	76
2.2.5 O processo Ensino Aprendizagem na instrumentação da vida	79
2.2.6 Onde está o amparo legal para a criança na escola?.....	82
2.2.7 A evasão escolar como problemática persistente	84
2.2.8 Evasão e as realidades em nível Brasil	85
2.2.9 Os principais motivos da evasão.....	87

3. METODOLOGIA.....	90
3.1 Tipo De Pesquisa	94
3.2 População E Amostra	95
3.3 Instrumentos e Técnica de Coleta de Dados.....	95
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	97
4.1 Direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola.....	105
4.2. Os familiares e a participação em ações educativas, os direitos e deveres e sanções jurídicas prevista no ordenamento jurídico brasileiro.....	108
4.3 Participação da família no cotidiano educacional na formação dos alunos	110
5. CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXOS.....	125
APÊNDICE.....	126

1. INTRODUÇÃO

A educação como propulsora de mudanças construtivas na sociedade, tem na sua essência problemas que se sobrepõem à medida que se vivencia as realidades de dificuldades que se somam dentro do ambiente de aprendizagem. Dentre os problemas que mais tem afetado o processo de ensino e aprendizagem, um dos que merecem ser abordado de forma mais abrangente, por se tratar da qualidade do ensino e abandono escolar, o qual referem – se aos direitos e deveres da participação das famílias no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

A participação da família no processo de ensino aprendizagem necessária. Para que se tenha um desempenho promissor, se faz necessário o conhecimento dos direitos e deveres e sanções atribuídas aos familiares que não cumprem com suas obrigações.

De acordo com Brasil (1988), os direitos fundamentais presentes na Constituição Federal-CF de 1988, destacam-se que a educação é um direito fundamental e social, e é garantido pelo Estado. Mas, existe uma preocupação da atual sociedade sobre a qualidade do ensino.

As expressões tem ganhado campo e as discussões passam a moldar a sociedade com um discurso voltado a validação de direitos e de favorecimento de uma educação libertadora e voltada a valorização do conhecimento.

O estatuto da criança e do adolescente – ECA foi criado pela Lei n. 8.069, de 13/07/1990, é o amparo legal à criança, ao adolescente e ao idoso em toda sua amplitude. Sua doutrina predominante é a da proteção integral, ou seja, o fornecimento de toda a assistência necessária ao pleno desenvolvimento da personalidade.

A família, por sua vez, tem seu papel primordial na vivência escolar e se efetiva na parceria com a escola na construção da afetividade e na aprendizagem. Além dos vínculos que são construídos diariamente por meio de diálogos que conduzem as crianças e os adolescentes por caminhos sadios de socialização e as relações interpessoais.

Segundo Camporezi (2014), a escola tem o papel de unificar e vincular todos os conhecimentos adquiridos, propiciando um ambiente com espaços educativos sadios que possam favorecer o desenvolvimento da aprendizagem.

A educação, por sua consistência, promove o fortalecimento da democracia e

a cidadania, onde os adultos mais escolarizados são os mais engajados as questões sociais e cumprimento de seus deveres cívicos, assim como ajuda a compreender o mundo da qual está inserido.

Miranda (2016), cita como, exemplo, tudo que se pode fazer por si ou para qualquer indivíduo se torna realidade a partir do conhecimento que permite observar tudo que ocorre em volta e atuar de maneira significativa qualquer contexto em que vivesse.

O fato é que a educação precisa de suporte para atuar numa forma de alicerce para a formulação da vida escolar dos alunos, que estão ávidos de conhecimento e desafiados a se encontrarem com um sentido da vida e a escola, por sua exigência ao confinamento pode se tornar indesejável.

Ribeiro (2016), aponta que a relação família e escola se divergem em pensamentos sobre a educação, mas se unem para a socialização e na busca pela construção do conhecimento da melhor maneira possível.

A flexibilização traz benefícios ao aprendizado de forma integrada, reformulando e completando as ações que foram falhas em ambos. Com ações unificadas onde cada qual transfere valores e amplia o conhecimento científico.

O momento é grande influenciador na aprendizagem e desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo que o papel da educação deve ser o de formar cidadãos em sua totalidade e fornecer subsídios para que eles construam conhecimentos necessários para o exercício da cidadania, assim como também garantir seus direitos e cumprir seus deveres.

Um meio em garantir uma educação de qualidade é garantir o conhecimento dos direitos sociais, o que inclui a implementação do Direito Constitucional atribuída nos estudos na educação básica.

É seguir o que mirada (2016), preconiza como a família também é parte da educação de todos, pois estão inseridos no cotidiano de modo direto e são considerados exemplos a serem seguidos.

O que molda a propositura familiar é a capacidade de instrução, a criança se encontra num domínio que ao descobrir o externo aquele domínio pode representar um aconchego ou pelo contrário uma amarra e cada indivíduo reage diferente a seus medos e contradições.

De acordo com Barela (2018), na busca de uma educação de qualidade é importante entender o grau de qualidade que cada cidadão busca, visto que cada um

tem um modo de ver as coisas como elas são.

Alguns acreditam que faltam mais quadros, mais escolas e hospitais e outros já defendem que precisamos de mais investidores, mais projetos econômicos, e o autor destaca que aprimore o importante seria uma nova atitude, em busca de melhorar condição para educação.

A aprendizagem é fruto da história de cada indivíduo e das relações que ele detém como conhecimento ao longo da vida, este processo não depende somente do indivíduo ele é um processo que envolve e precisa de várias outras pessoas e experiências adquiridas com o tempo, com a família, amigos e outros.

Nessa lista, se pode incluir também as situações como as que acontecem no âmbito escolar, com o professor, funcionários, livros e colegas de classe.

Essa discussão chama Vygotsky (1998), apontando que a aprendizagem da criança começa muito antes da que ocorre na escola e que nunca parte do marco zero.

Na escola ela ocorre com o estabelecimento de relações que se alinham com os conhecimentos adquiridos anteriormente pela criança, o que aguça seu instinto de investigação, se isso acontece a escola está dando certo.

Piaget (1979), destaca que a educação é colocada como uma apropriação, reconstrução do conhecimento do outro partir do saber pessoal, com interações entre o pensamento e o meio cultural que necessita ser compreendido.

A educação é uma ferramenta indispensável na vida humana, pois está ligada diretamente com o comportamento do homem dentro da sociedade. Faz parte de um processo contínuo sendo adquirida por duas maneiras, a formal dentro dos recintos educacionais e a informal, dentro das experiências adquiridas e transmitidas no seio familiar.

A aprendizagem é um processo importante, faz parte das interações e socializações que parte da criança durante seu caminho em busca da construção do saber, ela se apropria ativamente do conteúdo produto das experiências humanas e daquilo que seu grupo social domina.

Segundo Junqueira (2016), para a criança aprender, acaba interagindo com os seres humanos em especial como os adultos e com as outras crianças mais experientes.

Isso formula ideias, trabalha o cognitivo e auxilia na absorção de informações aptas, que são utilizadas no momento de necessidade de impacto do meio onde vive como o exterior.

A Falta de participação dos pais nas atividades escolares interfere no processo de ensino aprendizagem, e a escola sendo uma instituição em que todos creem que tem o poder de transformar vidas.

É nela que o ser humano supera suas dificuldades, desenvolvem as suas habilidades e competências desde as mais simples as mais complexas. É preciso haver acompanhamentos por parte de alguns profissionais, especialmente da família e professores.

Não é a escola que deve se responsabilizar por todos os ensinamentos na vida dos alunos, as famílias também devem tomar para si a responsabilidade, pois cabe a eles a tarefa de ensinar, educar as regras e o convívio familiar e social.

Segundo Brasil (1988), no Artigo 227, da CF que diz “é dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, e à alimentação, à educação ao lazer, profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, e liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de coloca-los salvos de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade exploração.

No Brasil se destacar as diferenças e desigualdades entre as regiões as dificuldades caracteriza-se pela falta de infraestruturas escolar e familiar. Vários são os motivos alegados pelos familiares tais como trabalho, falta de conhecimento na área de estudo a falta de paciência entre outros. Isto remete a deficiência encontrada no processo de ensino aprendizagem.

São muitos resultados negativos em relação ao ensino e aprendizagem, como exemplos, as crianças que são inseridas na alfabetização e passam para outros níveis como fundamental, médios e chegam até a faculdade sem ter habilidades de ler e escrever.

Esses fatores são resultados direto do que acontece na estrutura educacional brasileira, muitas vezes está relacionada a questões sociais, econômicas e familiares, caracterizando-se a desistência dos alunos e a continuidade da sua vida acadêmica.

Como hipótese mais aceita é que a falta de informação sobre os direitos, deveres e sanções das famílias interferem no processo de ensino-aprendizagem? Muitos dos problemas que se complexam e se estendem na sociedade é em função da falta de informação ou negligência do mesmo.

Como objetivo geral deste estudo é averiguar a critério de informação dos direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva

da família na escola, favorecendo o processo ensino aprendizagem em alunos do ensino fundamental em escola pública municipal em Manaus -AM no ano letivo de 2023. E específicos, pesquisar e contextualizar sobre os direitos e deveres e sanções jurídicas prevista no ordenamento jurídico brasileiro; convocar os familiares de alunos do ensino fundamental para a participação das palestras informativas sobre os direitos e deveres e sanções jurídicas prevista no ordenamento jurídico brasileiro; Orientando sobre a importância da participação das famílias no processo ensino aprendizagem; criando mecanismos objetivando trabalhar a participação da família no cotidiano educacional na formação dos alunos, assim como analisar os resultados obtidos e posteriormente publicar em revista científica.

Envolver a família na comunidade escolar é primordial, Makarenko (1938), incompleto, o Livro dos Pais, o objetivo era mostrar a importância da participação da família na escola e como educar as crianças em tempos difíceis.

Alguns estudantes moravam nas escolas dirigidas por ele. O educador ucraniano fazia questão da presença dos pais, que eram estimulados a participar de atividades culturais e recreativas.

A escola tinha o papel de orientar a família, que deveria encará-la como educar uma pessoa forte, madura e inteligente.

De acordo Makarenko (2010), não se pode afirmar que a família educa como deve ser nem tampouco podemos dizer que a família pode educar como quiser. Devemos estruturar uma educação familiar que tenha a escola como princípio organizacional e como representante da educação estatal. A escola deve orientar a família.

A escola e a família mudaram no decorrer dos últimos anos. A maioria das reclamações dos profissionais da educação segundo Makarenko (2010), é que “os pais não educam, portanto, se faz necessário o conhecimento dos deveres, direitos e sanções para que eles se tornem aptos a assumir seu papel como coparticipantes na formação novos cidadãos”.

No Brasil a cada dia vem aumentando o nível de evasão, isto proporciona um gasto significativo ao País. Parte desta evasão vem muitas vezes por desconhecimentos da lei pelas famílias, que negligencia os fatos.

Neste estudo, a metodologia aplicada consiste em pesquisa exploratória-descritiva, trazendo as reflexões e o contexto evolutivo da educação no cenário brasileiro, onde a escola, a família e os estudantes são importantes instrumentos no

processo ensino aprendizagem.

O enfoque é qualiquantitativo, visto que, visa correlacionar os fatores que causam o distanciamento familiar da escola, discutindo as diferentes configurações a que o estado passou para se firmar precursor de mudanças. Outra vertente é buscar compreender como a Lei vem se desenvolvendo, dentro de um processo histórico para adequar as variações a um perfil de crescimento e modificação de cenários problemáticos e viciados.

A Escolha do tema tem a ver com a necessidade encontrada pelo professor diante da condução de diferentes rotinas, onde o ensino tem certos momentos que exige mais do aluno e o desconforto e insegurança podem ser sentidos por falta de maturidade dentro das atividades escolares.

A participação da família é de extrema importância para o desenvolvimento da criança e se faz necessário a participação da família no processo de ensino aprendizagem. O conhecimento das obrigatoriedades pode até não surtir efeito devido a não aplicação efetiva de responsabilidades quando o sinistro acontece.

A criança deve permanecer na escola e ter o amparo legal do estado e da família que devem ser os maiores encorajadores para o engajamento e desenvolvimento educacional e social.

Este estudo consiste está organizado em seis capítulos, sendo: em Cap. 1 a introdução, em Cap. 2, Contexto histórico da educação no Brasil, em Cap. 3, as concepções teóricas sobre a educação e a evolução da legislação do ensino, Em Cap. 4, a metodologia utilizada no estudo, em Cap. 5, os resultados e discussão e no Cap. 6, as considerações finais e as referências.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo o destaque foi para a construção da educação no Brasil de maneira a identificar as suas diferentes configurações e aplicações, uma visão da importância da constituição histórica do sistema de ensino, e a conciliação de fatores que favorecem a escola para todos. Esse Capítulo é dividido em duas seções, na primeira que retrata o contexto histórico e faz um retrospecto no percurso civilizador da educação brasileira e na segunda seção dialoga sobre a legislação educacional.

2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM SEU PROCESSO HISTÓRICO

Neste capítulo, se faz um percurso na construção histórica da educação brasileira, fazendo uma observação dos diferentes tipos de governos, nas variações a que a educação passou dentro do período militar e da nova república.

2.1.1 A Educação no Período Colonial (1500-1822)

O contexto da história leva ao advento da construção da colonização do Brasil, onde o descobrimento ocorreu na conjuntura das grandes navegações marítimas, no ápice em que Portugal estava em busca de novas terras e novas rotas comerciais.

O interesse lusitano pelo lucrativo comércio oriental e, também, as terras recém-descobertas no “Novo Mundo” que não ofereciam lucros contínuos. Nos primeiros anos subsequentes à chegada ao Brasil, os portugueses não demonstraram interesse por sua ocupação, uma vez que vislumbrava como certo o rico comércio com as Índias era bastante lucrativo.

Segundo Ramos (2015), no período de 1500-1530, conhecido como pré-colonial,

“não há uma presença ostensiva portuguesa, limitando-se ao extrativismo do pau-brasil; a presença mais ostensiva ocorria por conta das expedições de reconhecimento, demarcatórias ou guarda costa- o contrabando do pau-brasil foi intenso por todo século XVI, com presença constante de outros povos, navegando sob as ordens de seus reinos ou não buscavam riquezas infundas. Fato que obrigou o Estado português, a organizar a colonização Brasil.” (RAMOS, 2015, p.

Os portugueses concluíram que as novas terras não ofereciam lucros inteligíveis e imediatos e que o recurso obtido com a exploração do pau-brasil era relativamente menor do que os lucros com o comércio de produtos africanos e

asiáticos.

Del Priore (2022), cita que as terras do Novo Mundo não apresentaram de imediato, riquezas ao reino português- não foram encontrados metais preciosos nem oferta eficiente de produtos exóticos (especiarias) para o comércio.

Enquanto isto nas Índias, o comércio fervilhava com as especiarias, garantindo altos lucros, direcionando boa parte dos esforços da burguesia e do estado português, deixando praticamente abandonadas as terras brasileiras

A partir de 1530, Portugal temendo perder as terras brasileiras para outros povos europeus, já que as expedições guarda-costas não conseguiam impedir o contrabando do pau-brasil, resolve colonizar o Brasil por meio do sistema de capitanias hereditárias.

As capitanias hereditárias enfrentam dificuldades e fracassam, principalmente pela falta de recursos financeiros, uma vez que, a coroa portuguesa não deu muito apoio aos donatários, cabendo a cada um investir nas terras doadas e acabar com a resistência indígena, diante da tentativa de escravizá-los e da invasão de suas terras.

Lima (2009), relata que o sistema de capitanias hereditárias fracassou principalmente pela resistência indígena e pela escassez de recursos.

O governo português cria então, o governo-geral com a finalidade de apoiar as Capitanias hereditárias que estavam passando por sérias dificuldades e não haviam alcançado os objetivos desejados. A nova forma de governo exerceria as funções militares, administrativas, judiciárias e eclesiásticas. Ribeiro (2007) afirma que:

Diante das dificuldades encontradas com o regime de capitanias hereditárias, é criado o Governo Geral. Este é o primeiro representante do poder público na colônia, que tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as capitanias, a fim de que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal. (RIBEIRO, 2007, p.17).

O primeiro governador geral Tomé de Souza chega ao Brasil juntamente com os jesuítas que vieram com a missão de catequizar os índios.

Segundo Aranha (1996), “A economia colonial se expande em torno do engenho do açúcar e o grande proprietário de terras recorre ao trabalho escravo, inicialmente dos índios, e depois, dos negros africanos”. No século XVIII entra em crise na Europa o Antigo Regime, e Portugal que padece de uma crise estrutural, recorre à Inglaterra em busca de apoio financeiro e em troca, concede ao Estado inglês ricos acordos comerciais.

Lima (2009), cita que “Portugal, centro do mundo quando da expansão marítima, estava à falência após três séculos de má administração, corrupção e guerras”.

2.1.2 Educação no Período Jesuítico (1549- 1759) – Concepções

No Brasil o processo de escolarização oficial inicia-se em 1549. As primeiras escolas são criadas com a chegada da ordem religiosa conhecida como Companhia de Jesus.

Propósito estabelecido pelos padres jesuítas para as terras recém-tomadas pela Coroa Portuguesa era a catequese dos indígenas. Sobre o modo de atuação da Companhia de Jesus, chama-se a atenção para sua distinção das demais ordens religiosas, uma vez que os jesuítas “vivem no século, no mundo; e a Companhia tem caráter sumamente empreendedor e combativo.

Sua mesma designação de Companhia já indica o caráter de milícia, assim como a sua organização baseada na disciplina e espírito de obediência, tudo para maior glória de Deus.” (LUZURIAGA, 1969, p. 118-119).

Os jesuítas se dedicaram a propagação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios ao catolicismo se não soubessem ler e escrever. Com a missão de catequização dos índios os jesuítas criaram as Missões, elas foram utilizadas para a aculturação e exploração do trabalho indígena.

Segundo Jesus (2009), o objetivo da atuação jesuítica junto aos índios no Brasil foi a de convertê-los. Transformar os gentios selvagens em cristãos, ou reduzi-los ao cristianismo, representava inseri-los na cultura ocidental, torná-los praticantes da religião que era advogada como única verdadeira, era civilizá-los com rei e lei, era fazê-los, enfim, súditos portugueses, sujeitos às regras temporárias e espirituais que isso representava, e, do ponto de vista jesuítico, fazer cristãos era propiciar-lhes a possibilidade da felicidade eterna por meio da salvação de suas almas. Converter significa tudo isso.

Os jesuítas enfrentaram vários desafios com a implantação de um sistema educacional no Brasil, teriam que lidar com um povo de língua e cultura diferente, com os interesses da coroa portuguesa, com os interesses dos fazendeiros e com seus próprios interesses, teriam que convencer os gentios que seus costumes e crenças

estavam errados e convertê-los ao catolicismo. Precisavam de meios eficazes para ensiná-los a ler e escrever.

Colaborando com essa ideia Sangenis (2004), ressalta que os jesuítas contribuíram significativamente com a educação no período colonial, apresentaram um projeto de ensino uniforme e organizado com metodologias de ensino eficientes e eficazes.

Relata também que a metodologia utilizada pelos religiosos durante o desenvolvimento do projeto educacional no Brasil dava ênfase a um estudo livresco, teórico, distante da realidade e das necessidades da população colonial. Porém a maior crítica que se pode fazer a ação dos jesuítas foi a defesa de um projeto de transformação social, uma vez que, se propôs a mudar a cultura dos nativos.

A ação educativa dos jesuítas encontrou sérios obstáculos por parte dos colonos, temerosos de perderem o controle sobre a mão de obra escrava indígena.

Nesse sentido Paiva (2011), afirma que:

“Os jesuítas por serem os representantes dos valores da cultura, são perseguidos pelos fazendeiros quando os interesses são perturbados.” “Os missionários não concordavam com a forma que os fazendeiros tratavam os gentios, colocando-os para realizarem todo tipo de atividades, acusando-os de serem cruéis e de influenciarem negativamente os índios com comportamentos inadequados.” (PAIVA, 2011, p.53),

Cantos (2009) relata que a primeira preocupação dos jesuítas é com o batismo dos gentios em seguida iniciava o processo de catequese, onde os índios aprenderiam a doutrina católica, além da leitura e da escrita.

Eles foram obrigados a abandonar suas crenças e costumes, por serem considerados errados pelos jesuítas. A catequese significava uma mudança cultural, religiosa e política.

Além da catequese dos gentios os jesuítas assumiram a função de formar a elite da sociedade brasileira, até então incipiente, e que demandava instituições para a formação cultural dos seus herdeiros.

Paiva (2007), diz que os colégios são criados e direcionados, sobretudo para os filhos dos portugueses e da elite brasileira, ou seja, para os estudantes provenientes das famílias que detinham o poder e a riqueza.

A base da educação estabelecida pelos jesuítas está fundamentada nos estudos de Humanidades e os colégios vão sendo fundados à medida que a

colonização portuguesa foi entrando pelo interior do Brasil.

O “sistema de educação” criado pelos jesuítas compreendia desde a instrução elementar (ler, escrever e contar) até o doutorado em artes. Segundo Nunes (2000), “o curso de Humanidades, dentro dos objetivos da Companhia de Jesus, foi o mais importante dos cursos aqui instituídos”

A criação do primeiro ensino secundário ocorreu na Bahia, em 1553. Seu objetivo era proporcionar a preparação necessária para os filhos dos senhores de engenho se encaminharem para o sacerdócio ou para as universidades da Europa, sobretudo em Coimbra.

Ressalta-se que o privilégio de ter acesso à instrução não se estendia às mulheres, por serem considerados seres inferiores, mesmo às provenientes das famílias brancas e ricas. A instrução feminina só é permitida do século XIX em diante, e ainda assim, no começo, deveria ser realizada estritamente no âmbito doméstico.

O plano pedagógico dos jesuítas organizava-se por meio do *Ratio Studiorum*, com orientações detalhadas sobre currículo, didática, avaliação, administração escolar etc. O *Ratio Studiorum* abrangia, em termos curriculares, além das humanidades, a gramática média, a gramática superior e a retórica, orientando-se, em termos metodológicos, por valores caros à Igreja Católica: disciplinamento, autoridade, hierarquização, uniformidade e formalidade.

No curso do ensino secundário era transmitido o modelo de sociedade desejado tanto pela Coroa Portuguesa quanto pela Igreja para a nação brasileira, esperando-se que os jovens estudantes pudessem retransmiti-lo, direta e indiretamente, em suas relações sociais.

Para Paiva (2007) “O colégio plasmava o estudante para desempenhar, no futuro, o papel de vigilante cultural, de forma que a prática, mesmo desviante, pudesse ser recuperada”.

A educação jesuítica cumpre uma função histórica no projeto de colonização portuguesa naquela sociedade, que se erigia em conformidade com a doutrina católica, ao preparar os jovens para a vida sociopolítica. Nesse sentido Luzuriaga (1969) adverte:

A educação dos jesuítas dirigiu-se quase exclusivamente ao ensino secundário e pouco, ou nada, ao primário. A ação jesuítica encaminhou-se principalmente para os adolescentes das classes burguesas e dirigentes da sociedade e, não, para a massa do povo, como fizeram outras ordens religiosas. Daí a grande influência que os jesuítas exerceram na vida social e política. (LUZURIAGA, 1969, p. 120).

O ensino secundário conforme o *Ratio Studiorum* vigorou durante o período colonial até 1759, quando, então, o “monopólio” dos jesuítas sobre a educação findou, após mais de dois séculos de existência. Eles foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal.

Mas, a influência do sentido da educação humanista dos jesuítas deixou marcas profundas na cultura brasileira. Em relação ao Ensino Médio, esta marca é mais evidente em relação a sua identidade e sua função. Afinal, um projeto de ensino pensado e realizado para a formação das elites não se abriria às classes populares nos mesmos moldes.

2.1.3 Desdobramento no Período Pombalino (1760- 1808)

Um novo estágio da educação brasileira principiou com a publicação do Alvará de 28 de junho de 1759, assinado por Dom Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal. Trazer a educação para o controle do Estado, secularizar o ensino e estabelecer um currículo padrão, são medidas que compunham a tríade da Reforma Pombalina.

Neste sentido, o Alvará estabelecia uma nova organização do sistema educacional, com previsão da criação das aulas régias e das classes, da profissionalização de professores e da autorização do ensino feminino, cuja concepção elitista impediria a extensão do ensino voltado para a formação integral às camadas populares.

Inaugurou-se no Brasil o ensino público, sob a responsabilidade do Estado, ao romper com o monopólio religioso. Não obstante, o sistema de ensino tarda a modificar-se, permanecendo por longo prazo tal qual na época dos jesuítas. A evolução é lenta e tem como principais marcas: a criação das aulas avulsas de “primeiras letras”, de gramática, latim, grego e filosofia; e a fundação de sociedades literárias.

A Reforma Pombalina ocorreu no contexto das ideias iluministas que, em sua versão portuguesa, apresentou características bem distintas, e até contrárias, da original, surgida na Inglaterra, ou da emblemática versão desenvolvida na França.

De acordo com Nunes (2000), os princípios da filosofia do Iluminismo condenavam o absolutismo, mostrando que a missão do governo, ao ser instituído

pelos homens, fora defender a propriedade, e não limitar seus direitos naturais. Foi à época dos déspotas esclarecidos, dos grandes ministros e suas reformas político-administrativas, sem alteração, porém, da estrutura social vigente.

Em Portugal, dentre outras particularidades, há uma oportuna combinação entre o Iluminismo e o Cristianismo, uma vez que os limites da ciência esbarravam na autoridade da Coroa e da poderosa religião católica.

O Iluminismo português baseia-se na fé na razão, no progresso, no comércio e na educação, sem, entretanto, ter interesse na emancipação política de todos e na quebra da hierarquia social consolidada.

Ora, o conhecimento sempre significou poder, e, no entendimento dos governantes portugueses, o ensino superior deveria ser destinado a um público restrito, pois sua expansão significaria uma ameaça ao poder despótico.

Segundo Borba (2011), a estruturação de um Estado sólido e potente demandava a reorganização social da colônia, de modo a torná-la menos vulnerável.

Daí, a necessidade da formação educacional mais sofisticada para o desenvolvimento de áreas específicas da sociedade, bem como da instrução elementar para o trabalho pesado.

Esta, sim, deveria ser expandida e abarcar a população pobre do Brasil. Assim foi pensado o ensino primário: ensinar o básico, ou seja, ler, escrever e contar; impingir regras morais e comportamentais; inculcar o temor e respeito ao Governo e à hierarquia social.

Borba (2011), afirma que as condições para o estabelecimento da escola pública eram bastante precárias, mesmo com a criação do “subsídio literário”, em 1772, para o seu custeio: não há uma estruturação institucional mínima, com locais adequados, materiais básicos (por exemplo, livros para os professores) e quantitativos de professores suficientes, inviabilizando as possibilidades de torná-la, de fato, acessível.

No período colonial pombalino prevaleceu o ensino primário para as crianças pobres, e não todas, e o ensino secundário “enciclopédico”, destinado aos jovens provenientes das elites, formada basicamente por burocratas e aristocratas rurais.

No ensino secundário permanecem no currículo o latim, a filosofia e a retórica, acrescentando-se novas cadeiras – desenho, história, aritmética, álgebra, geometria dentre outras que são criadas nas localidades economicamente mais desenvolvidas naquela época. E permanece também o caráter elitista de outrora, que conserva no

sistema educacional um reduto para as classes privilegiadas.

O ensino secundário mesmo após a expulsão da companhia de Jesus continuou por um longo período influenciado pelas ideias dos jesuítas. Essa realidade vai mudando gradativamente, as aulas que eram organizadas em forma de cursos, com as mudanças implantadas pelo marquês de Pombal, são organizadas e ministradas em forma de aulas avulsas, as chamadas aulas régias.

De acordo com Lima (2009), as mudanças propostas por Pombal devem ser avaliadas no contexto de uma política direcionada a tirar Portugal da crise financeira que se encontrava. Inicia-se um novo panorama, a educação passa a ser controlado pelo Estado Português, embora a maioria das ações não tenha alcançado êxito, provavelmente pelo excesso de modificações implantadas.

As aulas régias eram constituídas de aulas isoladas sem articulação com as demais disciplinas, ministradas por professores, que atendiam aos interesses da colônia. Esses professores eram poucos e direcionados apenas para uma pequena parcela da sociedade, reforçando uma educação de caráter seletivo e elitista.

Vechia (2005), relata que as aulas régias se formavam a partir do ensino de uma disciplina por um professor, sem conexão com as demais, tornando-se disciplinas independentes e isoladas, sem um plano de estudo organizado e estruturado.

A condução das aulas eram sempre para manter um controle e fazer com que as pessoas pudessem entender que a obediência a um sistema as protegia, fato que era uma forma de manutenção do estado e das condições impostas para controle.

Segundo Saviani (2008) com as reformas Pombalinas surge no Brasil à educação pública estatal, saindo do controle das ideias religiosas e atribuindo ao Estado a responsabilidade com as instituições de ensino.

O marquês de Pombal procurou modernizar a cultura portuguesa e recuperar a economia baseado na centralização do poder real. Ribeiro (2007) salienta que:

“As reformas Pombalinas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo do que a Inglaterra já era a mais de um século. Visavam também, provocar algumas mudanças no Brasil, com o objetivo de adaptá-lo, enquanto colônia, a nova ordem pretendida em Portugal.” (Ribeiro, 2007, p. 34)

Ribeiro (2007), enfoca também que diante da crise econômica que Portugal enfrentava era necessário tirar o maior proveito possível da colônia, aumentando demasiadamente a fiscalização das atividades desenvolvidas.

Diante das guerras napoleônicas, travadas na Europa, a corte portuguesa, instigada pelos interesses ingleses, foi obrigada a se deslocar de Lisboa para o Brasil. Tal situação acabou por elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal, tornando-se sede do Estado Português.

No século XIX a família real mudou-se para o Brasil alterando significativamente a vida dos colonos, iniciando uma nova fase da história brasileira, transformando a cidade do Rio de Janeiro em um centro urbano capaz de receber a nobreza portuguesa.

Lima (2009), afirma que com a chegada da Família Real ao Brasil, mudou radicalmente a rotina da população, criando-se uma estrutura político-administrativa com características de nepotismo e clientelismo, utilizando-se de bens públicos para interesses particulares, notadamente da elite portuguesa.

As mudanças são sentidas e tudo gira em torno de uma estrutura arquitetada, a população sempre vista dentro de uma postura de alcance, poucos os que conquistavam melhor percepção se motivavam a se posicionar eram, severamente, controlados.

Segundo Vechia (2005), mesmo antes da chegada da Família Real ao Brasil, já iniciara na área educacional algumas mudanças na concepção educacional, decorrente das ideias de intelectuais europeus, com projetos de leis e criação de escolas. O ensino na colônia brasileira passa a ser organizado em três níveis: o primário, o secundário e o superior.

Com essa investida a educação passa a ganhar contexto mais plural, sendo um desafio para um sistema que tinha duas condições a seguir, ou abrir a esfera e aceitar as mudanças, ou se manter recluso e controlador, para dar a noção de ganhos, mas na prática, só a estratégia que foi reformulada.

2.1.4 A educação no Brasil Império (1822- 1889)

A presença da corte portuguesa no Brasil durou até o final das guerras napoleônicas na Europa. Neste novo cenário político a população portuguesa mostrava-se descontente com a situação de abandono em que o país se encontrava, o rei de Portugal deixara a população à mercê dos invasores franceses e mudou-se para o Brasil.

Ribeiro (2007), relata que: “Este descontentamento leva, em 1820, a Revolução

Constitucionalista iniciada na cidade de Porto que, como o nome indica, visava uma liberalização do regime, um fortalecimento das cortes, em detrimento do absolutismo real”.

Os revoltosos tomaram o poder em Portugal, elaboraram uma nova Constituição. Limitando o poder do rei, acabando com o absolutismo no país, passando a ser controlado pelas Cortes de Lisboa.

Estudos realizados por Lima e Nishikawa (2009) destacam que:

“A rápida difusão das ideias liberais revolucionárias em Portugal e no Brasil deve-se à conjugação de forças: de um lado o descontentamento com a inversão portuguesa colocando Portugal em difícil situação política, econômica, financeira e administrativa, sem falar na perda comercial com o rei no Brasil e o comércio livre decretado com a Abertura dos Portos; por parte do Brasil a crença de uma monarquia dual capaz de garantir benefícios conquistados e ampliar as liberdades, ressaltando que o conceito de liberdade é algo bem genérico e pouco difuso no Brasil, fruto de conceitos elaborados (ou mal elaborados) por uma elite nem sempre compromissada com a coletividade.” (LIMA & NISHIKAWA, 2009, P. 14)

D. João VI foi obrigado a retornar para Portugal, temendo perder o controle do poder real. Deixou seu filho Pedro como príncipe regente do Brasil. Nesse contexto percebe-se várias atitudes do governo português, objetivando, conforme afirma Lima & Nishikawa (2009), recolonizar o Brasil e para tanto tentam anular a autonomia administrativa do Brasil.

Os referidos autores afirmam também que em 1821, as cortes portuguesas enviam um decreto proibindo a permanência de D. Pedro no Brasil. Diante dessas pressões externas, mais a pressão da elite brasileira, interessada em manter a autonomia política, D. Pedro proclama a independência do Brasil.

No dia 7 de setembro de 1822 em São Paulo D. Pedro proclama a independência do Brasil e no dia 1º de dezembro foi coroado com o título de D. Pedro I. As classes dominantes que comandaram o processo de independência não pretendiam mudar a situação social da maioria da população.

No dia 25 de março de 1824 é outorgada a Constituição brasileira que estabelecia a existência de quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e moderador. Segundo Vainfas (2002) *apud* Lima e Nishikawa (2009) aponta que:

“Em 25 de março de 1824, o Brasil tem uma Constituição. Elaborada no prazo de 40 dias pelos nobres representante escolhidos por D. Pedro para o conselho de Estado, que fizeram o esperado: corrigiram os pontos de discórdia, ampliando o poder do monarca e instituíram o Poder Moderador

(quarto poder) como “chave do sistema” com força para controlar os demais poderes e a gestão total sobre a frágil estrutura político-administrativa, além de poderes para nomear e demitir em todos os níveis.” (LIMA E NISHIKAWA, 2009, p. 24)

A primeira constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro em 1824 que assumiu o poder Moderador, o qual lhe concedia direitos políticos que vão além de uma democracia representativa. A referida constituição instituiu o voto censitário, concedendo direitos eleitorais apenas a elite, o catolicismo foi declarado religião oficial do Brasil e a igreja católica era controlada pelo imperador.

No dia 7 de abril de 1831 D. Pedro I temendo perder o trono português, devido o falecimento de seu pai, abdicou do trono brasileiro em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara de apenas 5 anos e retorna a Portugal.

Diante da menoridade de D. Pedro de Alcântara, Cotrim (1999), afirma que “a Constituição do Império estabelecia que o Brasil fosse governado por três regentes, eleitos pelo legislativo, enquanto Pedro Alcântara não atingisse a maioria (18 anos)”.

Durante a regência ocorreram várias revoltas na província brasileira em consequência da crise econômica e do descontentamento da população com a situação política.

Segundo Ribeiro (2007), “Tais rebeliões não chegaram, no entanto, a provocar o rompimento ou o fracionamento territorial porque, em realidade, tanto o poder central como o provincial (regional) eram fracos.”.

Durante o segundo reinado vários acontecimentos marcaram as relações externas do Brasil tais, como: a Questão Christie, a Guerra do Paraguai, e a Questão Platina.

Zotti (2004), relata que a consolidação do império provocou a transição de uma sociedade rural-agrícola para uma sociedade urbana- agrícola comercial, onde as cidades se tornaram os centros de desenvolvimento do capitalista. O centro econômico do país se deslocou do Norte para o sul e sudeste em função do desenvolvimento da lavoura cafeeira.

2.1.5 A descentralização da educação: O Ato Adicional de 1834

Durante o período do primeiro reinado não houve ideias de mudanças em relação à educação no Brasil. O segundo reinado foi marcado por diversas discussões

acerca da necessidade de uma política voltada para a escolarização da população, principalmente a população de baixa renda e o surgimento de novas ideias no campo educacional: liberdade de ensino e de credo religioso, abertura de novas escolas com uma pedagogia diferente.

No entanto, prevalece o discurso sobre uma prática efetiva. Aranha (1996), esclarece que D. Pedro não obteve sucesso no campo educacional, o principal fator foi à falta de recursos financeiros.

O ensino primário e secundário passou a ser promovido e administrado pelos governos provinciais através do Ato Adicional, (criado em 1834) incluído na Constituição de 1824, que atribuía às províncias o direito de regular sobre instrução pública em estabelecimentos próprios e promovê-las. Foi delegado ao governo central apenas a responsabilidade com a educação do município neutro e o ensino superior.

Conforme afirmam Moraes et al. (2013), a partir do Ato adicional, mudou-se a organização do ensino secundário que passou a funcionar através de aulas avulsas, as chamadas aulas régias, organizada em sistema regular seriado e em sistema irregular.

O sistema regular seriado era ministrado no Colégio Pedro II e nos Liceus Provinciais e em alguns estabelecimentos particulares, o sistema irregular era formado através de cursos preparatórios que permitia o ingresso dos alunos na universidade mediante a aprovação nos exames parcelados. O sistema regular seriado era privilégio de poucos.

Na concepção de Saviani (2006), até o término do império o ensino primário funcionou de forma descentralizada ficando sob a responsabilidade das províncias.

Nesse período surgiu em 1835 em São Paulo os Liceus Provinciais que tinham como missão preparar os alunos para a entrada no ensino superior e em 1837 o Colégio Pedro II, com estrutura orgânica e seriada.

Segundo Moraes et al (2013), essa instituição servia de referência para as demais instituições do país e o objetivo principal era a formação das elites nacionais.

As primeiras instituições provinciais públicas de ensino secundário foram o Ateneu no Rio Grande do Norte em 1825 e os Liceus na Bahia e na Paraíba em 1836 e no município da corte o seminário de São Joaquim, o qual se transformou em colégio Pedro II em 1837.

O ensino secundário se mostrava desorganizado com aulas avulsas com frequência livre e sem uma hierarquia nas séries e no conteúdo.

Ribeiro (2007), esclarece que o ensino secundário que era organizado em forma de curso-Humanidade na época dos jesuítas passa a sê-los em aulas avulsas (aulas régias) de latim, grego, filosofia e retórica, mudança implantada pelo Marquês de Pombal.

Pedagogicamente essa nova organização significou um retrocesso. O governo enfrenta várias dificuldades com o processo educativo, principalmente a falta de professores para ministrarem as aulas.

Na tentativa de melhorar a qualidade do ensino o governo criou as escolas normais com duração máxima de dois anos e em nível secundário. Ribeiro (2007), ressalta que as primeiras escolas normais foram criadas em 1835 em Niterói, 1836 na Bahia, 1845 no Ceará e 1846 em São Paulo.

A finalidade das escolas normais era obter uma melhora na preparação dos professores e solucionar a falta de profissionais para o exercício da profissão. Villela (2011), relata que o ensino superior, de acordo com o ato Adicional, ficou sob a responsabilidade do governo central.

O número de instituições espalhados no Brasil era reduzido e tinha como objetivo formar profissionais liberais e a elite dirigente do país.

Jesus (2009), discorre que no período Imperial apesar de D. Pedro declarar sua afeição e admiração pelo ato de educar, pouco se fez em prol da educação brasileira, com isso, a educação entra em crise, e nada se fez para se criar um sistema educacional brasileiro.

Com o fracasso das instituições públicas surgem as escolas particulares no período de 1860 a 1890, principalmente católicos. As escolas particulares se destacavam das escolas públicas, oferecendo um ensino de qualidade com professores qualificados, atendendo exclusivamente as classes dominantes.

Aranha (1996), afirma que a situação ficou mais crítica com a fundação do colégio D. Pedro II, destinado a servir como modelo de ensino e o único que poderia realizar exames parcelados para conceder grau de bacharel, para ingressar nos cursos superiores.

A observação é que a escola tem seu pulso de mudanças e a igreja, o sistema político passa a descentralizar as ações e ainda assim, existia uma população que ficava a margem das mudanças, como ocorre ainda nos dias atuais.

De acordo com Paiva (2003), em meados do XX o Brasil possuía uma população de 5.520.000 habitantes dos quais mais de 2.500.000 eram escravos,

ficando 30% da população excluída de qualquer participação da educação sistemática.

O autor ressalta que o desenvolvimento educacional se deu de forma desigual e que as informações sobre a educação no século XIX são escassas e precárias.

2.1.6 A educação no Brasil República (1889- 2014)

A história da república brasileira está dividida em períodos distintos, com características bem específicas. Ao todo, o Brasil teve 36 presidentes e só foram eleitos homens no poder; porém, em 2010 o nosso país elegeu uma presidenta: Dilma Rousseff, a 36º Presidente da República.

Tais períodos podem ser classificados da seguinte forma: Primeira República (1889 até 1930); A Era Vargas (1930 a 1945); Período da Redemocratização (1946-1964), Ditadura Militar (1964- 985) e Nova República (1985- 2014).

Um golpe militar, projetado e comandado pela oligarquia cafeeira paulista unida aos intelectuais representantes das classes médias e parte do Exército, derrubou o Império no dia 15 de novembro de 1889 e inaugurou um novo regime político: a República.

A expansão da agricultura cafeeira e da pecuária, o notável progresso em termos de infraestrutura (construção de ferrovias e portos, instalação redes telegráficas, fundação de bancos e seguradoras etc.).

A urbanização, a adoção do trabalho assalariado devido à proibição do trabalho escravo, a consolidação do comércio mercantil e das classes médias que começaram a cortar os laços de dependência em relação às oligarquias rurais, e o fortalecimento do exército após a Guerra do Paraguai eram os principais processos que conjuntamente compunham o cenário da modernização brasileira.

Segundo Borba (2011), nos primeiros anos do governo republicano, certas ações políticas, tais como a extinção do Poder Moderador, do voto censitário e dos títulos de nobreza, e a concessão de relativa descentralização política, bem como a instituição do voto secreto, prestam-lhe ares de democracia que suscitam o entusiasmo e criam expectativas de parcela representativa da intelectualidade brasileira.

Segundo Borba (2011), a crença na possibilidade de modernização e democratização leva os intelectuais a propagarem o projeto oficial de nação

republicana. Tem início o debate sobre vários temas de interesse nacional – democracia, federalismo, industrialização e também educação pública.

Porém, a elite formada pelos cafeicultores exclui da cúpula governamental os militares e os intelectuais progressistas, tomando para si o controle absoluto da política. Os interesses públicos foram colocados de lado e os particulares tratados como prioridade nacional, desmotivando o avanço da discussão sobre o projeto de democratização.

No final da década de 1920, ocorreu um relativo crescimento industrial e um novo patamar de urbanização da sociedade brasileira. Isso significou novas pressões em favor da escolarização. Ghirdelli Jr (2001), afirma que foi o bastante para que boa parcela da intelectualidade, horrorizada com a situação do analfabetismo generalizado (em 1920, 75% da população era analfabeta), ressuscitasse o entusiasmo pela educação.

O que se podia denominar planejamento do sistema de ensino público é destinado a um público limitado e específico: às classes médias, visando ao suprimento do setor burocrático. Tanto que as políticas educacionais oriundas da União se concentram nos níveis secundário e superior.

Segundo Borba (2011), o nível primário foi conservado nos moldes da escola de primeiras letras, onde educação era sinônimo de alfabetização e moralização das camadas pobres da sociedade.

Em 1891 foi promulgada nova Constituição, fruto do projeto republicano iniciado com o golpe militar de 15 de novembro de 1889. Os dispositivos destinados à educação aumentam, mas não muito, trazendo inovações e, ao mesmo tempo, um notável retrocesso: a gratuidade presente no texto constitucional anterior é suprimida.

O Estado transfere a responsabilidade da garantia do direito à educação para a família. Bem se sabe que pouquíssimas famílias teriam meios para pagar pela educação de seus filhos.

De acordo com Brasil (1981), é inscrito na lei maior o princípio da laicidade, em virtude da separação entre o Estado e a Igreja Católica; “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, e “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”

A ideia de um sistema educacional público começou a se delinear, mas as atribuições por esfera administrativa, nos moldes do federalismo, são genericamente

descritas no texto constitucional. O Congresso foi incumbido de criar, e não manter, escolas de ensino superior e secundário nos estados, e de “prover” este nível apenas no Distrito Federal.

Na prática, os avanços processaram-se lentamente porque durante longo período o Governo Central respondeu, no plano da educação básica, apenas pelo Colégio Pedro II. Quando resolvem pela escolarização em maiores proporções, os republicanos criam os grupos escolares que além dos conteúdos da instrução elementar ensinavam um ofício.

O ensino de um ofício significava a preparação para um lugar naquele projeto de sociedade, limitando a educação à dimensão mais utilitária possível. A aparente abertura para “democratização” do direito à formação humana, através da educação e do trabalho ministrada nos grupos escolares das capitais brasileiras, oculta o pensamento pragmático que condiciona a escolarização das camadas populares para o atendimento de uma economia carente de mão de obra. Enquanto isso, o ensino humanista prosseguia sendo reservado a poucos privilegiados.

Para contentamento do setor privado, cada estado ficou incumbido de manter apenas uma escola secundária-modelo. Segundo Borba (2011), a atuação da União no sentido de uniformizar o ensino secundário se intensificou, sobretudo a partir do Código Epiácio Pessoa, de 1901, com a criação de instrumentos de fiscalização das escolas estaduais públicas e privadas.

O Código também as equiparou, passando a conceder às instituições particulares as mesmas prerrogativas das instituições oficiais, isto é, das escolas públicas. Por conseguinte, todas as escolas deveriam se igualar, do ponto de vista curricular e didático, ao Ginásio Nacional – Colégio Pedro II, que por este motivo sofre sucessivas reestruturações em seu plano.

De acordo com Lima (2009), as mudanças propostas por Pombal devem ser avaliadas no contexto de uma política direcionada a tirar Portugal da crise financeira que se encontrava. Inicia-se um novo panorama, a educação passa a ser controlado pelo Estado Português, embora a maioria das ações não tenha alcançado êxito, provavelmente pelo excesso de modificações implantadas.

As aulas régias eram constituídas de aulas isoladas sem articulação com as demais disciplinas, ministradas por professores, que atendiam aos interesses da colônia. Esses professores eram poucos e direcionados apenas para uma pequena parcela da sociedade, reforçando uma educação de caráter seletivo e elitista.

Vechia (2005), relata que as aulas régias se formavam a partir do ensino de uma disciplina por um professor, sem conexão com as demais, tornando-se disciplinas independentes e isoladas, sem um plano de estudo organizado e estruturado.

Segundo Saviani (2008), com as reformas Pombalinas surge no Brasil à educação pública estatal, saindo do controle das ideias religiosas e atribuindo ao Estado a responsabilidade com as instituições de ensino.

O marquês de Pombal procurou modernizar a cultura portuguesa e recuperar a economia baseado na centralização do poder real.

Ribeiro (2007), enfoca também que diante da crise econômica que Portugal enfrentava era necessário tirar o maior proveito possível da colônia, aumentando demasiadamente a fiscalização das atividades desenvolvidas.

Diante das guerras napoleônicas, travadas na Europa, a corte portuguesa, instigada pelos interesses ingleses, foi obrigada a se deslocar de Lisboa para o Brasil. Tal situação acabou por elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal, tornando-se sede do Estado Português.

No século XIX a família real mudou-se para o Brasil alterando significativamente a vida dos colonos, iniciando uma nova fase da história brasileira, transformando a cidade do Rio de Janeiro em um centro urbano capaz de receber a nobreza portuguesa.

Lima (2009), afirma que com a chegada da Família Real ao Brasil, mudou radicalmente a rotina da população, criando-se uma estrutura político-administrativa com características de nepotismo e clientelismo, utilizando-se de bens públicos para interesses particulares, notadamente da elite portuguesa.

Segundo Vechia (2005), mesmo antes da chegada da Família Real ao Brasil, já iniciara na área educacional algumas mudanças na concepção educacional, decorrente das ideias de intelectuais europeus, com projetos de leis e criação de escolas. O ensino na colônia brasileira passa a ser organizado em três níveis: o primário, o secundário e o superior.

2.1.7 A Educação no Brasil e o nível secundário, consistente ao atual ensino médio

O Ensino Médio no Brasil foi implantado pelos jesuítas durante o período colonial, ficando a educação sobre a responsabilidade desse grupo do século XVI até

o século XVIII.

De acordo com Paiva (2011), a educação era um privilégio de poucos, apenas dos grupos dominantes que correspondiam a uma pequena parcela da sociedade

A atuação dos jesuítas foi decisiva para a educação no Brasil. Criaram diversos estabelecimentos de ensino espalhados por toda a colônia. Perceberam que precisavam desenvolver um trabalho diferenciado com os índios e para isso, aprenderam a língua dos nativos, facilitando o trabalho de aculturação e de conversão, criaram aldeamentos e as missões, onde teriam mais tempo e controle dos novos convertidos.

No início do século XIX os jesuítas foram expulsos do Brasil e vários cursos secundários foram fechados. O legado por eles deixado foi, de acordo com Aranha (1996) no período de 210 anos, a promoção de forma maciça da catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, preparação de sacerdotes e formação da elite intelectual.

A explicação da expulsão dos Jesuítas do Brasil está relacionada com o elevado grau de poder que os padres missionários da Companhia de Jesus detinham, tanto educacional, político e econômico, incomodando as autoridades de Portugal.

2.1.8 As Reformas Educacionais na Primeira República e os desafios

A primeira República (1889/1930) enfrenta as mesmas dificuldades do período imperial com relação à educação. Entretanto o governo realizou várias reformas principalmente no ensino secundário e no ensino superior.

Saviani (2008), reforça que a Proclamação da República representou uma nova fase para as instituições de ensino, pois houve a separação entre Estado e Igreja e a educação religiosa foi abolida das escolas.

A primeira reforma educacional da República é empreendida pelo ministro Benjamim Constant, em 1890. Nesta reforma prevê-se a organização do ensino primário, secundário e normal, a adoção de um currículo com disciplinas científicas, e a criação de um instituto de aperfeiçoamento do trabalho docente. Entretanto, quase nada pôde materializar-se devido à efêmera vida deste ministério, extinto em 1893, e ao falecimento de Constant, em 1891.

Durante a Primeira República o curso secundário passou por cinco reformas tendo como foco a preparação para o ingresso no ensino superior: Reforma Benjamin

Constant (1890), Reforma Epiácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Correia (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915), Reforma João Luiz Alves (1925).

A reforma que se sucede a do ministro Rivadávia Correia, se torna famosa, porque “levando o liberalismo político às últimas consequências, dentro do positivismo ortodoxo, resolveu retirar do Estado a interferência no setor educacional” (NUNES, 2000, p. 96).

Através da Lei Orgânica de 1911, desoficializa o ensino; além disso, cria o exame vestibular enquanto requisito único para o ingresso no curso superior reduz a quantidade de aulas do ensino secundário e reforma o currículo do Colégio Pedro II.

A desoficialização do ensino desdobra-se em sérios problemas: desde a queda no número de matrículas do Colégio Pedro II e o quase desaparecimento do ensino secundário nas demais escolas até a inflação das escolas superiores, que proliferam mediante as facilidades da autonomia total.

Segundo Borba (2011), o ministro Carlos Maximiliano dá início, em 1915, a uma reforma de caráter corretivo para “pôr ordem na casa”. Sua gestão oficializa o ensino, impõe limites rigorosos à equivalência entre as escolas, restaura a obrigatoriedade do certificado de conclusão do ensino secundário para a matrícula no ensino superior, mantendo o exame vestibular, e, tal quais os ministros que o antecederam, reforma o currículo do ensino secundário.

De acordo com Jannuzzi (2017), as reformas se estruturavam da seguinte forma a reforma de Benjamin Constant era baseada nos seguintes princípios: liberdade, laicidade de ensino e gratuidade da escola primária.

Assim como, Arcanjo e Hanashiro (2010), descrevem que a reforma de Benjamin Constant, implantada no governo de Marechal Deodoro da Fonseca que governava o país provisoriamente, foi muito criticada na época por propor a substituição da predominância literária pela científica, pela implantação do regime seriado como obrigatório e pela duração do ensino secundário de 7 anos.

A reforma de Epiácio Pessoa foi realizada no governo de Campo Sales, valorizava a parte literária com a inclusão da biologia, sociologia e a moral. A reforma de Epiácio Pessoa dava ênfase na parte literária do currículo e tentou atribuir ao ensino secundário um sentido próprio, porém, na prática funcionou como preparatório para o ingresso no ensino superior.

A referida reforma foi um desastre uma vez que não havia obrigatoriedade de frequência, os diplomas são abolidos, são criados exames de admissão que ficaram

a cargo das faculdades.

A reforma de Rivadávia Corrêa foi realizada no governo de Hermes Rodrigues da Fonseca, propunha que o ensino secundário formasse cidadãos. Incentivava a liberdade de ensino baseado no positivismo e atribuiu autonomia as instituições de ensino. A falta de fiscalização colaborou significativamente com resultados desastrosos para a educação.

A reforma de Carlos Maximiliano ocorreu no governo de Venceslau Brás Pereira Gomes, revogou a desoficialização do ensino e a União passou a comandar o ensino secundário e superior. A referida reforma atribuiu ao ensino secundário a preparação para o ensino superior. Criou-se a primeira Universidade do país, a Universidade do Rio de Janeiro.

A reforma de João Luís Alves foi uma continuação da reforma de Carlos Maximiliano em 1915, consolidou o ensino secundário seriado com duração de seis anos e acabou com os exames parcelados.

De acordo com publicação do IBGE-PNAD referente ao período de 1908-1912 em 1907 foram matriculados 4942 alunos no ensino secundário e apenas 500 alunos concluíram, em 1910 foram matriculados 7559 e concluíram 1760 alunos do ensino secundário, em 1912 foram matriculados 9310 e apenas 2101 concluíram esse nível de ensino.

A evasão escolar durante esse período era constante nas escolas brasileiras. Uma vez que as reformas propostas não obtiveram êxito devido à falta de recursos.

De acordo com Ribeiro (1992) o sistema educacional durante esse período avançava lentamente, o ensino secundário passava por sérios problemas. A marginalização da população brasileira no âmbito educacional continuava a reproduzir-se. A educação era destinada para a elite e os nobres.

2.1.9 A Educação na Era de Getúlio Vargas (1930- 1945)

Durante as eleições de 1930 o pacto político entre a oligarquia paulista e mineira foi rompido. Isso possibilitou a eclosão da chamada “Revolução de 1930” que levou ao poder Getúlio Vargas, sustentado pela Aliança Liberal. Teve início uma nova fase política e econômica no Brasil, que afetou profundamente a dimensão social.

Em 1937 Getúlio Vargas com o apoio de alguns políticos influentes e dos militares fechou o Congresso Nacional e anulou a constituição de 1934. Iniciou um

novo período o chamado Estado Novo.

Segundo Diniz (1999), o Vargas do Estado Novo aparece como um político dominador e voluntarista, dotado de forte ambição de mando, capaz de usar sem vacilar os instrumentos da repressão e da coerção para manter-se no poder, levando tal comportamento às últimas consequências, não hesitando mesmo em eliminar de seu caminho os amigos de ontem, os aliados de outrora.

Do ponto de vista político, foi implantado o populismo, estilo de governo que pretende a manipulação das massas, recorrendo-se ao nacionalismo, à demagogia, à propaganda, à abordagem carismática o que permite ao presidente a manutenção simultânea do amplo controle, do apoio popular e da repressão aos adversários sem ameaçar-lhe a imagem paternalista. Já do ponto de vista econômico, a industrialização tem forte impulso e alto investimento. As palavras de ordem passam a ser progresso, crescimento e modernização.

Conforme salienta Pandolfi (1999), na Era Vargas foi institucionalizado o voto direto secreto e universal para as pessoas alfabetizadas maiores de 18 anos, inclusive as mulheres (até então proibidas de votar); e o reconhecimento de direitos trabalhistas – salário mínimo, férias, licença-maternidade etc., através da Consolidação das Leis do Trabalho; são criados dois Ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio; e o de Negócios da Educação e Saúde Pública.

Tudo isso é habilmente articulado pelo presidente Getúlio Vargas para garantir a anuência dos diversos setores da sociedade em relação aos rumos dados ao país sob seu comando. Tanto que é criado um mito em torno de sua figura: o presidente “Pai dos pobres”.

Na área educacional, o governo Vargas empregou a mesma tática, nomeando para cargo de ministro um político que transitava nos meios liberais e conservadores: Francisco Campos. Estes ligados à Igreja Católica defendem posições contrárias à democratização do ensino público; e aqueles reúnem grupos influenciados pelos profissionais da educação, cujo discurso se pauta pela gratuidade, obrigatoriedade, laicidade do ensino público, além da coeducação.

Durante o governo de Vargas, são tomadas medidas a favor da qualificação das massas para o progresso econômico. A educação, portanto, não passaria de um instrumento para a operacionalização de tal projeto cujos desdobramentos são, dentre outros: o enriquecimento da elite econômica, a manutenção do poder nas mãos de seus representantes e, em última instância, a conservação do status quo.

Durante o período de 1937 a 1946 que corresponde ao Estado Novo, destaca-se a criação de Leis orgânicas de ensino, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O ensino industrial nesse período assumiu um importante papel na preparação da mão industrial.

Corroborando com essa ideia Santos (2011), ressalta que o SENAI foi criado pelo governo Vargas em parceria com o setor industrial e representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), surgiu a partir da necessidade de uma formação para os operários. Era uma rede de ensino de âmbito empresarial que surgiu com o objetivo de preparar pessoas para trabalhar nas indústrias. A responsabilidade pela manutenção do SENAI seria das indústrias.

O SENAC foi implantado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC) surgiu com a finalidade de oferecer educação profissional e tinha como objetivo capacitar pessoas para o comércio.

Sobre os quinze anos de Vargas no poder Mota (1989), afirma que o Brasil sofreu grandes transformações: a sociedade urbana cresceu em relação à sociedade agrária; a indústria ampliou seu espaço na economia nacional; a burguesia empresarial das cidades aumentou seu poder sobre as tradicionais oligarquias agrárias; a classe média e o operariado cresceram e conquistaram espaços na vida política do país.

Com a revolução de 1930 inicia-se uma nova etapa da história brasileira que finaliza em 1945, quando Getúlio Vargas é deposto através de um golpe militar. No período de 15 anos Getúlio Vargas foi chefe do governo provisório, em seguida presidente eleito pelo Congresso Nacional e ditador durante o Estado Novo.

De acordo com Pimenta e Gonçalves (1992), o grupo de oposição a Vargas intensifica suas ações durante a fase ditatorial e promove uma campanha acirrada de rebeldia ao governo através da imprensa, gerando um clima de tensão por todo país.

A posição dos militares era a favor da renúncia de Vargas. Em 1945, Getúlio Vargas foi obrigado a renunciar. Dutra vence as eleições e assume a presidência da República, marcando o fim do Estado Novo e dando início ao período democrático.

2.1.10 Na Ditadura Militar (1964 - 1985) e Nova República (1985 - 2014) a educação segue seu desenvolvimento

Um golpe militar, projetado e comandado pela oligarquia cafeeira paulista unida aos intelectuais representantes das classes médias e parte do Exército, derrubou o Império no dia 15 de novembro de 1889 e inaugurou um novo regime político: a República.

A expansão da agricultura cafeeira e da pecuária, o notável progresso em termos de infraestrutura (construção de ferrovias e portos, instalação redes telegráficas, fundação de bancos e seguradoras etc.).

A urbanização, a adoção do trabalho assalariado devido à proibição do trabalho escravo, a consolidação do comércio mercantil e das classes médias que começaram a cortar os laços de dependência em relação às oligarquias rurais, e o fortalecimento do exército após a Guerra do Paraguai eram os principais processos que conjuntamente compunham o cenário da modernização brasileira.

Segundo Borba (2011), nos primeiros anos do governo republicano, certas ações políticas, tais como a extinção do Poder Moderador, do voto censitário e dos títulos de nobreza, e a concessão de relativa descentralização política, bem como a instituição do voto secreto, prestam-lhe ares de democracia que suscitam o entusiasmo e criam expectativas de parcela representativa da intelectualidade brasileira.

Ainda por Borba (2011), a crença na possibilidade de modernização e democratização leva os intelectuais a propagarem o projeto oficial de nação republicana. Tem início o debate sobre vários temas de interesse nacional – democracia, federalismo, industrialização e também educação pública.

Contudo, a elite formada pelos cafeicultores exclui da cúpula governamental os militares e os intelectuais progressistas, tomando para si o controle absoluto da política. Os interesses públicos foram colocados de lado e os particulares tratados como prioridade nacional, desmotivando o avanço da discussão sobre o projeto de democratização.

No final da década de 1920, ocorreu um relativo crescimento industrial e um novo patamar de urbanização da sociedade brasileira. Isso significou novas pressões em favor da escolarização.

De acordo com Ghiraldelli (2001), foi o bastante para que boa parcela da

intelectualidade, horrorizada com a situação do analfabetismo generalizado (em 1920, 75% da população era analfabeta), ressuscitasse o entusiasmo pela educação.

O que se podia denominar planejamento do sistema de ensino público é destinado a um público limitado e específico: às classes médias, visando ao suprimento do setor burocrático. Tanto que as políticas educacionais oriundas da União se concentram nos níveis secundário e superior.

De acordo com Borba (2011), o nível primário foi conservado nos moldes da escola de primeiras letras, onde educação era sinônimo de alfabetização e moralização das camadas pobres da sociedade.

Em 1891 foi promulgada nova Constituição, fruto do projeto republicano iniciado com o golpe militar de 15 de novembro de 1889. Os dispositivos destinados à educação aumentam, mas não muito, trazendo inovações e, ao mesmo tempo, um notável retrocesso: a gratuidade presente no texto constitucional anterior é suprimida.

O Estado transfere a responsabilidade da garantia do direito à educação para a família. Bem se sabe que pouquíssimas famílias teriam meios para pagar pela educação de seus filhos.

De acordo com Brasil (1891), é inscrito na lei maior o princípio da laicidade, em virtude da separação entre o Estado e a Igreja Católica; “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, e “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”.

A ideia de um sistema educacional público começou a se delinear, mas as atribuições por esfera administrativa, nos moldes do federalismo, são genericamente descritas no texto constitucional.

O Congresso foi incumbido de criar, e não manter, escolas de ensino superior e secundário nos estados, e de “prover” este nível apenas no Distrito Federal. Na prática, os avanços processaram-se lentamente porque durante longo período o Governo Central respondeu, no plano da educação básica, apenas pelo Colégio Pedro II.

Quando resolvem pela escolarização em maiores proporções, os republicanos criam os grupos escolares que além dos conteúdos da instrução elementar ensinavam um ofício. O ensino de um ofício significava a preparação para um lugar naquele projeto de sociedade, limitando a educação à dimensão mais utilitária possível.

A aparente abertura para “democratização” do direito à formação humana,

através da educação e do trabalho ministrada nos grupos escolares das capitais brasileiras, oculta o pensamento pragmático que condiciona a escolarização das camadas populares para o atendimento de uma economia carente de mão de obra. Enquanto isso, o ensino humanista prosseguia sendo reservado a poucos privilegiados. Para contentamento do setor privado, cada estado ficou incumbido de manter apenas uma escola secundária-modelo.

Segundo Borba (2011) a atuação da União no sentido de uniformizar o ensino secundário se intensificou, sobretudo a partir do Código Eptácio Pessoa, de 1901, com a criação de instrumentos de fiscalização das escolas estaduais públicas e privadas.

O Código também as equiparou, passando a conceder às instituições particulares as mesmas prerrogativas das instituições oficiais, isto é, das escolas públicas. Por conseguinte, todas as escolas deveriam se igualar, do ponto de vista curricular e didático, ao Ginásio Nacional – Colégio Pedro II, que por este motivo sofre sucessivas reestruturações em seu plano de ensino ao gosto do “reformador” da vez.

As decisões relativas à educação, nesse período, revelam as tensões entre as elites, com suas diferentes concepções políticas, na disputa pelo poder. A política educacional republicana oscila entre a vertente liberal, federativa com descentralização administrativa e unidade política centralizada; a vertente positivista, ultrafederalista com descentralização administrativa e política e a vertente autoritária na qual o papel intervencionista do Estado acopla centralização política com pouca descentralização administrativa.

Assim, confrontam-se defensores das teses de oficialização do ensino e defensores das teses que propugnam o esvaziamento das prerrogativas da União, no que se refere ao campo da instrução. Neste sentido, a Reforma Rivadávia posicionando-se de modo descentralizado, distancia a União e até certo ponto os próprios Estados da interferência no campo da instrução.

Segundo Cury (2005), a este tipo de positivismo se opõe Carlos Maximiliano, cuja reforma torna oficial novamente, sobretudo, o ensino secundário, fazendo retornar à cena o poder interferidor do estado nesta matéria.

Ao encerrar a Primeira República pode-se afirmar que as alterações no ensino secundário, visando à preparação “fundamental e geral para a vida”, se restringiam basicamente à obrigatoriedade da seriação e modificações na estrutura das disciplinas curriculares, prática secular na educação.

Segundo Nunes (2000), a cada projeto de sociedade modifica-se o currículo, com o objetivo de imprimir na cultura os conhecimentos, as concepções e os valores das elites dominantes.

2.1.11 A educação no cenário das mudanças e a ação dos pioneiros nessa nova corrente

Alguns representantes da elite intelectual da época consideram que na educação está o germen para a reorganização da sociedade brasileira. Trata-se de um grupo de 15 intelectuais, embora ocupando diferentes posicionamentos ideológicos, acreditam que a educação é capaz de interferir e modificar o modelo social injusto como o do Brasil, formula e publica, em 1932, um documento que inaugurou o projeto de renovação educacional do país: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O manifesto constatou a situação crítica da educação e a desorganização do sistema escolar, e trouxe a proposta de um “plano geral de educação” defendendo a “escola única”, isto é, pública, gratuita, obrigatória e laica, com vistas a um objetivo maior: dar uma identidade ao Brasil.

Segundo Saviani (2006), esse documento é um importante legado do século XX, uma vez que se tornou referência para as gerações que o sucederam.

“Esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade” (SAVIANI, 2006, p. 33).

O Manifesto, redigido por Fernando de Azevedo apresenta uma análise inédita da educação no Brasil, sobretudo em termos políticos: a educação é tratada enquanto problema social a ser enfrentado pelo Estado.

Segundo Borba (2011), para os signatários do Manifesto, enquanto representantes de um movimento político renovador mais amplo, a ausência de definições filosóficas e científicas é responsável pelo “estado antes de organização do que de desorganização do aparelho escolar”.

O acesso à escola representava a justiça social que fora negada ao povo em face dos privilégios educacionais mantidos pelo sistema de governo que sempre se

norteara pelo elitismo e pelo clientelismo. A contribuição do Manifesto para a educação no Brasil é inegável e presente até hoje.

O Manifesto é contundente em relação ao papel do Estado, o qual deve, sob o princípio da igualdade, reconhecer e assegurar direitos, entre eles a educação, a todos os cidadãos. Assim, são reivindicadas oportunidades educacionais iguais para todos, independentemente do estrato social.

Em relação ao ensino secundário, (Ensino Médio) o Manifesto levanta a discussão sobre a dualidade ao interrogar e problematizar a lógica dos modelos de ensino concomitantes abrigados pelo sistema escolar: um tipo de ensino para as classes populares, outro muito diferente, para as elites, e outro, conforme assevera Anísio Teixeira, para as classes médias que emergiam.

Dois anos após o lançamento do manifesto, a questão da gratuidade é em parte resolvida com a promulgação da Constituição de 1934, quando a educação, no Brasil, é instituída como um direito.

Esta Constituição dispõe de um capítulo exclusivo para a educação, apresentando como tópicos inovadores a declaração de que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos” (art. 149); a vinculação orçamentária para sua manutenção: “a União e os Estados aplicarão nunca menos que 10%, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos que 20% da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (art. 156).

DE acordo com Borba (2011), além da previsão da formação de fundos de educação (art. 157); a fixação de um “plano nacional de educação” (arts. 150, 151 e 152) e a exigência de prestação de concurso de provas e títulos para o exercício do magistério em escolas públicas (art. 158).

A Constituição do Estado Novo, decretada em 10 de novembro de 1937, assume posições inversas às da Carta precedente. As competências reguladoras e normatizadoras da União são ampliadas, ao passo que à iniciativa privada é permitido o trânsito livre.

A obrigação do Estado para com a educação se torna secundária, e é consolidado o injusto e preconceituoso sistema dual, que tem por objetivo determinar os destinos das crianças e jovens provenientes das classes populares, conforme se constata na CF art. 129:

O ensino profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de

educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissionais e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados.

Brasil (1937) destaca que a lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

O ministro Francisco Campos decreta uma reforma educacional em nível nacional, cujos principais elementos foram: a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelecimento de diretrizes para o ensino superior, reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro, nova organização do ensino secundário, regulamentação do curso de ciências contábeis e estruturação do ensino comercial.

Borba (2011), a crença na concepção salvífica da educação conduzia à ideia de que a normatização, por si só, guiaria a sociedade para a solução dos problemas do campo e não só construiria, mas preservaria o Estado moderno. Quanto ao ensino secundário, um dos pilares do projeto getulista, é submetido a uma reforma pela ordenação contida nos Decretos no 19.890/1931 e no 21.241/1932.

O currículo do ensino secundário é, mais uma vez, redefinido, criando-se dois cursos seriados: o fundamental e o complementar. O curso fundamental volta-se para uma formação geral, através do estudo de disciplinas da área humanística, com objetivo de preparar os jovens para a vida na sociedade industrializada, que estava se formando. O curso complementar volta-se para a formação propedêutica, obrigatória para os jovens que desejassem candidatar-se à matrícula no ensino superior.

Na prática, é outra reforma elitista que busca a legitimação das desigualdades sociais porque não cria condições efetivas para beneficiar os estudantes das camadas populares. A dualidade do ensino secundário, institucionalizada através da Reforma Francisco Campos, é consolidada pela Constituição de 1937. O fim último das Escolas de Aprendizes Artífices, cuja presença se fez notória nessa Carta Constitucional, é a formação de mão-de-obra para o mercado capitalista que estava se desenvolvendo no Brasil.

A reforma do ensino secundário proposta pelo ministro Capanema esclarece a

real intenção do Governo: desenvolver um patriotismo que garantisse tanto o compromisso de todos com o progresso do país quanto à acomodação de cada em sua classe social de origem.

Para o reformador, o ensino secundário deveria ser: O Estado Novo corresponde a um período histórico de grande investimento nas políticas educacionais na perspectiva de alterar os padrões e valores sociais vigentes sem abalar a hierarquização social. O argumento elitista de que aos pobres caberia o ensino profissionalizante toma forma na matéria constitucional.

O Governo procura conduzir a sociedade brasileira à modernização, entendida como abertura para a economia capitalista, desenvolvimentista e consumista, daí a política econômica voltada quase exclusivamente para a industrialização.

Além do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), são criadas outras instituições para sustentar, no âmbito educacional, o projeto de nação da Era Vargas, dentre elas o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A grande preocupação mediante a industrialização crescente era a formação da mão de obra. Já não é mais possível o avanço econômico sem a escolarização. O ensino secundário passa a desempenhar papel primordial na consecução do planejamento oficial de nação moderna. Sobre a expansão do Ensino Médio. De acordo com Santos (2001), afirma que:

“Podemos dizer que o ensino industrial passou a assumir um papel importante na formação de mão de obra, sendo que a partir das transformações que se operaram, principalmente a partir de 1942, verificamos que ele pode ser dividido em dois ramos: um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e um outro ramo que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e Saúde, que era constituído pelo ensino industrial básico”. (SANTOS 201, p. 216).

No entanto, na prática, o acesso à educação continua desigual, condicionado pelo pertencimento a está ou aquela classe socioeconômica. Os níveis mais altos do ensino dificilmente são alcançados pelos pobres, ainda direcionados ao ensino profissionalizante.

O ministro da educação e saúde pública Gustavo Capanema iniciou reformas que ficaram conhecidas como Leis orgânicas do Ensino. Essas reformas realizadas pelas leis orgânicas de Ensino e pela reforma educacional Francisco Campos tinham

como objetivo principal preparar os alunos para o ensino Superior, excluindo os alunos das camadas mais pobres. Estes por sua vez frequentavam os cursos profissionalizantes, que não permitiam a passagem para outra modalidade de ensino.

O ensino profissionalizante era voltado para as classes populares e sem possibilidade do ingresso no ensino superior, enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria da elite e com acesso ao ensino superior.

A organização curricular do ensino secundário foi dividida em dois ciclos: o ginásial com duração de quatro séries e o colegial subdividido em curso clássico e científico com duração de três anos.

A criação da primeira LDB, encaminhado à Câmara Federal no ano de 1948, e caracterizada por inúmeras divergências de interesses provocam e sustentam longas polêmicas, centradas nas questões: escola pública x escola privada e centralização x descentralização, de maneira que o projeto original é arquivado, desarquivado, emendado, substituído, negociado e reescrito para enfim ser convertido em lei, a de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, após 13 anos de trâmite.

A Lei nº 4.024, primeira a estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mantém basicamente a estrutura de ensino forjada pela Reforma Capanema.

Deste modo, prevê-se que o ensino médio seja ministrado em dois ciclos: o ginásial com duração de quatro séries anuais, que hoje corresponde à segunda parte do ensino fundamental (5º ao 9º ano), e o colegial com duração de, no mínimo, três anos, o atual Ensino Médio. O ingresso no Ensino Médio é condicionado à aprovação em uma espécie de vestibular, o “exame de admissão”, em que se avalia a aprendizagem do ensino primário.

O Ensino Médio abrange os cursos secundários, técnicos e de formação docente. O ensino secundário destina-se à formação geral por meio do currículo científico, enquanto o ensino técnico proporciona a formação profissional, ofertando três cursos: industrial, agrícola e comercial.

O ensino normal, também profissionalizante, destina-se à formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares para atuarem no Ensino Primário e Pré-primário.

De acordo com publicação do IBGE-PNAD período de 1933-1945 (1947), o índice de reprovação e abandono durante o período de 1933 a 1945 é altíssimo. Em 1933 foram matriculados 66420 dos quais apenas 8080 concluíram o Ensino Médio;

em 1934 foram matriculados 79055 e apenas 9269 concluíram essa etapa de ensino.

Em 1940 foram registradas 170057 matrículas e apenas 19828 concluíram. Em 1941 foram matriculados 61398 e apenas 8779 concluíram. Em 1943 foram matriculados 79665 e apenas 12863 concluíram o ensino secundário. Em 1945 foram matriculados 91639 e apenas 14407 concluíram essa etapa de ensino.

2.1.12 A Redemocratização (1946 a 1964) contexto histórico

Com as eleições realizadas em consequência da abertura democrática Eurico Gaspar Dutra vence as eleições com apoio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Pimenta (1992), descreve que de 1947 a 1963, ocorre: a queda do estado novo, a elaboração da Constituição em 1946, sendo aprovada apenas em 1961; a elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) que perdeu a sua validade após a instalação de uma ditadura militar no Brasil em 1964.

Com a abertura democrática foram realizadas eleições em todo país. Em 18 de Setembro de 1945 foi promulgada a nova constituição brasileira, que vigorou até 1964.

Zotti (2004) afirma que com a redemocratização, os movimentos populares ganham força e uma enorme efervescência ideológica, entre 1945 e 1947, faz parte das discussões em torno das formações dos partidos, das eleições para presidente da república e eleições da Constituinte responsável pela elaboração pela Constituição condizente com o novo momento político.

O presidente Dutra adotou uma política de abertura comercial ao estrangeiro e facilitou a importação de bens supérfluos, gerando insatisfação dos líderes industriais brasileiros.

Em 1951 Vargas concorreu à presidência da república e vence com 48,7 % dos votos. Braga (2015), afirma que "A principal característica do período entre 1950 e 1964 foi o populismo, no qual as massas populares passam a ter desempenho político, embora secundário".

Os autores afirmam também que Vargas direcionou a economia do país para "uma linha intervencionista e nacionalista preocupada principalmente com o desenvolvimento da indústria de base".

Getúlio Vargas sofreu forte oposição política externa, principalmente por parte

dos EUA, que ficou descontente com a criação da Petrobras e com a implantação da Lei de lucros extraordinários que controlava a remessa de lucros obtidos por empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil.

Surge em todo país várias manifestações militares exigindo a renúncia de Vargas, que se recusava deixar o cargo. Sem apoio popular, sem ajuda do congresso e dos militares, Vargas deixa uma carta testemunha ao povo brasileiro e suicida com um tiro no coração.

De 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek assumiu o poder; o seu governo foi marcado pelo acelerado crescimento econômico e pela participação ativa da indústria internacional. Cotrim (1999), afirma que suas ações mais importantes foram: a criação do Plano de Metas, um programa que dava prioridade ao desenvolvimento dos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, a fundação de Brasília, a construção de usinas hidrelétrica, crescimento industrial, abertura de rodovias, ampliação da produção de petróleo.

Seus críticos alegam que para realizar todas essas ações Juscelino Kubitschek deixou uma imensa dívida com o capital internacional e uma elevada inflação.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu o governo e se deparou com um país que enfrentava uma grave crise financeira. Para tentar resolver o problema adota políticas anti-inflacionárias, provocando uma insatisfação de todos os setores sociais.

Após sete meses de mandato Quadros renunciava e assume a presidência do país o vice-presidente João Goulart. Ao assumir o poder Jango preconizava reformas de Base para o país, com destaque para a reforma agrária, reforma urbana, reforma eleitoral, reforma educacional. Essas reformas propunham medidas para controlar o capital estrangeiro limitando a remessas de dólares para o exterior.

Temendo o projeto visto como “socialista” pela elite, classe média e forças armadas, em abril de 1964, os militares tiram João Goulart do poder e assumiram o comando do país. Para evitar uma guerra civil, Jango deixou o país refugiando-se no Uruguai.

2.1.13 A LDB de 1961, considerações gerais

Em 1946 a nova Constituição estabeleceu a necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases. Após treze anos de debate no poder legislativo foi aprovada a

primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – A Lei 4024 de 1961. Uma lei federal de âmbito nacional, que estabelece os princípios gerais da educação escolar.

Saviani (2007), esclarece que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entrou em vigor em 1962, e sua primeira medida foi à criação do Conselho Federal de Educação (CFE). A nova Lei aumentou a participação dos recursos Federais para o ensino, destinou verbas para o ensino primário, secundário e superior.

A nova LDB promoveu a equivalência entre ensino secundário, ensino técnico profissional e o ensino normal. Com isso, os estudantes das classes populares ganharam o direito de acesso ao ensino superior. No título VII no artigo 33 da LDB 4024 diz que: “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescente”. No Art.34 coloca no mesmo plano de igualdade o curso secundário, os cursos técnicos e os pedagógicos.

Juntamente com essa lei em 1962, surgiu o Plano Nacional de Educação (PNE) com duração de oito anos, que dividida as metas para a educação em metas qualitativas e metas quantitativas. Segundo Martins (2013) as metas quantitativas para o ensino secundário.

Em 1963 foi criado o Plano Trienal da Educação que funcionaria no período de 1963 a 1965 para o ensino secundário estavam previstas seis ações: a reestruturação das escolas técnicas para ministrarem cursos técnicos para os estudantes que, de acordo com Martins (2013) as concluíssem o ginásio, cursos especiais para os trabalhadores das indústrias, cursos tecnológicos para os alunos que concluíssem o colegial e curso de formação profissional para os estudantes do ginásio.

Na década de 1950 as matrículas no ensino secundário não passaram de 650.000 alunos em uma população de mais de cinquenta milhões de pessoas. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (1964), em 1962 foram matriculados 1515834 alunos no Ensino Médio e apenas 214575 concluíram essa etapa, em 1963 houve 1719624 matrículas e apenas 250334 concluíram.

2.1. 14 Ditadura Militar (1964 A 1985) - os caminhos e descaminhos

Mesmo em situações que pode significar certas controversas no cenário da educação, muitas das implementações estiveram sendo realizadas nesse período.

Saviani (2006), recupera os argumentos da elite brasileira para justificar o golpe militar ocorrido em 1964. Esse período foi marcado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censuras, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

A inibição forçada de direitos e deveres fazem da ditadura um momento de estagnação da luta por uma educação libertadora, assim, a educação passou a se moldar pela esteira do discurso militarizada, que preconizava uma condição que era determinada por quem detinha o poder.

Costa e Melo (1999), afirmam que após a tomada do poder pelos militares, foi estabelecido o AI-1. Dando plenos direitos ao governo militar de modificar a constituição brasileira, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que fosse contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, além de determinar eleições indiretas para a presidência da República.

Sistemas como tal mencionado tem a prerrogativa em se apresentar como sendo focado em uma ideia que se impõe a qualquer meio que se pautar na ideia de liberdade de opções. A educação perdeu seu rumo e se organizou dentro dos parâmetros supostos pelo sistema.

Os principais atos executados pelo presidente Castelo Branco foram as cassações políticas; fim da eleição direta para presidente; a criação do bipartidarismo; limitação de direitos constitucionais; suspensão da imunidade parlamentar.

No governo de Costa e Silva a violência da ditadura militar se manifesta mais intensa por meio do Ato Institucional nº 5 (AI - 5), adota-se uma política econômica voltada para o combate da inflação e expansão do comércio exterior. Ocorrem investimentos nos setores de transporte e comunicações e foi realizada uma reforma administrativa.

O educacional O presidente Médici deixou marcas de uma forte repressão política chamada de "Anos de Chumbo", com exílios, tortura, prisões, desaparecimento de pessoas, combate aos movimentos sociais e censura.

Tal período ainda é caracterizado pelo "Milagre Econômico", com forte crescimento do PIB e uma intensa propaganda patriótica.

O presidente Ernesto Geisel propôs a abertura política desde que fosse "lenta, gradual e segura"; aumentou o mandato de presidente de 5 para 6 anos. Foi criada

no seu governo a figura do senador biônico. No cenário econômico ocorre uma alta da inflação e dívida externa. Ocorre ainda a restauração do habeas corpus e fim do AI-5.

Durante o governo do último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo iniciou a transição para o sistema democrático, com o restabelecimento do pluripartidarismo. A crise econômica se agravou e intensificou o número de greves, e protestos sociais. Por fim foram restabelecidas as eleições diretas para governadores dos estados e para presidente da república.

Com o objetivo de adequar a estrutura nacional da educação aos princípios que regiam o projeto político defendido pela ditadura militar, duas reformas são incluídas na LDB 4.024/1961. A primeira alteração é imposta pela Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fica conhecida como Reforma Universitária. A outra mudança, introduzida pela promulgação da lei no 5.692, em 11 de agosto de 1971, visou o “ensino de primeiro e segundo graus”: torna obrigatória a profissionalização no 2º grau.

As duas reformas educacionais fracassam devido à falta de recursos. O Estado não prepara as escolas, não compra os equipamentos e materiais básicos para o funcionamento dos cursos técnicos. Não consegue proporcionar condições para o desenvolvimento da educação secundária, e os resultados afetam profundamente o ensino profissionalizante, como declara Zibas (2005) que:

As escolas técnicas tradicionais tiveram de se adequar aos novos cursos profissionalizantes, nivelando-se por baixo esse tipo de formação. Além disso, as camadas médias não se interessavam pela profissionalização, pretendendo apenas que o ensino médio preparasse seus filhos para a universidade. As escolas privadas, atendendo aos anseios de sua clientela, improvisavam pseudocursos profissionalizantes, continuando, na verdade, com a orientação propedêutica anterior. As escolas públicas, por falta de recursos, criavam também simulações de profissionalização, o que apenas empobrecia a educação dos filhos dos trabalhadores. (ZIBAS, 2005, p. 7).

Durante o período militar a educação brasileira incorporou um caráter antidemocrático e alguns educadores foram perseguidos, presos e demitidos de suas funções. Segundo Médicr (2020) através do Decreto estabelecido pelo governo, alunos e professores foram obrigados a calar-se por medo. Muitos estudantes foram presos, feridos e mortos. A União Nacional dos Estudantes foi proibida de funcionar.

A educação no país sofreu modificações, ocorridas por meio da Lei nº 5540/68 que reformulou o ensino superior e a Lei nº 5692/71, que reformulou o ensino primário

e médio.

Stephanou (2004), salienta que em 11 de agosto de 1971, criou a Lei 5.692, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau em âmbito nacional fundamentada na concepção tecnicista da educação. As principais mudanças foram: aumentou a obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, um sistema único de ensino para o ensino médio.

Ribeiro (1998), destaca que a Lei 5692/71 determinou as bases para o ensino de 1º e 2º grau, articulando a intervenção do governo nos três níveis de ensino. Determinava a prioridade na quantidade e não na qualidade, nas técnicas desenvolvidas e não nos ideais de ensino. Com a lei 5692/71 o ensino secundário passou a se chamar segundo grau e tornou-se profissionalizante de modo universal, tendo em vista a entrada desses alunos no mercado de trabalho.

Segundo Kuenzer (2011), a Lei 5692/71 pretendia acabar com a dualidade entre o ensino médio propedêutico e o profissionalizante, porém não obteve êxito.

Durante a ditadura militar houve uma expansão nas universidades, a implantação do vestibular classificatório, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que pretendia acabar com o analfabetismo no país, sendo extinto algum tempo depois por denúncias de corrupção.

O ensino de 1º e 2º graus foi reestruturado, os currículos foram modificados, implantou-se a disciplina de Educação Moral e Cívica e deu uma nova abordagem a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), fez-se a junção de História e Geografia passou a se chamar Estudos Sociais. A nova abordagem curricular tinha como objetivo atender aos interesses dos militares. Freitag (1980) destaca que:

“Dos 1000 alunos matriculados no ensino secundário em 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas de evasão 44% no ano primeiro ano, 22% no segundo ano, 17% no terceiro ano. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5%”. (FREITAG (1980, p.61)

Nos anos setenta, as mudanças ocorridas no Ensino Médio, contribuíram significativamente com o crescimento das matrículas. Assim entre 1970 e 1980 mais de um milhão de alunos se matricularam no Ensino Médio. Os anos 80 foram marcados pelo aumento da repetência e da evasão escolar registrando índices altíssimos no Ensino Médio.

2.1.15 A Nova República (1985-2014) - o Reencontro com os caminhos

A Nova República iniciou-se com o fim da ditadura militar. Esse período foi marcado pela transição democrática, eleições, crise econômica e implantação de planos econômicos.

Cotrim (1999), relata que o fracasso do modelo político-econômico adotado pelo regime militar ficou evidente durante o governo Figueiredo. O país tinha mergulhado numa das maiores crises de sua história que se refletia nas elevadas taxas de inflação, no assombroso endividamento externo e déficit público.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito para presidente da república e José Sarney como vice-presidente com o apoio das forças da Aliança Democrática. Porém o primeiro presidente eleito, Tancredo Neves, não pode tomar posse, pois faleceu logo após o término das eleições.

Seu vice Sarney assume o poder e teve como fato mais importante a implantação do Plano Cruzado, tendo como meta o combate à inflação pelo congelamento de preços e da troca da moeda, a eleição de uma assembleia nacional constituinte, que elaborou e aprovou em 1988 uma nova constituição.

Cantos (2009) relata que:

“Em 1985 termina o governo militar e começa a nova república que por eleições indiretas. com a morte trágica do presidente eleito, tancredo naves, assume o vice josé sarney. em 1988 é promulgada a nova constituição, que defende a educação como direito de todos e dever do estado e da família.”
(CANTOS, 2009, p.71)

O governo de Fernando Collor de Mello foi marcado pelo fracasso dos sucessivos planos econômicos e por denúncias de corrupção. Collor foi afastado do governo em 1992, pelo processo de impeachment, conduzido pelo Congresso Nacional, com isso, o vice-presidente Itamar Franco assume o país.

Paludo (2010), afirma que durante o governo de Fernando Collor de Melo ocorre uma mudança de Estado desenvolvimentista e interventor para um Estado neoliberal.

Itamar Franco 1992 a 1994 enfrenta um país com uma grave crise socioeconômico. O senador Fernando Henrique Cardoso é nomeado como ministro da fazenda e toma a medida de implantar o plano Real que tinha como meta acabar com a inflação e estabilizar a economia do país.

Segundo Paludo (2010), o presidente Itamar Franco adotou uma postura

conservadora e não realizou nenhuma reforma significativa, contudo foi em seu governo que a elevada inflação passa a ser controlada. Uma das principais medidas de combate à inflação foi à implantação da unidade real de valor (URV).

Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), foi o primeiro presidente da República que teve dois mandatos consecutivos, comandou o país durante oito anos, no seu primeiro mandato teve como meta fortalecer o real e controlar a inflação que assolava o país.

Paludo (2010), relata que em 1995 inicia a era Fernando Henrique Cardoso com o firme propósito de que cabia ao Estado a função de coordenar e regular a economia do país.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foi marcado pela implantação de vários programas sociais, durante o seu segundo mandato procurou manter e da continuidade nos projetos do governo anterior.

Silva (2009-) ressalta que:

“A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República em janeiro de 2003, ocorreu oito anos após a implantação do Plano Real. Apesar de ter sido eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e com enorme apoio de movimentos populares e os demais partidos de tendência de esquerda no cenário político nacional, o governo Lula desde o primeiro momento optou pela manutenção e pelo aprimoramento das políticas conservadoras do seu antecessor. “ (SILVA, 2009, p.76).

A primeira presidente eleita em 2011, Dilma Rousseff, foi ministra de Minas e Energia e ministra Chefe da Casa Civil do Brasil durante o governo Lula. Foi reeleita em 2014. Pode-se afirmar em linhas gerais que no seu 1º mandato deu continuidade aos programas do governo Lula.

2.1.16 A Nova República- Mudanças adaptações Educacionais

A nova Constituição de 1988 é considerada a Carta Constitucional em que a educação ocupa mais espaço, não obstante o direito público subjetivo ter sido restrito ao ensino fundamental.

A obrigatoriedade de oferta continuou limitada aos oito anos desse nível de ensino, prerrogativa que mantinha em suspenso a responsabilidade do Estado em garantir e proteger o direito à educação infantil e ao Ensino Médio, deixando permanecer em situação de desamparo milhões de crianças e jovens.

Apesar disso, a CF de 1988, devido ao contexto de sua formulação, significa uma vitória para o povo brasileiro: foi o ápice de uma luta pela reconstituição e ampliação dos direitos de cidadania.

O Brasil estava em pleno processo de redemocratização após duas décadas de ditadura aberta, caracterizada pela restrição dos direitos civis e políticos, pela repressão e pelo abuso do poder de polícia do Estado – milhares de pessoas foram presas de maneira irregular, submetidas à tortura e até assassinadas à revelia dos direitos humanos declarados internacionalmente.

Sobre os avanços ocorridos podemos citar que foram ampliadas e especificadas as bases e condições da educação, bem como as obrigações do Estado no setor educacional como um todo. Destacam-se algumas obrigações inéditas ao Estado, inscritas no art. 208:

I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Progressiva universalização do Ensino Médio gratuito;

Referente ao Ensino Médio, não há nenhuma intervenção específica. A legislação permanece estagnada até a promulgação da nova LDBEN, através da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com Bobbio (2004), na CF de 1988, a proteção dos direitos e obrigações individuais e coletivos é também assegurada, como, por exemplo, os que se referem aos novos direitos, exigidos para o atendimento, em suas diferenças, de categorias sociais específicas. É o caso das questões de gênero, etnia, idade e necessidades especiais.

Muitos dos dispositivos previstos na CF de 1988 para a educação se encontram em processo de regulamentação, num ritmo moroso e de modo profundamente desigual, nas regiões brasileiras acompanhando o ritmo da urbanização.

É, sobretudo, no meio rural que ainda há déficit de oferta de vagas, e nas regiões mais pobres do país persistem as taxas mais elevadas de repetência, evasão e distorção série-idade.

A gratuidade, a obrigatoriedade e o financiamento da educação pública são hoje questões que respondem a problemas históricos e carregam as marcas da trajetória tortuosa do direito à educação no Brasil, com suas voltas, idas e vindas, suas contradições, tensões e disputas internas.

Igualmente sinuosa é a trajetória do Ensino Médio, o qual sempre esteve à

mercê da arbitrariedade de administradores públicos que não demonstraram compreender que direitos se distinguem e se opõem ao clientelismo, com seus privilégios reservados aos ricos, e ao assistencialismo, com suas migalhas destinadas aos pobres.

Após 25 anos da Lei 5692/71 surge à necessidade de elaborar uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de acordo com as necessidades e anseios da sociedade vigente. Com isso, em dezembro de 1996 é aprovada a nova LDB.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 aprovada em dezembro de 1996, o 1º grau passou a se chamar Ensino Fundamental e 2º grau passou a se chamar Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. Essa mesma Lei determinou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS).

Em 1997, com o Decreto nº 2.208/97 restabelece-se o dualismo entre o Ensino Médio e técnico. Com a revogação desse decreto e a aprovação do Decreto 5.154/04 estabelece-se a integração do Ensino Médio e do Ensino Técnico. Permitindo com isso, a criação e implantação de diversos cursos profissionalizantes.

A nova LDB 9394/96, estabelece a finalidade do ensino médio em seu artigo 35º. A educação brasileira sofreu importantes mudanças: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criado no governo de Fernando Henrique Cardoso que posteriormente foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) no governo Lula.

São mecanismos de ensino e a implantação de programas para facilitar o acesso ao Ensino Superior: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), um programa que avalia os alunos que concluíram o Ensino Médio, gradativamente o ENEM vem se consolidando como uma política de avaliação do ensino médio, e de interesse do governo a adesão das universidades no programa, considerando o exame como forma de acesso ao Ensino Superior.

Durante o governo Lula o exame passou por algumas modificações podendo conceder certificado do Ensino Médio a estudantes com mais de 18 anos e o Programa Universidade para todos (PROUNI), cuja finalidade é conceder bolsas de estudo a alunos do curso superior.

Demo (1995), afirma que a atual LDB traz “ranços e avanços” para o sistema educacional brasileiro. Ressalta que a atual Lei aborda a avaliação como parte central do processo educativo contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento do

processo educacional; na educação básica o sistema é organizado em função do aluno, com avaliação contínua e cumulativa prevalecendo os aspectos qualitativos e o programa de aceleração para os alunos com atraso escolar.

Segundo reportagem da Revista Educação (2011), a educação profissional é a grande aposta da presidente Dilma, buscando qualificar a mão de obra do país e melhorar a qualidade do Ensino Médio. Para tanto é criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem como objetivo financiar cursos profissionalizantes para estudantes de baixa renda.

Em 2009 através da portaria nº 971 lança o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) que tem como objetivo reestruturar os currículos do Ensino Médio. De acordo com publicação do site do Ministério da Educação e Cultura, está sendo realizado em todo país duas medidas importantes à elaboração do novo currículo do ensino Médio nas escolas e a formação continuada para professo

Na CF de 1988 a proteção dos direitos e obrigações individuais e coletivos é também assegurada, como, por exemplo, os que se referem aos novos direitos, exigidos para o atendimento, em suas diferenças, de categorias sociais específicas. Bobbio (2004), retrata que é o caso das questões de gênero, etnia, idade, necessidades especiais e outros.

Muitos dos dispositivos previstos na CF de 1988 para a educação se encontram em processo de regulamentação, num ritmo moroso e de modo profundamente desigual, nas regiões brasileiras acompanhando o ritmo da urbanização.

É, sobretudo, no meio rural que ainda há déficit de oferta de vagas, e nas regiões mais pobres do país persistem as taxas mais elevadas de repetência, evasão e distorção série-idade.

2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS ADAPTABILIDADES

Com o passar dos tempos e a necessidade de ajustar a uma educação integrada e que se molde pelos novos rumos que se preconiza para a nação exige, também, que se construa alicerces e leis que venham a garantir uma escola integrada, com a participação de um conjunto de fatores convergentes para uma educação que promova crescimento. Aqui se faz um esboço pela configuração da educação brasileira e sua organização.

2.2.1 A Educação, sua construção e delineamentos

A educação a princípio se faz pela via da informalidade nos processos de interações e troca entre os indivíduos e se fez necessária desde o surgimento da espécie humana, seja com fins de sobrevivência física ou para o desenvolvimento das capacidades, ampliando a atuação do sujeito no contexto social. Ao longo dos séculos a educação vem se desenvolvendo continuamente, de modo amplo e abrangente, transmitindo muitas coisas, como conhecimentos, valores, ideais e crenças.

Segundo Porto (1987), a educação é um processo socialmente natural que engloba várias concepções de mundo, da qual podemos determinar os fins a serem atingidos pelo ato educativo e que acabam refletindo nas ideias coletivas dominantes. Entender a educação como parte de uma contextualização social onde está ligada intrinsecamente as instituições sociais e não existem meios de entendê-la de outra maneira, se não pela forma social.

Brasil (1988), cita que de acordo com os direitos fundamentais da Constituição Federal-CF de 1988 a educação é um direito fundamental e social, e é garantido pelo Estado. Porém existe uma preocupação da atual sociedade sobre a qualidade do ensino.

A escola em particular que também é uma instituição é produto e promotora de uma das várias formas de realidade social. Sendo responsável em transmitir diversas formas de compreensão do mundo, e acaba por desempenhar um papel muito importante, o de mantenedora da ordem social.

Segundo Freire (1987), para entender a necessidade de educar o ser humano, é necessário resgatar alguns fatos importantes da história da educação, o surgimento da escola no intuito de entender a separação da educação formal e a informal.

A equiparação dos conceitos, da validação do empírico, para muitos teóricos, se refere a um conhecimento prévio, que serve como suporte para uma educação firmada na experiência, aproveitando recursos da informalidade para a construção da educação formal.

Porto (1987), destaca que a escola se originou no seio do liberalismo, que pregava a prática da liberalidade política, religiosa, econômica e igualdade civil. Da qual a consolidação do capitalismo acabou por diferir as classes sociais e a escola serviu de palco desta segregação social.

Com o surgimento da escola tradicional o objetivo era o individualismo, onde a

reflexão crítica dos problemas sociais não obtinha espaço e imperava a formação dos indivíduos capazes de atender a demanda capitalista. Os alunos atuavam mais como meras esponjas, absorvendo apenas o conhecimento detido pelo professor de maneira rígida, havendo uma relação de poder entre professor e aluno.

Como passar dos anos certas mudanças ocorreram, assim como a relação professor–aluno também, na escola progressista a relação era mais maleável, o professor era mais receptivo quanto à demanda do aluno, na busca da construção do conhecimento.

Segundo Barela (2018), havendo também o surgimento de outras escolas, como por exemplo, as escolas técnicas, que priorizavam a formação técnica e qualificação para o mercado de trabalho, visando atender a demanda da sociedade industrial.

Se faz interessante que o sistema de educação estabeleça critérios para o cenário educacional e que todos os níveis e categorias possam interconversar, já que em qualquer que seja a modalidade a intenção seria levar uma educação que possibilite cidadania social.

Nos últimos anos a formação técnica tem preocupado mais do que a própria educação. Segundo Cerutti (2014), há uma lógica paralela de atuação dos ramos especializados, abandonando a ideia de interdisciplinaridade e complementaridade em prol do egocentrismo científica.

O padrão de educação que nos põe a frente é formado apenas para preparar o grupo de aprendizes e não para formar descobridores, de modo que alguns não precisarão aprender nada e serão destinados aos trabalhos mais escravos, insalubres e outros poderão ter domínio sobre a realização de uma função com alguma especialidade e outros terão a capacidade de gerir e planejar o rumo da sociedade, de modo a separar grupos da mesma origem: pobres com pobres e ricos com ricos semelhante ao sistema de castas da Índia.

Atualmente a educação passa por muitas mudanças e recentemente passamos pela inclusão de vários indivíduos que anteriormente não tinham acesso à educação embora já houvesse leis que garantiam ao mesmo o seu acesso, bem como hodiernamente vem ocorrendo uma grande revolução tecnológica digital, facilitando a comunicação e aprendizagem.

Todavia, por outro lado, o Estado cada vez mais se distancia do seu objetivo constitucional de assegurar de forma ampla a educação aos seus cidadãos.,

incentivado a privatização de vários setores, entre elas os serviços educacionais, dentro de um modelo capitalista com uma vertente, neoliberal cuja objetivo deste modelo capitalista é a participação mínima do Estado, e, por conseguinte, essa abertura de mercado causa uma acentuada divisão de classes sócias.

Para Araújo (2020), a sociedade foi vivenciando tantas outras modificações relacionadas às relações de trabalho. Com o capitalismo instala-se a competição para se alcançar grandes resultados financeiros e o lucro imediato.

Da qual a realidade liga-se diretamente à escolarização, valorizando-a de modo acentuado, pois passa a ser fundamental qualificar-se para possuir atributos que atendam as demandas do mundo do trabalho.

Contudo, a educação de qualidade não é acessível a todos, e a desigualdade de instrução e de oportunidades torna-se evidente, deixando as camadas mais pobres da sociedade relegadas à força de trabalho e aos cargos de menor remuneração, na maioria de esforço físico e com menor exigência intelectual.

O papel da educação deveria ser o de formar cidadãos em sua totalidade e fornecer subsídios para que ele construa conhecimento necessário para o exercício da cidadania, assim como também garantir seus direitos e cumprir seus deveres.

A educação em nossa contemporaneidade atual passa por momento de profundas e rápidas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, pois as informações circulam com tanta rapidez que se tornam superficiais e neste meio uma educação de qualidade é um diferencial.

De acordo com Barela (2018), a educação é imprescindível para as organizações e principalmente para a inclusão social, que deveria tornar o indivíduo mais tolerante e consciente acerca de seus próprios atos em relação aos demais.

A sociedade tem como item obrigatório para seu desenvolvimento, a educação. Buscando-se nas raízes da educação o verdadeiro sentido para a evolução cultural, pois a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação. Neste contexto, se pode inferir que a globalização é uma preocupação em relação a inclusão e principalmente quando se fala na classe minoritária.

Segundo Batista (2020), as escolhas realizadas de modo estratégicas, muitas vezes feitas pela elite ou líderes do governo transformando os visíveis como minorias, contra as quais podem desencadear campanhas caluniosas levando a destruição cultural de um povo.

O contexto popular é propenso a falácias por ser construído com conceitos

superficiais, o misticismo, as crenças e outras concepções figurativas são bastante firmadas que a concepção da população inculta chega a ser desproporcional, o que não se pode descreditar de maneira abrupta, tem que existir uma reconstrução e aprendizagem de novas proposituras.

Para Miranda & Schier (2016), existem Leis que regulamentam e norteiam a educação no Brasil com o objetivo de oferecer educação de qualidade a todos, independentemente da classe social, cultural, limitações físicas ou psicológicas, localidade, política, economia, religião, raça ou quaisquer outras diferenças que existem.

As esferas dos governos Federais, Estaduais e Municipais são responsáveis pela formação, controle e execução, além de fiscalizar o cumprimento das diretrizes educacionais assim como suas legislações educacionais. Incluindo todos os níveis da educação e também fatores que envolvem a educação como questões financeiras, de planejamentos, estruturais, democráticas e de mão-de-obra.

Apesar das Leis estarem em vigor algum tempo, elas sofrem atualizações conforme a demanda e necessidades do sistema em geral.

A sociedade brasileira está imensamente diversificada e complexa, constituem de um povo misto, com inúmeras diferenças físicas, econômicas e sociais e é por essa diversidade que a educação é tão importante, pois é por meio dela que encontramos a inclusão de todos e encontramos o equilíbrio aos âmbitos sociais.

Segundo Freire (1993), as diferentes questões sociais fazem parte das mudanças da sociedade.

Desta forma um meio de garantir uma educação de qualidade é garantir o conhecimento dos direitos sociais, o que inclui a implementação do Direito Constitucional atribuída nos estudos na educação básica.

Miranda e Schier (2016), sinalizam que a família também é parte da educação de todos, pois estão inseridos no cotidiano de modo direto e são considerados exemplos a serem seguidos.

A roupagem da construção familiar perpassa às culturas adjacentes e que a construção do saber, na sua maior excentricidade vem da assimilação que passa a ser um veto real para as imposições que serão vistas no exterior ao ambiente de construção.

De acordo com Barela (2018) na busca de uma educação de qualidade é importante entender o grau de qualidade que cada cidadão busca, visto que cada um

tem um modo de ver as coisas como elas são.

Alguns acreditam que faltam mais quadros, mais escolas e hospitais e outros já defendem que precisamos de mais investidores, mais projetos econômicos, e o autor destaca que aprimore o importante seria uma nova atitude, em busca de uma melhor condição.

A função social da educação analisado por Frigotto (2015), afirma que não a sociedade humana sem o trabalho e educação. Visto que toda sociedade vive do que se nutre e para se nutrir ela depende da produção da qual é originado do trabalho.

Cada geração cuida da formação da geração posterior da qual lhe atribui e transmite conhecimentos e experiências, educando-a, as experiências que antecedem um sistema é o que determina sua.

Considerando o papel educacional Morin (2003), reforça que se deve o respeito pelas culturas e entender que elas são imperfeitas na sua totalidade e que todas as culturas constituem de uma mistura de valores culturais e superstições, saberes acumulados, verdades profundas e entre outros saberes.

Atualmente a educação tem exercido mais a democracia e a cidadania, onde novos meios de comunicação estão sendo inseridos em ambiente escola, alunos está em constante contato com as novas tecnologias, entre eles o uso da internet que se tornou imprescindível tanto para alunos, professores, família e sociedade de modo geral.

Segundo Costa (2018), os professores utilizam de vários recursos e metodologias para inovar sua aula e obter interesse do aluno pelos conteúdos ministrados, onde acabam se deparando com a ciência que defende vários parâmetros de pensamentos, discernindo entre o certo e o errado, o que acaba trazendo novas possibilidades para a sociedade com mais conhecimento as culturas, uma educação diplomática e igualitária.

Nesse contexto, o professor é um ser que acolhe e deve ter uma percepção de aproveitar a todas as inserções que o aluno traz consigo, numa sala de aula onde os alunos são de diferentes ambientes, são socializados, ou seja, fazem suas relações de modo que o sistema incorpore as suas percepções e se ajuste a construção.

Segundo Piaget (1973), o professor é o principal mediador para a educação da sociedade de forma geral, pois ele é responsável por transmitir e auxiliar o melhor processo de absorção do conteúdo pelo aluno, considerando idade, capacidade e limitações, leva em conta fatores externos que podem interferir, como a cultura,

localidade, fatores sociais políticos e econômicos que fazem parte do dia-a-dia do aluno.

Os impactos que educação nos traz são extensos e profundos, além de ser um direito fundamental e constitucional e possui grande impacto em nossas vidas, trazendo principalmente qualidade de vida para o indivíduo e para seu país. Sua importância vai muito além do que alguns descrevem, é como perguntar qual a importância do ar para nós.

Podemos resumir que ela é quem nos norteia e assegura o acesso a informação e conhecimento em todas as áreas que se possa imaginar, principalmente nos assegura o conhecimento e cumprimentos de nossos direitos.

Grandes benefícios uma educação de qualidade faz pelos cidadãos como o combate à pobreza, está ligada as oportunidades no mercado de trabalho uma pessoa que tem escolaridade tem mais chance que empregar-se, do que uma não alfabetizada.

Segundo Caust (2017), faz a economia crescer, os países que priorizam o ensino de qualidade têm um maior crescimento econômico e que para cada ano adicional de escolaridade a média anual do PIB aumenta proporcionalmente.

Promove a saúde em vários aspectos, pois é o mais acessível o entendimento da importância a prevenção, da vacinação e de hábitos higiênicos além de não se omitir em saber e procurar o melhor tratamento. Reduz a mortalidade infantil e a taxa de fecundidade, e a educação também estão ligadas a hábitos mais saudáveis.

Diminui a pobreza segundo a ONU (2019), pois a educação está ligada diretamente as questões que envolvem conflito humano, diminuindo a ignorância e a desconfiança entre uma sociedade. Garante a instrução e compreensão que possam ser promovidas em respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Diminuem os impactos ambientais e ajudam a preservar e educar outras pessoas para decisões sustentáveis que satisfazem as necessidades presentes sem interferir, de modo prejudicial as futuras gerações.

Segundo Miranda & Schier (2016), a educação também promove o fortalecimento da democracia e a cidadania, onde os adultos mais escolarizados são os mais engajados as questões sociais e cumprimento de seus deveres cívicos.

Assim como ajuda a compreender o mundo da qual está inserido como, por exemplo, tudo que se pode fazer por si ou para qualquer indivíduo se torna realidade a partir do conhecimento que permite observar tudo que ocorre em volta e atuar de

maneira significativa qualquer contexto em que vivesse.

2.2.2 A Constituição Federal de 1988- os novos aportes

É datado que em 1988, após aproximadamente, duas décadas de regime ditatorial imposto pelas Forças Armadas, é promulgada no Brasil a nova Constituição Federal. Constituição de 1988 assegura ao povo brasileiro onze direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, além de cinco direitos individuais e coletivos: à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigos 5º e 6º).

De acordo com Brasil (1988), particularmente à criança e ao adolescente são acrescentados outros seis direitos aos descritos anteriormente: à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e à convivência comunitária.

As diretrizes norteadoras da educação básica fundamental no Brasil estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

“O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e seu não oferecimento pelo Poder Público ou a sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade”. Assim rege a Constituição Federal Brasileira de 1988, no § 1º do art.208.

O estatuto da criança e do adolescente – ECA – criado pela Lei n. 8.069, de 13/07/1990, é o amparo legal à criança, ao adolescente e ao idoso em toda sua amplitude. Sua doutrina predominante é a da proteção integral, ou seja, o fornecimento de toda a assistência necessária ao pleno desenvolvimento da personalidade.

O maior marco na década de 90 foi a aprovação da LDB nº 9394/1996 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da lei 8.069/1990, que reafirma o inciso da constituição federal, a educação é um direito da criança e todos os indivíduos até os 18 anos incompletos.

A LDB tem o objetivo o desenvolvimento integral da criança, e complementa a atuação da família e da comunidade. As conquistas constitucionais de 1988 juntamente com o ECA 1990 previa o atendimento as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade.

O documento especifica que o agrupamento de crianças de seis, sete e oito anos deve respeitar, rigorosamente, a faixa etária, considerando as diferenças individuais e de desenvolvimento. O MEC (2009), no entanto, não traz com clareza quais são as adequações necessárias para que sejam respeitadas as necessidades de cada faixa etária e de cada indivíduo.

Deste modo as crianças e adolescentes foram inseridos no mundo dos direitos, onde um sistema fiscalizador era voltado as políticas direcionadas as crianças, da qual servia para fiscalizar e impedir que as verbas voltadas para a essa área fossem desviadas as leis as crianças dos adolescentes não fossem ignoradas ou simplesmente violadas, além de determinar o cumprimento dos direitos das crianças, dando uma nova visão sobre a criança.

Segundo Lopes (2016), o ECA veio para fortificar a criança como cidadão, lhe garantindo direito de ser criança, de brincar, de querer, de adquirir conhecimento e de ser alguém em constante desenvolvimento. Onde para não haver divergências perante a sociedade, as legislações tiveram que ser alteradas para atender o que estabelecia o ECA.

O ECA evidencia que as crianças e adolescentes deixam de ser entendidos como objetos de medidas judiciais e que passam a ser tratados como sujeitos que possuem todos os direitos fundamentais e inerentes a pessoa humana, dando-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral e social com liberalidade e dignidade. De acordo com Brasil (1990), não podem ser submetidos as mesmas condições e situações do mundo adulto, necessitando condições especiais para crescer e se desenvolver.

Diante destas perspectivas pode-se reconhecer a criança e o adolescente como pessoas em formação e que possuem direitos, das quais devem ser ofertados pelo Estado de forma prioritária, através das políticas públicas.

De acordo com Moreira (2015), o ECA regulamenta diversos direitos destinado exclusivamente a este público infantojuvenil como, direitos à vida e à saúde (artigos 7º ao 14); à liberdade, ao respeito e à dignidade (artigo 18); à convivência familiar e à comunitária (artigos 19 ao 24); à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (artigos 53 ao 59); à profissionalização e à proteção ao trabalho (artigo 60 ao 69); e direitos individuais (artigos 106 ao 109).

O estatuto da criança e do adolescente reafirma o dever do estado com a educação oferecida, além de diferencia-las conforme sua faixa etária, da qual atribui também a família e a sociedade o dever de zelar pela educação.

Mariano (2017), dita que ao modo de que ao mesmo tempo se impõe a responsabilidade a família não especificando o papel da família, da sociedade e do estado.

De tal modo o ECA representou ganhos significativos para essa classe infantojuvenil, no campo formal com seus direitos promulgados pela constituição federal, o estado impulsiona a discussão que influenciam os setores educacionais, dentre os quais se englobam as universidades.

Teixeira (12003), destaca que os sindicatos e as organizações não governamentais a também defenderem a educação infantil.

Diante destes referenciais o MEC realizou pesquisas com o objetivo de traçar uma política que garanta a qualidade e o acesso na educação ofertada em todos os estabelecimentos de educação brasileira.

No caso, Lopes (2016), a escola desempenha uma função acumulativa, da qual deveria ser apenas uma continuação da educação a fim de aprimorá-la intelectualmente. Esse acúmulo levou a equívocos por todas partes, tanto dos pais, quanto dos alunos/filhos e da própria escola.

Não se pode questionar o grau de relevância dessas ações ao debate sobre educar e cuidar na educação infantojuvenil. Mesmo com programas direcionados a mitigar a pobreza com poucos recursos relevantes e destinados ao caráter assistencialista, tais ações impulsionaram debates no âmbito das políticas públicas entre os setores da assistência social e da educação em busca da regulamentação da educação, marcado por práticas educacionais assistencialistas.

A criação do ECA é carregada de questionamentos provocados pela falta de conhecimento, incluindo a falta de vontade, e também o receio de lidar com a lei partindo tanto da direção escolar quanto do seu corpo docente. De acordo com Moreira (2014), a lei é um avanço significativo em defesa dos direitos infantojuvenil, das quais se opõem desafios e dificuldades de mobilizar os responsáveis públicos de adotarem tais diretrizes em seus sistemas de ensino.

Os desafios que essas leis apresentam em sua interpretação acaba por provocar uma grande sensibilização do professor que acaba tendo e vendo o Estado como um instrumento criado apenas para defender menores infratores.

Mariano (2017), destaca que os responsáveis públicos e gestores educacionais devem promover a sensibilização desses profissionais como um passo primordial para fazer com que o ECA se torne mais presente no ambiente da qual ele foi idealizado e

incorporando no cotidiano escolar todas as questões relacionadas aos direitos das quais estão inseridos, capacitando os docentes e direcionando-os a desenvolver formas de inseri-los em seus currículos.

A educação tornou-se refém da falta de limite proveniente da má interpretação dos direitos conferidos a todos, levando a uma crise profunda no ensino. Com encontros e desencontros a função da educação adquirida por lei não mudou, a sala de aula não é apenas um ambiente onde se aprende ler, escrever e contar, mas também é o lugar da educação na sua totalidade, entre elas a moral.

2.2.3 Situação da Família na Constituição Federal 1988

A sociedade vem presenciando uma crescente e extensa desigualdade social e que afeta diretamente a célula que constitui a família. A família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, é um fenômeno social que faz parte da sociedade e nela atua como mediadora das normas sociais, dos modelos e das influências culturais. É um conjunto ou um grupo de pessoas que precisam seguir regras e normas com seus devidos valores, seu tempo e sua história.

Segundo Veloso (2014), a formação familiar está bem diversificada e vem se transformando com o passar dos tempos, o que não quer dizer que as crianças e adolescentes que fazem parte dela, devam ser tratadas de maneira diferenciada no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem a família é o principal referencial de educação a todos.

A como o centro de acolhimento do conhecimento infantojuvenil, sendo a família, essa entidade pode ser um divisor de atitudes, pró ou contra devido ao desenvolvimento de competências e habilidades no ambiente informal, ou seja, a criança tem sua formação imediata no ambiente onde absorve informações.

De acordo com Silva (2018), são muitos os itens que ajudam a reconhecer um grupo como família, sendo as regras impostas pelo Estado, as relações trabalhistas, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas.

Pode-se observar que o conceito de família sofreu grandes mudanças no decorrer dos anos, a família de da atualidade é bem diferente da conhecida há alguns anos atrás, onde constituía de pai, mãe e filho na qual cada membro tinha seu papel

bem definido.

Na atualidade, muitos papéis se inverteram, como o chefe de família, o pai e como o responsável pela manutenção da casa, na contemporaneidade, fica cada vez mais a cargo da mulher. De acordo com a Constituição Federal de 1988, p. 148 art.227 que define:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, p. 148).

De acordo com Szymanski (2001), em sua nova estrutura a família é constituída por qualquer tipo de pessoa, sem seguir uma ordem, podendo estes estarem unidos ou não, se vivem juntos ou não e que tem afinidades entre si.

Se neste grupo, houver uma criança, ela deverá ter amor, afeto e acima de tudo, seus direitos devem ser respeitados.

Segundo Veloso (2014), o número de famílias em que a mulher é a mantenedora e assume a direção da família, atualmente é alto, mesmo com a presença do pai no lar, as responsabilidades são compartilhadas e é garantido por lei a divisão de responsabilidades na criação dos filhos.

Neste sentido, os filhos adotivos e gerados por inseminação artificial ou criados por casais homossexuais não mudam o objetivo da família, sendo este um espaço de convivência, com o amor e a segurança de seus integrantes.

Para Ribeiro (2016), os caminhos diferenciados da vida conjugal comum, mas que buscam a mesma base familiar, desde que a criança saiba qual o seu lugar dentro do contexto familiar da qual está inserida, sentindo-se segura para pedir o que precisa e ter a sua individualidade respeitada.

Com os novos direcionamentos tomados por cada família, geralmente após o divórcio dos casais as famílias se dividem em novas famílias sendo comum no decorrer do tempo que construam outros novos lares, com outras pessoas até então desconhecidas.

A família reproduz no seu interior os padrões na qual estão inseridas, com um diálogo social mais amplo, ela é ao mesmo tempo resultados de consequências e o próprio agente de mudança. Da qual a família brasileira vem passando por acentuadas mudanças, em particular. Onde Silva (2018) e Ribeiro (2016) destacam que as novas configurações familiares causam dificuldades de entendimento à escola, fatos que

pesam na nova forma de agir da família.

A visão da família patriarcalista vai cada vez mais ficando na história e deixa revelar os segredos ocultados que a cortina da vergonha, do poder excessivo, da falta de dignidade com a mulher, entre outros que foram cultivados por muito tempo.

Segundo Vigotsky (1998), a família é um dos meios pelos quais a sociedade transmite toda a sua cultura aos novos membros e agregados impondo traços peculiares e demais comportamentos, direitos e deveres de cada um e a interação entre todos, onde a criança aprende o princípio de organização, pré-determinando grande parte de seu comportamento no futuro assim como adquire a visão global na sociedade e seu lugar nela.

A família, então, por suas novas configurações passa a ser questionada, por assumir modelos diversos, deixando sair das mãos opressoras o direito em inibir ações que, por ventura, se posicionavam contrárias às regras estabelecidas como fonte de “moral e bons costumes”

De acordo com Veloso (2014), “É no sistema familiar que são expressas as inquietações, as conquistas, os medos e as metas pessoais. Para tanto, é necessário preservar a individualidade dos seus membros e ao mesmo tempo preservar o sentimento coletivo”.

Se pode perceber que a diversidade familiar da qual se depara no cotidiano, ao se perceber que os pais que deixam de ser autoritários e são mais liberais, deixam os filhos mandarem e desmandar, como ir à escola somente quando estão dispostos e realizam as atividades só quando desejam.

A ressalva, também, que os pais estabelecem vínculos afetivos, sem deixar seus filhos à mercê de suas próprias escolhas. Devendo ter limites que futuramente deverão influenciar no processo de aprendizagem.

Segundo Silva (2018), a educação familiar age diretamente e de maneira satisfatória a aprendizagem, agregando pontos positivos ao longo da vida escolar. Ao longo da pesquisa foi observado que autores apontam fatores socioeconômicos e familiares como interferências no desenvolvimento escolar, porém se a família tem um certo convívio com a escola, esses fatores decrescem de forma substancial pois os pais adquirem o compromisso de acompanhar a vida escolar de forma integral nas atividades realizadas.

O suporte essencial para as necessidades infantojuvenil é a família, não importando o seu modelo, desde que ela englobe o sucesso no processo de

aprendizado escolar.

A aprendizagem é um processo individual, envolvendo o pensamento, o afeto a linguagem e a ação, das quais precisam estar em harmonia e a família é a base para esse processo e essencial para seu sucesso, a família desenvolveu e sempre desenvolvera grandes expectativas com relação aos filhos, visando o processo educacional não é diferente.

Pois quase, se não a maioria dos pais querem os filhos obtenham sucesso escolar em todos os sentidos, e quando não se tem esse nível satisfatório é preciso então analisar o estudante, a sua família e a escola.

Porém, segundo Silva (2018), Veloso (2014) e Ribeiro (2016), em opinião unanime, destacam que é dentro do contexto escolar que as dificuldades serão apaziguadas ou multiplicadas, seja qual for a origem do problema.

Logo, a conceituação de família em nossa atualidade não é uma expressão passível, sendo possível apenas descrever as várias estruturas e modalidades assumidas pela família ao longo dos tempos, não podemos definir as relações estabelecidas do núcleo familiar de uma forma concreta.

Por fim, segundo Freire (2013), a relação de afetividade que há na família é de grande importância para o desenvolvimento de aprendizagem de uma criança, principalmente quando a mesma tem dificuldades em aprender.

A partir destes esclarecimentos e em contraste com os dias atuais que se percebe que a família está cada vez mais distante dos filhos nos dias atuais, uma vez que o tempo foi sendo cada dia aberto com outros afazeres e responsabilidades, como o prover da prole mais difícil, a mulher indo cada vez mais cedo e com maior frequência para o mercado de trabalho, os filhos acabem ficando sem atenção que a algum tempo atrás obtinham.

Tal situação tem grandes reflexos diretos na vida escolar o que acaba deixando menos eficiente o trabalho pedagógico realizado pelos docentes, pois a escola acaba por dedicar um tempo extra a situações de conflitos e preconceitos presentes no ambiente escolar e que deveriam ser resolvidas e trabalhadas no âmbito familiar.

A iniciativa para contornar essa adversidade criada com a ascensão dos novos conceitos é a socialização de ideias, fazendo interagir diferentes setores sociais, pois a regra que oprimia mulheres, a ser exclusiva do lar passa a requerer mais participação do homem nas atividades.

2.2.4 A Família na educação e os reflexos socioambientais

O surgimento da escola no Brasil deu-se um grande processo de formação para o contexto social. Após a Proclamação da República começaram a acontecer mudanças consideráveis no que se refere na forma de se educar hoje em dia, não sendo mais distintas de alguns e sim como fundamental para todos.

Arcega (2018), cita que sendo essas transformações acontecem até os dias atuais, de uma maneira que a criança passou a ser vista, como um sujeito ativo em todo o processo educacional.

Essas mudanças também acontecerem no papel do professor que antes era o detentor de todo o saber, e que passou a ser um mediador com grandes desafios de entender, que segundo Freire (2013), educar não é apenas o transferir de conhecimento, mas criar inúmeras possibilidades para a sua produção e construção.

Logo a relação entre escola e família se torna mais acessível e harmoniosa com um objetivo único de promover a formação de condições favoráveis que possam favorecer o desenvolvimento da criança nas duas instituições cada um com suas responsabilidades.

Segundo Veiga (2017), a família é um dos três eixos de promoção do direito à Educação. Os pais são responsáveis por matricular seus filhos nas instituições de ensino e garantir a permanência deles. Inclusive, alguns programas públicos de distribuição de renda condicionam o benefício à frequência escolar dos jovens sob tutela dos pais, atestando a família como principal incentivadora dos estudos.

A importância da participação ativa da família na escola é inquestionável e unanime entre os autores Arcega (2018), Botelho (2016) e Bispo (2015) e também as leis brasileiras que cooperam na união entre elas, colocando a escola como a responsável pela aproximação entre ambos.

Em especial podemos verificar na LBD nº 9.394/96 cita no Art. 12, em especial no parágrafo VI, “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e de seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996, p. 11).

Percebe-se que para o dia-a-dia, a prática educacional tem o professor como a ligação mais importante entre os pais e a instituição, sendo esta ligação indiscutível para a formação dos alunos.

A maioria das escolas promove de maneira prática inserir a família no convívio e meio escolar, por meio de reuniões de pais, reuniões de entrega de boletins, atividades comemorativas, homenagens, confraternizações em datas especiais e em eventos em geral.

A escola também realiza um direcionamento da escola em incentivar a presença dos pais e melhorar a relação entre ambos os lados como: a organização do Conselho da Escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Dia da Família na Escola, o Projeto Escola da Família e a iniciativa de voluntários.

Mateus (2016), assinala que, assim como também dão abertura necessária para os pais quando vem avisar que seus filhos estão doentes ou irão precisar se ausentar por motivos maiores, ou quando são chamados para falar de questões de desempenho, indisciplina e tarefas não realizadas.

A escola tem que ter estratégias para que o ensino seja visto como prioridade, também para os familiares, pois uma mentira estratégica para abonar uma falta, não seria problema se isso não se tornasse uma prática cotidiana.

Brasil (1988), cita que para obter êxito na relação da família e a escola é necessário entender o que dispõe o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que diz ser necessário por parte das escolas compreender que a família é a matriz de socialização e educação do seu aluno, que antes de ser aluno é filho e que vem recebendo formação desde o seu nascimento.

Como enfatiza a lei, a hierarquia prevalece numa ordem de comando e os alunos devem estar cientes que devem obediência e aos pais que essa presença deve ser sentida como suporte para garantir que a escola faça seu papel, o aluno deve saber que sua falta na escola tem consequências na vista dos pais.

Apontamentos de Botelho (2016), ressaltam que os mestres deveriam separar as características das crianças, de modo que consiga alinhar o conhecimento que se sabe com o seu desenvolvimento cognitivo e socio afetivo. Onde a estrutura familiar tem grande impacto na ação de permanência do aluno na escola, agindo diretamente na evasão e repetência.

Alguns professores tendem a culpar ou justificar o baixo rendimento escolar dos alunos cujas suas famílias podem ser consideradas desestruturadas, tendo apenas um conhecimento superficial como apoio.

Segundo Mateus (2016) e Lima (2015), as famílias possuem e utilizam diversas dinâmicas, que de acordo com alguns atores é preciso considerar cada relação em

seu contexto, derrubando as barreiras sejam elas de preconceitos ou outras formas que possam atrapalhar o aprender das crianças.

Numa relação de cumplicidade, os filhos conhecem os pais e por hora, os pais imaginam que conhecem seus filhos, baseados ao que foi ensinado em casa, mas nas relações externas tem muitas variáveis que podem mudar o comportamento dos filhos e isso pode ser um impacto importante na hora de afirmar o conhecimento de causa de um aluno problemático.

De acordo com Oliveira (2017), todos os envolvidos família e escola devem criar e manter a aliança para manter as funções das quais são responsáveis. Alguns desses vínculos com o tempo acabaram perdendo seu papel, com o avanço da tecnologia onde cada uma cria seu mundo e se isola do que é primordial e principalmente do seu próximo, que por vezes está à espera de um pouco de atenção, afeto ou até mesmo que o cative diretamente para que consiga superar as dificuldades encontradas no meio escolar.

A família tem papel primordial na vivência escolar e também é parceira da escola na construção da afetividade e também de aprendizagem. Na família os vínculos são construídos diariamente por meio de conversas que conduzam as crianças e o adolescente por caminhos saudáveis de socialização e as relações interpessoais.

Segundo Camporezi (2014), já a escola tem o papel de unificar e vincular todos os conhecimentos adquiridos, propiciando um ambiente com espaços educativos saudáveis que possam favorecer o desenvolvimento da aprendizagem.

A importância do conhecimento das características dos alunos é o que pode ser um diferencial em acionar diferentes espaços e condições de aplicação das aulas. A escola passa a ser um ambiente de descobertas, também para os professores que tem a incumbência de levar inovações aos alunos.

Ribeiro (2016), aponta que a relação família e escola se divergem em pensamentos sobre a educação, mas se unem para a socialização e na busca pela construção do conhecimento da melhor maneira possível.

De forma que essa flexibilização traga benefícios ao aprendizado de forma íntegra, reformulando e completando as ações que foram falhas em ambos. Com ações unificadas onde cada qual transfere valores e amplia o conhecimento científico. Tal momento é grande influenciador na aprendizagem e desenvolvimento da criança e do adolescente.

2.2.5 O processo Ensino Aprendizagem na instrumentação da vida

A aprendizagem é fruto da história de cada indivíduo e das relações que ele detém como conhecimento ao longo da vida, este processo não depende somente do indivíduo ele é um processo que envolve e precisa de várias outras pessoas e experiências adquiridas com o tempo, com a família, amigos e outros.

Pode-se incluir também, as situações como as que acontecem no âmbito escolar com o professor, funcionários, livros e colegas de classe, enfim um conjunto de fatores que favorecem a vida na sua excentricidade, todos os elementos somam se forem orientados.

Vygotsky (1998), aponta que a aprendizagem da criança começa muito antes da que ocorre na escola e que nunca parte do marco zero. Na escola ela ocorre com o estabelecimento de relações que se alinham com os conhecimentos adquiridos anteriormente pela criança.

Quando o autor reconhece que a aprendizagem é uma condição nata do ser humano, que sua construção vai além de uma cultura formal, mas que é construída na vivência, transforma sistemas e molda atitudes se projetar a aprendizagem à simplicidade da vida.

Piaget (1979), cita que a educação é colocada como uma apropriação, reconstrução do conhecimento do outro partir do saber pessoal, com interações entre o pensamento e o meio cultural que necessita ser compreendido.

É uma ferramenta indispensável na vida humana, pois está ligada diretamente com o comportamento do homem dentro da sociedade. Faz parte de um processo contínuo sendo adquirida por duas formas a formal dentro dos recintos educacionais e a informal, dentro das experiências adquiridas e transmitidas no seio familiar.

A aprendizagem é um processo importante, faz parte das interações e socializações que parte da criança durante seu caminho em busca da construção do saber, ela se apropria ativamente do conteúdo produto das experiências humanas e daquilo que seu grupo social domina.

Segundo Junqueira (2016), para ela aprender, no caso a criança, acaba interagindo com os seres humanos em especial como os adultos e com as outras crianças mais experientes.

As tendências pedagógicas influenciaram e vem influenciando o ensino e a

aprendizagem ao longo de todo o contexto da história do ensino e educação. Sendo essas tendências divididas em cinco abordagens com o foco de refletir, pensar e o fazer do professor, na prática do ensino–aprendizagem.

A abordagem “tradicional”, e na teoria o processo de ensino-aprendizagem focado no professor, com o objetivo de formar o aluno ideal sem levar em consideração seus interesses e anseios internos.

Segundo Bispo (2015), o ambiente escolar tinha o professor com mero transmissor de conteúdo e o aluno como um ser passivo no processo, onde os alunos desenvolviam habilidades como a memorização e a repetição.

Em seguida vem a abordagem “comportamentalista”, que se baseia no empirismo e tem o aluno como produto do meio. Onde experimento faz parte da base do conhecimento e o aluno só obtém resposta esperada quando o mesmo é estimulado através de reforços.

De acordo com Lopes (2016), a abordagem “humanista” tem seu enfoque no aluno, com grande ênfase nas relações interpessoais tendo como produto dela o seu crescimento. O professor age como um facilitador da aprendizagem, dando-lhe assistência necessária para o aluno buscar por si só os próprios conhecimentos.

Para Bispo (2015), a aprendizagem “cognitiva” é a forma científica de educar, é produto do meio e resultando de todos os fatores externos. Onde as relações sociais são importantes tanto quanto privilegiar a capacidade do aluno em absorver as informações passadas.

Conversando com as ideias do autor, a humanização do ensino, permite que o professor visualize as inserções empíricas que moldam a personalidade dos indivíduos, se aprende de maneira constante e o que está guardado no subconsciente faz diferença na hora de agir.

No contexto “sociocultural” de acordo com Freire (1989), a aprendizagem deve estar lado-a-lado com a evolução social da qual os alunos estejam inseridos, destaca-se ainda que toda a organização educacional é que deve promover a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo.

Podendo desta forma ser estabelecida algumas contingências que estejam relacionadas ao conceito operacional. Defendendo a ideia de que a aprendizagem pode ser definida como uma mudança relativa e permanente que ocorre no comportamento após o conhecimento e experiência adquirida.

Segundo Freire (2006), a escola em sua totalidade deve ter sua base

educacional de qualidade, que potencialize as capacidades dos alunos, sendo necessário o desenvolvimento de vários processos internos, sócias e biológicos.

A busca pela compreensão e a criatividade realizada pela escola e pelo professor deve ter o foco ao estímulo quando o conhecimento for transferido. Possibilitando o aluno a agir com autonomia e responsável pela sua aprendizagem e consequentemente transformações.

De acordo com Silva (2018), os alunos do ensino fundamental no Brasil, chegam com um grande déficit de aprendizagem, apresentando grandes dificuldades na compreensão dos conteúdos ministrados por seus educadores.

O que de fato acontece para que a educação não tenha os reflexos que se espera dela? Quais as principais causas que tornam o ensino defasado e propenso ao descredito? São muitas as argumentações e o sentido não é achar um culpado é intervir com ciência para desmistificar as limitações.

Piaget (1998), destaca que tal processo no ensino-aprendizagem deve acontecer de forma equilibrada e progressiva, devendo este ser adquirida a partir do equilíbrio e evolução mental, da qual parte das experiências acumulados pelo indivíduo e de sua relação com o meio externo social.

O óbvio é que para que o ensino seja efetivo, se faz necessário que as informações traduzam confiabilidade, o ensino sobrevive das informações catalogadas no curso da vida e se mantém adicionando informações de maneira substancial.

Bispo (2015), sustenta que o ensino-aprendizagem se baseia em uma teoria dialética que por meio da construção do saber, acaba por movimentar de forma dinâmica de conhecimentos entre os saberes empíricos e os científicos.

Não há formas ou meios de separar a educação de desenvolvimento e aprendizagem, sendo este último um processo contínuo do ser humano.

No entanto a aprendizagem é um processo individual e caracterizado no modo de como cada indivíduo adquire e apropria-se do conhecimento, sendo que quando não há bons resultados a culpa recai sobre a escola.

É preciso obter estratégias e inovações na criatividade para que o processo ensino-aprendizagem aconteça e alcance o sucesso desejado, sendo estes procedimentos relacionados com a realidade dos alunos, considerando o cognitivo como um momento social de aprendizagem.

Neste ponto de vista podemos considerar que a aprendizagem acontece diante

da dinâmica e das interações que ocorrem no meio em que a criança está inserida, onde a linguagem, o conhecimento e o pensamento das crianças sofrem alterações ao longo da construção do conhecimento.

Silva (2018) relata de modo que sua mente e sua cognição estão ligadas ao planejamento, reflexão e mediação social. Aos alunos que apresentam déficits na aprendizagem geralmente não conseguem resultados positivos no quesito rendimento escolar, pois possui capacidade intelectual inferior aos demais alunos.

Num último momento podemos dizer a prática do ensino, coloca o aluno de frente com seus conhecimentos em prática, onde seu horizonte e expectativas devem ser ampliados. Passando ao aluno a percepção de uma realidade diferente, compreendendo melhor o seu entorno, e quando for preciso, será capaz de reformulá-lo.

Desta forma o aluno vai percebendo que tanto ele quanto o professor são autores da história e que ambos se modificam, compreendendo o conhecimento e passa a entender a sua realidade.

2.2.6 Onde está o amparo legal para a criança na escola?

O Conselho Tutelar é um órgão municipal, este foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990 conjuntamente ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente. É um órgão permanente, ou seja, uma vez criado não pode ser extinto e possui autonomia funcional.

Segundo Mendes (2005), os Conselheiros Tutelares, gozam de poderes para determinar procedimentos a serem executados pelas entidades governamentais, não governamentais pais ou responsáveis, estado ou sociedade, constituindo crime embargar ou impedir as ações de seus membros.

Ressalta, ainda, que compete ao conselheiro tutelar em seu exercício, zelar pelo cumprimento de direitos; garantir absoluta prioridade na efetivação de direitos e orientar a construção da política municipal de atendimento.

Assim sendo, as decisões devem ser discutidas, analisadas e referendadas pelo conjunto dos conselheiros. Isto faz-se necessário demonstrar o que o Conselho Tutelar pode e deve fazer para atender queixas, reclamações, reivindicações e solicitações feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos.

Exercendo as funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar, os casos aplicar as medidas de proteção pertinentes a cada caso como fazer requisições de serviços necessários à efetivação do atendimento adequado para cada caso.

Segundo Matos (2014), contribuir para o planejamento e a formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias em relação ao que contribui para suas atribuições e funções.

Essa mudança de propositura na esfera municipal, tende a despertar a sociedade para certos valores que ficaram deixados de lado no processo evolutivo, a educação tem que ter múltiplas vertentes e acionar os melhores caminhos para uma educação centrada na aprendizagem.

Ainda nesse enfoque sobre as atribuições e funções dos Conselhos Tutelares, Kaminski (2005), vem sinalizar com atribuições preventivas, coletivas e difusas para o bom desempenho desse órgão quais sejam colaborar com as estruturas econômicas, políticas e sociais participando de fóruns, divulgando doutrina da Proteção da criança e adolescente.

Buscando conscientizar, mobilizar sua comunidade e a sociedade em geral para uma mudança de visão e de comportamento em relação à criança e ao adolescente para a apresentação e execução de propostas na garantia de seus direitos.

Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Indicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as carências de políticas e as necessidades de investimento, fiscalizar as entidades de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Kaminski (2005), mostra que focalizando sempre ensino básico dentro desse contexto para que fiquem bem mais orientado e disciplinado.

De acordo com Mendes (2010), Manaus possui a segunda maior região metropolitana do norte do país, e é a décima segunda do Brasil, com 2.006.870 habitantes.

Na capital amazonense, residem, atualmente, 1,71 milhões de pessoas (87% na área urbana, 13% na área rural; 52,07% são mulheres e 47,93% são homens) sendo a oitava cidade mais populosa do Brasil. Manaus representa sozinha 10,89% da população de toda a região Norte do Brasil e 49,9% da população do Amazonas

segundo dados obtidos pelo censo IBGE/2008.

Um critério não menos importante diz respeito à realidade vivida pela população infantojuvenil no que se refere às situações de risco, exploração, violência e negligência tudo isso é fator determinante para definir o número mínimo de Conselhos Tutelares a serem implantados em um município.

Segundo Mendes (2010), um dos atores mais importantes no contexto educacional são os conselhos tutelares, pois eles têm um poder de fiscalizar e também de zelar pelas crianças e adolescentes da cidade de Manaus.

Essa busca de equiparação de papéis tem se tornado uma mobilização constante, ainda que tardia, faz efeito nas esferas sociais que sobrepõem às dificuldades encontradas no percurso.

2.2.7 A evasão escolar como problemática persistente

Evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. O fenômeno da evasão escolar, conceituado como o abandono da escola pelo aluno durante o ano letivo, antes da conclusão de uma série e conseqüentemente, de um curso.

Bissoli (2010), diz que se trata de uma verdadeira ameaça à realidade educacional de muitos países do mundo, tendo no Brasil um dos campeões desta situação negativa.

A legislação brasileira que inspira que o aluno se matricule, que acione a escola não tem rigor quando esse mesmo aluno que pede a matrícula deixa de frequentar a escola, é um contrassenso que causa distúrbio no processo educacional que se finda pela condição histórica da evasão escolar.

Moraes (2010), destaca que a permanência dos alunos na escola é um dos grandes desafios da educação. A escola como determina a LDB, deve garantir a entrada e permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos.

Assim, a lei não pode ter uma visão que ao mesmo tempo encoraja e por outro lado descredencia, que leva o indivíduo a inutilizar suas capacidades porque ele entende que a educação é passiva de opções de abandono.

Na concepção de Bissoli (2010), a evasão escolar é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente, nos investimentos desta área, pois onera os recursos a ela destinados.

Quanto à sociedade como um todo, os principais custos da evasão escolar são relativos a manutenção de programas sociais como saúde, assistência social, seguro desemprego e outros.

Segundo Bissoli (2010), a maior probabilidade de que pessoas com menor nível educacional se envolvam em atividades antissociais de alto risco, como crime, uso de drogas, gravidez precoce que geram custos adicionais à sociedade.

2.2.8 Evasão e as realidades em nível Brasil

Conforme Souza (2011), a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje. Apesar dessa situação ainda existir no Ensino Fundamental, em que muitas vezes se arrasta por toda a vida escolar da pessoa, sendo assim atualmente, o assunto que chama atenção o número de alunos que abandonam o Ensino em todos níveis.

Evasão escolar, não é um problema restrito apenas de algumas unidades escolares, é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões de pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho.

Devido a isso, educadores brasileiros estão, cada vez mais preocupando com as crianças que chegam à escola, mas que nela não permanecem. No Brasil tem sido tema muito debatido nos diretórios da educação seja a evasão dos estudantes, e para que se saiba onde isso ocorre com mais imparcialidade, muitos estudos são feitos para que se se tenha em questão o que fazer para amenizá-la.

Se faz necessário um censo, uma investigação sobre esse fenômeno em cada um dos estados, o que causa repetência, se é a infraestrutura ou a falta no desempenho dos professores.

Os estados que fazem parte da região norte são notáveis por possuírem historicidades no desenvolvimento do país, tais como Amazonas que é conhecido como um dos estados mais importante da nossa pátria brasileira, pois possui o maior rio de água doce do mundo.

Segundo Oliveira, o acesso a escolas necessita de transportes aquáticos transportes esses, inadequados para transportar alunos de várias idades e ainda as distâncias que são tamanhas.

O Amazonas, segundo o MEC tem (4,7%) de evasão escolar, pois acabam desistindo impedido pela distância e transportes inadequados.

O Acre, segundo o MEC, dados feitos em 2015 o acre tem o maior índice de evasão de alunos da região norte, conforme o ministério, em comparação do ano de 2014, dos alunos que foram matriculados, 6,9% deles não foi localizado, o que dá um número absoluto de 11.809 alunos na faixa etária de 04 a 17 anos.

A Região Norte tem o pior índice de educação, onde 42,2% dos alunos de 08 anos não sabe ler. No estado do Pará a situação não é diferente, o número de jovens que evade das escolas chega a 26% em todo o estado.

Atraindo a atenção da Fundação Roberto Marinho através do projeto mundial, projeto este, desenvolvido para combater a evasão através de aparatos tecnológicos que atraia os alunos para sala de aula com a intermediação do professor, que usará os meios tecnológicos oferecidos, tais como tela, sala, televisão e aulas de DVD e atividades interdisciplinares.

Conforme declara Arroyo (1988), que:

A maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual é precisa estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador. (ARROYO, 1988, p.23).

Prevalecem práticas ultrapassadas; falta de inovação, ou também insinuam que os instrutores sejam capazes de inovar, de criar, de impor o que não está previsto, sair do que as práticas e leis de diretrizes ensinam.

A escola precisa expurgar para fora da velha maneira robotizada em que a educação amparada por uma enxurrada de leis determina, na análise do histórico escolar do Brasil, é notado o quanto a educação foi falha, e que na verdade, muitos educadores estão voltando para o antigo modo de ensino em que o aluno de fato aprendia.

A grande quantidade de dados encontrados pela pesquisa deixa certo desanima, pois, as causas são as mais diversas e desinteresse por parte dos alunos, dos pais ou da escola.

Segundo Queiroz (2010), a complexidade de fatores é que os novos estudiosos da história educacional têm que se mobilizar para achar uma saída; formadores de

ideias novas que movam os patamares atuais, pois, nada é impossível e nada está inalterável para que se mude esse quadro complexo que é a evasão escolar no Brasil.

A escola assume sua caracterização de fazer validar a correspondência de papéis, o ambiente escolar tem que ser acolhedor, propenso a se encaixar nas mais importantes dinâmicas da construção de um ensino de base.

2.2.9 Os principais motivos da evasão

A falta de educação de qualidade que seja atraente e não excludente e a pobreza são algumas das causas do aumento da violência que nosso País vem enfrentando nos últimos anos.

Moraes (2010) cita que o combate à evasão escolar nessa perspectiva surge como um eficaz instrumento de prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, atingindo boa parte da sociedade. Com falta de mecanismos efetivos de combate a evasão escolar no nível de escola, ou no nível de sistema de ensino.

Embora a verdade, muitas são as causas da evasão escolar. Tendo como ponto de partida a questão político-social, pelo fato de não haver uma responsabilidade educacional.

Bissoli (2010), cita que por parte daqueles que se responsabilizam pelo governo, em seus diferentes âmbitos. Algumas destas causas são fixas, portanto, crônicas, outras causas vão surgindo com o correr do tempo e as transformações criam oportunidades para que elas se transformem em um sério problema para toda a sociedade, tais como:

- Cansaço natural dos alunos, após um dia de trabalho, impedindo frequência regular e atenção às aulas;
- Falta de professores devidamente especializados para o ensino elementar a adultos, de vez que as escolas normais têm como mira especial o ensino a alunos;
- Falta de material didático variado e ajustado aos interesses e necessidades do estudante adulto;
- Instabilidade do local de trabalho, especialmente no caso das domésticas e dos operários em construções, que abandonam a escola onde estavam para não enfrentarem o preço demasiadamente alto das passagens, quando têm que procurar emprego em lugar distante.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2010), várias são as possíveis causas da evasão escolar:

- Falta de acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno;
- Dificuldades com transporte escolar: superlotação, precariedade, distante da escola;

- Problemas familiares;
- Dificuldades de aprendizagem;

Bissoli (2010), cita que outras causas identificadas na experiência do cotidiano da escola, tais como a falta de autoestima, fragilidade na saúde, má alimentação, desvios por má companhia, ausência de perspectivas futuras, incapacidade para assimilar o que é ensinado, incompatibilidade com professores, além de outras.

As consequências decorrentes da falta de motivação do aluno no contexto educacional são inúmeras e que são cultivados para que perdurem dessa forma.

Segundo Queiroz (2004), os estudiosos têm analisado o fracasso escolar, a partir de duas perspectivas: dos fatores externos à escola, e, a partir de fatores internos. Como fatores externos, a autora relaciona o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E como fatores internos a própria escola, a linguagem e o professor.

Trata-se de uma tarefa complexa, posto que para detectar tais causas, há diversos interesses que camuflam a real situação a ser enfrentada. Com efeito, à colher informações juntas aos professores e/ou diretores, muitos apontarão como causa da evasão as questões envolvendo os alunos.

Estes por sua vez, apontam como motivo a própria escola, quando não os professores diretamente, entre outras causas. Há uma troca de “acusações”, quanto aos motivos determinantes da evasão.

Segundo Bissoli (2010), o importante é diagnosticar o problema para buscar a solução, já que para cada situação levantada existirá um caminho a ser trilhado.

Enfim muitas tentativas foram feitas no sentido de responder as causas da evasão escolar. Grande parte da evidência empírica mostra que a evasão escolar e pobreza são, intimamente, ligadas e que o trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais.

Pode-se argumentar que a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção dos retornos futuros levem o aluno ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais. Outros estudos privilegiam os efeitos de restrições de renda e de crédito como causas de desvios da trajetória individual ótima de longo prazo.

Neri (2009), destaca uma linha de investigação que não vem sendo explorada devido à falta de dados é composta de perguntas diretas aos jovens que saíram da escola sobre as suas respectivas motivações: seria a necessidade imediata de geração de renda ou seriam os baixos retornos futuros, tal como percebidos por eles

ou pelos gestores.

Existe um gap (vazio) entre as correntes educacionais e isso fica evidente quando grande parte dos alunos se mantem fora da escola em idade escolar isso reflete na qualidade da educação e da ausência de capacidade de manter consistente a aprendizagem do aluno e fazê-lo se sentir crescendo num cenário de continuidade.

3. METODOLOGIA

A designação dos caminhos a trilhar no universo de uma pesquisa é, prioritariamente necessário identificar os fatores de impacto a que se refere dada pesquisa.

A procura da maneira ideal de posicionar a pesquisa de forma consistente e habilitada, carece que o pesquisador tenha a capacidade de escolher os métodos que vai utilizar na condução de seus trabalhos.

A metodologia aqui aplicada, parte da definição etimológica, como: *metha*: do grego “destino”, *hodos*, do grego “caminho” e *logos* do grego “razão, estudo ou episteme”; é o caminho racional pelo qual um indivíduo percorre para se alcançar um determinado objetivo.

A análise dos métodos para seus devidos fins, de acordo com Schiavini (2018), recomenda-se a análise do conteúdo, discurso ou conversa, onde vai se percebendo as homogeneidades e desigualdades.

As diversas metodologias (pragmáticas de métodos, procedimentos, ordem de passos a serem seguidos, critérios para seus avanços e verificações de suas falsidades) que os, pesquisadores, buscam encontrar a melhor maneira de alicerçar, de forma sólida, as hipóteses para serem consideradas válidas de serem premissas para outras atividades ou estudos.

A necessidade em criar a distinção entre método e metodologia, enquanto os métodos são os passos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia é nossa forma de justificação e verificação da validade de tal método.

Sampaio (2003), destaca que a “a metodologia é o caminho, a trajetória demarcada para apreender o objeto ou fenômeno investigado a partir de procedimentos em relação aos tipos de pesquisa e as formas de colher os dados e tratá-los”

De acordo com Da Silva (2022), a metodologia uma cria inicial de Aristóteles, entretanto, as metodologias como análise, síntese, indução e dedução foram claramente reveladas e sistematizadas por Francis Bacon, André-Marie Ampère, René Descartes, Augusto Comte, entre outros no período que conhecemos como modernidade. Nesse caso, o método foi discutido separadamente do princípio ou objeto.

Tais abordagens auxiliam no entendimento que a metodologia, não é a mesma que o método. A metodologia fornece uma base teórica para a compreensão de quais as melhores práticas para serem aplicados em casos específicos para calcular resultados específicos. É uma teoria de métodos racionais na pesquisa científica para alcançara verdade.

Segundo Oliveira (2011), “O método científico é a forma encontrada pela sociedade para legitimar um conhecimento adquirido empiricamente”.

A Escola Municipal Anthistenes de Oliveira Pinto, está localizada na Rua 9 nº 101 Com. Alfredo Nascimento - Cidade de Deus, Manaus - AM, 69000-000. A figura 1 mostra a fachada da escola.

A escola tem classificação Nível Socioeconômico 4 (NSE 4), e significa que neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Nível Socioeconômico (INSE). Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo.

A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas e freezer, mas não possui aspirador de pó. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também computador, carro, mesa de estudos, garagem, forno de micro-ondas e uma ou duas televisões.

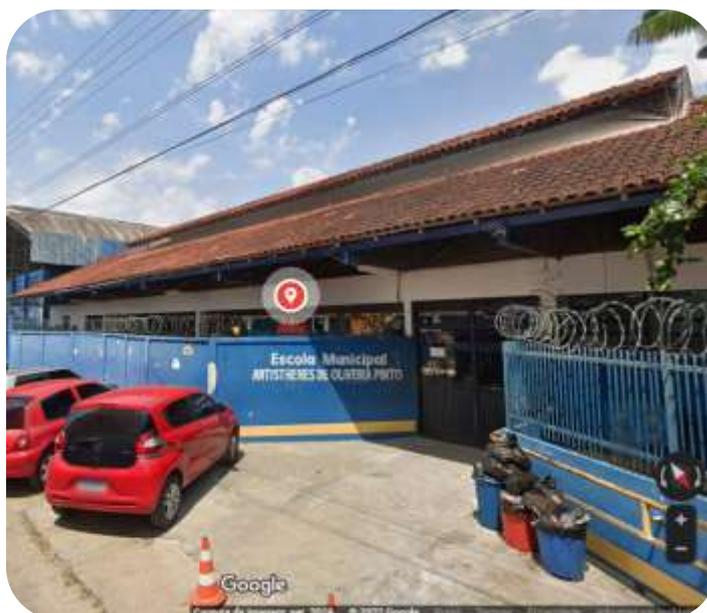


Figura 1- Fachada da Municipal Anthistenes de Oliveira Pinto

Fonte: <https://www.google.com/maps/> (2022)

A escola fica localizada na zona Centro Sul de Manaus-AM, e atende a uma clientela bem diversificada de alunos, no censo de 2021, tinha 960 alunos matriculados e 16 professores atuando. A escola tem IDEB de 4,7 para os anos iniciais no ano de 2021, cuja meta era 5,1. A evolução do quadro pode considerar que de 2007 com o IDEB 3,1 projetado, os resultados alcançados tem sido perto do que é projetado, mas a escola precisa mudar. A figura 2 mostra a localização da escola na cidade de Manaus/AM, sinalizando o centro da cidade.

A Escola Municipal Anthisthenes de Oliveira Pinto foi criada através Ato de criação 597/2001, e surgiu da reivindicação da comunidade do bairro Alfredo Nascimento que ansiava por uma escola próxima para atender as crianças que precisavam se deslocar a outros bairros para estudar. A Escola foi inaugurada com uma solenidade contando com a presença das autoridades competentes, no dia 10 de maio de 2001.

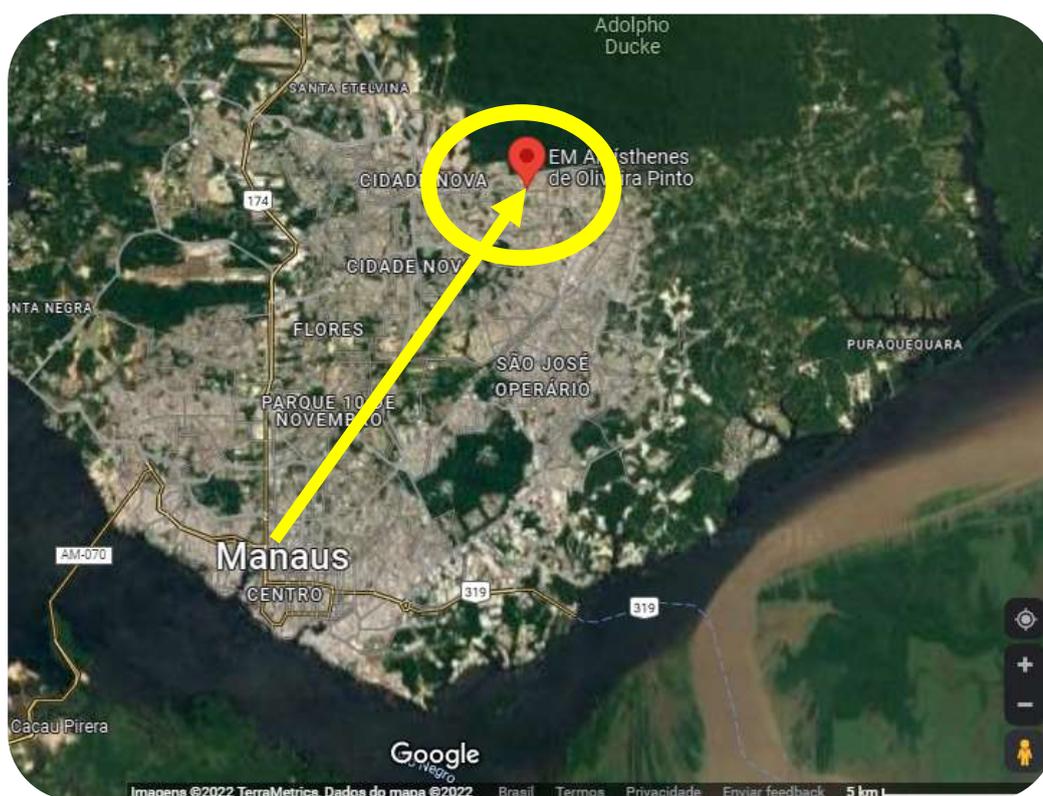


Figura 2- A Localização da Escola Municipal Anthisthenes de Oliveira Pinto

Fonte: <https://www.google.com/maps/> (2022)

Optou por um enfoque/abordagem de natureza qualitativa e quantitativa,

adotando como procedimento técnico pesquisa exploratória-descritiva operacionalizado através de análises para compilar informações quantificáveis para serem utilizadas na análise estatística da relação familiar na escola.

A pesquisa Quantitativa, situa as noções de abordagens, e Nascimento (2018), explica que a abordagem pode ser mais proeminente para promover um debate. Além de Proetti (2018), que descreve acerca dos métodos de investigação científica que podem ser vistos de maneira mais prática e simples, no geral, comparativamente, como no quadro 1, que tece essa relação.

Quadro 1- Comparativo da Pesquisa quantitativa e qualitativa

PESQUISA QUANTITATIVA	PESQUISA QUALITATIVA
<ul style="list-style-type: none"> • É um tipo de pesquisa centrada na objetividade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os tipos de dados coletados nesse modelo de pesquisa são narrativos, sem utilizar um sistema numérico;
<ul style="list-style-type: none"> • Possui um método de coleta estruturado e que deve ser especificado em todos os detalhes antes do estudo ter início; 	<ul style="list-style-type: none"> • O tipo de abordagem é subjetivo;
<ul style="list-style-type: none"> • As estratégias utilizadas para coleta de dados incluem: questionários impressos ou online, entrevistas digitais, telefônicas ou presenciais, entre outros; 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentemente da pesquisa quantitativa, a amostragem é selecionada, com poucos participantes.
<ul style="list-style-type: none"> • Possui uma medição padronizada, numérica, cujos resultados são analisados ao fim do estudo; 	<ul style="list-style-type: none"> • O objetivo é conseguir um entendimento mais profundo do tema proposto; já os métodos de pesquisa são flexíveis e as estratégias utilizadas para coletar os dados pode incluir: observações, entrevistas individuais e grupos focais;
<p>A amostragem selecionada é grande, pois tem como objetivo extrapolar os resultados para o universo que a amostra representa com a menor margem de erro possível.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A análise dos dados para chegar a uma conclusão se baseia em observações e comentários.

Fonte: Proetti (2018)

Tendo definido o sentido da pesquisa e os direcionamentos que podem ser seguidos é que se pode elucidar as etapas subsequentes. A determinação de parâmetros claros e a relação de uma proximidade com o assunto que se busca

analisar, são fundamentos que potencializam a escolha de todos os elementos que embasam a pesquisa selecionada.

A escolha do tipo de pesquisa, os procedimentos metodológicos determinados para cada etapa do estudo facilitam para o pesquisador ir mais adentro de seu interesse, a pesquisa é um caminho que pode encontrar inúmeros vieses na trajetória.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa tem característica exploratória-descritiva, com objetivo de realizar as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens dedutivas para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar, os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso e relacional.

A pesquisa exploratória pode ser qualitativa ou quantitativa, bem como feita com fontes primárias (coletadas pelo pesquisador) ou secundárias (com base em estudos de terceiros).

Já a pesquisa descritiva confronta a hipótese e correlaciona as variáveis para obter as respostas e analisá-las. De modo geral, a pesquisa descritiva parte de um amplo grau de generalização.

Para a obtenção das respostas é necessário utilizar o princípio da naturalidade, que implica no estudo dos fatos em seu modo natural, quer dizer: sem influências. Ainda, outro aspecto importante da pesquisa descritiva é que ela se inclina sobre sistemas em permanente movimento de mudança.

São modos de pesquisa que devem ser aplicados continuamente, para acompanhar as mudanças e variações do fenômeno pesquisado, cada caso requerendo uma frequência determinada. Uma das principais características da pesquisa descritiva é naturalidade de suas análises, sem interferências ou julgamentos de cunho pessoal.

A pesquisa descritiva segue uma linha de ação, que consiste em: Observar, interrogar, coletar, analisar, registrar e interpretar.

Como a escola é uma instituição que auxilia e aprimora as habilidades fundamentais, e que nesse momento atípico muitas indagações dos docentes e pais envolvidos são colocadas em questão, é que se faz relevante buscar respostas para

tais questionamentos.

A família na escola é uma oportunidade de contrapartida capaz de auxiliar no desenvolvimento de competências, mas é necessário ter critérios claros para responder a diferentes perfis de pessoas que passam a compor um núcleo tão restrito que á escola.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada durante os períodos letivos de 2021/2022, em cerca de 12 meses na escola Municipal Anthistenes de Oliveira Pinto, localizada na zona centro-sul de Manaus – AM/Brasil, bairro Cidade de Deus, e teve como público alvo 20 famílias, pais de alunos regularmente matriculados ensino fundamental 1 e 2, no ano letivo de 2021, totalizando 20 pais do turno matutino e 20 do turno vespertino e 10 professores que lecionaram para esses alunos no ano letivo de 2021/2022.

A amostra desta pesquisa é constituída por 20 famílias, as quais foram aplicados instrumento de coleta de modo a analisar a convivência familiar dos alunos no seio familiar. Também fez parte da pesquisa o corpo docente da escola, composto por 10 professores que atuam no educandário sendo concursados e/ou PSS (processo seletivo simplificado) que acumulam experiências de campo.

O instrumento da pesquisa de campo foi aplicado via aplicativo de conversa, onde o sujeito participou de uma reunião na escola e aceitou a participação na pesquisa, sendo assim, na lista de assinaturas foi catalogado o número do telefone celular para que o link com a pesquisa fosse enviado.

Os critérios para a participação da pesquisa é ter o vínculo escolar e os instrumentos que compõem essa pesquisa para a coleta dos dados, se trata do questionário semiestruturado e a Análise documental do PPP da escola, também o acesso a boletins, relação de endereço das famílias, cadastro de engajamento dos alunos durante o ensino e registro dos alunos que foram atendidos com apostilamento.

3.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos da pesquisa escolhido nesta foi o questionário estruturado e para emoldurar o sentido de resposta foi reunido com a comunidade escolar para

demonstrar a realidade a que se pressupõe a escola que requer mais empenho para melhorar o nível de atuação.

É sabido, que pelos resultados a escola apresenta índices que precisam de intervenção, passado o período da pandemia, se percebe que a problemática persiste e não se pode permitir que crianças em idade e série adequadas fiquem fora da escola, endossando assim, uma triste estatística que assola as escolas e o sistema educacional brasileiro.

A família tem um papel significativo no direcionamento das crianças, e harmonizar cada vez mais essa ponte é aproveitar as relações para fortificar laços de intenção para uma escola libertadora e adaptada.

Na aceitação da participação da pesquisa, ficou esclarecido aos pais que qualquer informação prestada, no âmbito da pesquisa terá sua confidencialidade respeitada e que a pesquisa visa, apenas, contribuir com o entendimento do sistema de educação que tem problemas crônicos como a desmotivação do alunado, a evasão escolar, o descredito de professores e o arranjo de metas combinadas para combinação de resultados.

A visualização de fatores de riscos a que a escola se posiciona, cujo papel da escola é agregar, é somar forças para minimizar os problemas que advém, muitas das vezes da falta de complementaridade ente o eixo, família-escola e estado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Família, escola, crianças, inclusão, evasão, rendimento, são termos muito utilizado quando se trata de educação e os desafios na contemporaneidade. A educação na sua essência tem seus desafios pontuais, a sua trajetória é marcada por muitos desencontros e adversidades, onde o estudante tem na sua dimensão o desafio de integração, a ausência na sala de aula de maneira constante ou repentina pode causar um complexo que pode desmotivar o aluno às práticas educacionais.

A escola Municipal Anthistenes de Oliveira Pinto, por se tratar de um centro de atendimento a alunos em idade /série dentro do período normal de estudos, tem seu legado dentro da formação de crianças e jovens na na cidade de Manaus, conseqüentemente ao estado do Amazonas, por ser uma escola que tem desafios reais para aumentar sua proficiência e acesso a educação de qualidade.

São muitos os fatores que fazem com que a escola e o ensino regular encontrem certas dificuldades no seu desenvolvimento, sendo uma das mais críticas mais atuantes é a ausência da família na escola o que ocasiona, inúmeros problemas, sobretudo a evasão escolar.

Existe um contrassenso quando se trata das avaliações internas e externas, referentes ao exercício escolar. As estatísticas não deixam de lado a grande problemática que se refere a evasão escolar e baixo rendimento dos alunos nas avaliações externas, visto que nas avaliações internas o resultado é bastante atuante de aproveitamento, como pode ser apreciado na figura 3.

Por ser um centro de atendimento a alunos das redondezas e atende a alunos das mais diferentes regiões adjacentes do Bairro Cidade de Deus e de classes sociais diferenciadas, o quesito frequência é uma condição que preocupa o bom funcionamento da escola.

As condições de ausências podem ter inúmeras motivações e aqui se traz algumas bem pontuais para elucidar o propósito da pesquisa que tem como pergunta central: Pode um estudante, que desamparado de sua família, cumula baixos rendimentos na educação, mudar seu comportamento se houver acompanhamento e apoio familiar?

Essa questão remete a percepção do papel da família na educação das crianças e o quanto faz a diferença se fazer presente, não só no contexto físico, mas na orientação, no apoio e na motivação. A criança que tem para quem contar seus

avanços de um dia de escola, vai no dia seguinte feliz em busca de nova versão de seus feitos.

Ano	Diagnóstico			Considerações	
	Reprovação	Abandono	Aprovação		
2021	Anos iniciais	0,0% <small>sem dados</small>	0,0% <small>sem dados</small>	100,0% <small>sem dados</small>	● Por ocasião da pandemia a escola emancipou e aprovou por unanimidade
	Anos finais	0,0% <small>sem dados</small>	0,0% <small>sem dados</small>	100,0% <small>sem dados</small>	
2020	Anos iniciais	0,0% <small>0 reprovações</small>	0,2% <small>1 abandonos</small>	99,8% <small>526 aprovações</small>	● Por ocasião da pandemia a escola emancipou e aprovou quase unanimidade.
	Anos finais	0,0% <small>0 reprovações</small>	0,0% <small>0 abandonos</small>	100,0% <small>330 aprovações</small>	
2019	Anos iniciais	4,5% <small>24 reprovações</small>	0,9% <small>5 abandonos</small>	94,6% <small>504 aprovações</small>	● Os dados mostram bons níveis de aprovação. Mesmo com índices de reprovação e abandono.
	Anos finais	2,5% <small>8 reprovações</small>	1,3% <small>4 abandonos</small>	96,2% <small>320 aprovações</small>	
2018	Anos iniciais	9,6% <small>52 reprovações</small>	2,0% <small>11 abandonos</small>	88,3% <small>476 aprovações</small>	● Os dados mostram bons níveis de aprovação. Mesmo com índices de reprovação e abandono.
	Anos finais	4,5% <small>15 reprovações</small>	3,3% <small>11 abandonos</small>	92,2% <small>313 aprovações</small>	
2017	Anos iniciais	8,0% <small>43 reprovações</small>	3,0% <small>16 abandonos</small>	89,0% <small>480 aprovações</small>	● Os dados mostram bons níveis de aprovação. Mesmo com índices de reprovação e abandono.
	Anos finais	5,7% <small>20 reprovações</small>	7,4% <small>26 abandonos</small>	86,9% <small>306 aprovações</small>	

Taxa de reprovação

Anos iniciais	< 2%	< 5%	< 10%	≥ 10%
Anos finais e ensino médio	< 4%	< 10%	< 15%	≥ 15%

* As faixas de cores para taxas de reprovação foram criadas de acordo com a visão de que não deveria acontecer a reprovação nos anos iniciais; e de que nos anos finais a reprovação deveria ser uma política de exceção para pouquíssimos alunos.

As taxas de reprovação e abandono para cada ano escolar geram um efeito acumulado grande de alunos com percurso escolar não adequado ao final das etapas, portanto os índices foram estabelecidos considerando parâmetros internacionais visando a diminuição desses percentuais

Figura 3- Taxas de rendimento por etapa escolar da Escola Anthistenes de Oliveira Pinto

Fonte: Taxas de Rendimento 2021, INEP

Numa escala de cinco anos o processo de avaliação interna preserva um resultado consistente com alto rendimento onde a coluna da aprovação, destaque rachurada, mostra que na escala de cinco anos a escola mantém um nível de aprovação em torno de, aproximadamente 87% em menor escala.

Esses dados são contraditórios quando se avalia a situação de avaliação externa, onde a escola sempre apresentou baixo nível de proficiência, a figura 4, descreve a evolução da escola na última década, ainda que a curva seja ascendente, a escola se mantém abaixo da margem projetada no Ideb.

Em caráter de informação, o Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). O indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado.



Figura 4- Evolução do IDEB da Escola Anthisthenes de Oliveira Pinto
Fonte: IDEB 2021, INEP

Quando se trata dos resultados do Ideb, e a projeção dos ganhos externos referentes aos resultados da escola. Acontece que se adentrar mais pontual a forma de avaliação se tem a questão da proficiência, obtendo em 2021 a nota 4,71, cuja meta era 5,1. A Média de proficiência da escola em Português foi de 243,55 e Matemática de 239,2. Na figura 5 mostra a evolução do saeb de Português e

Matemática na roda de 11 anos.

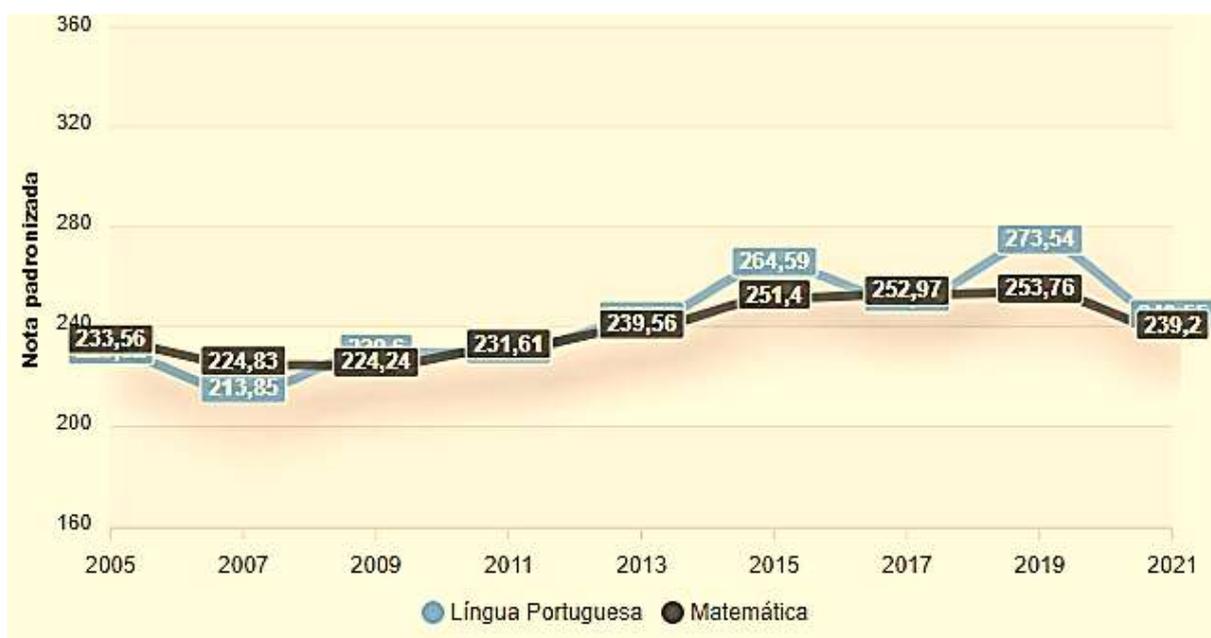


Figura 5- Evolução do Saeb da Escola Anthistenes de Oliveira Pinto

Fonte: IDEB 2021, INEP

Quando a análise da nota na avaliação externa enquadra na base de avaliação, onde os valores de referência é nível 5, que oscila de 225 a 249 pontos, ainda que esteja em nível proficiente o valor de fluxo não ultrapassa os 280 pontos para as séries finais do ensino fundamental.

Quando a análise compara a proficiência por turmas numa escala temporal de 10 anos revela certa oscilação de em nível de variação de fluxo, o sistema fica um pouco desordenado e tendendo a evolução do fluxo, a figura 6 mostra um perfil de resultados do ensino fundamental II em nível de taxa de aprovação.

Devies (2020), cita que a evolução de fluxo na educação tem como base a matrícula escolar e os resultados apresentados nas avaliações, mas esses indicadores também colocam em questão os instrumentos de análises.

“Os próprios documentos do INEP confirmam a fragilidade dos dados dos Censos Escolares. O Censo de 2007 registrou uma queda de quase 3 milhões de matrículas em relação a 2006 na educação básica, segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica. (BRASIL, 2008b). Tal redução foi atribuída, em parte, à mudança metodológica na coleta dos dados ocorrida em 2007. A partir de então, os dados do Censo Escolar passaram a ser coletados individualmente e não mais agregados por escola. Ou seja, conforme o MEC, a escola, ao invés de fornecer o número de alunos matriculados (coleta agregada), desde então, deve dar informações detalhadas sobre cada aluno

matriculado.” (DEVIES, 2020, p. 5).

Dessa forma é conveniente que cada escola faça seu dever de casa e contribuir para a melhoria da educação, como um todo.



Figura 6- Evolução de Fluxo da Escola Anthistenes de Oliveira Pinto

Fonte: IDEB 2021, INEP

Observa-se que no decorrer dos anos uma escala crescente e ficaram mais acentuadas no período da pandemia, onde os critérios de avaliação deixaram de ser aplicados com critérios mais rigorosos. O fato é que a escola mostra sinais de melhorias em nível educacional.

A escola deve ser um local atrativo, que tenha suas considerações e que todos os seus aspectos possam motivar os alunos ao estudo, a falta de formação adequada de professores pode ser um ponto inseguro, se a iniciativa é inovar para tornar as aulas mais atrativas, utilizar as novas Tecnologias da Informação e comunicação – TICs, como metodologias encaixadas não é tudo, a escola precisa socializar ainda mais os espaços, trazendo a família para dentro de suas ações, sendo essa atitude uma saída bastante saudável.

Na era da inovação, as TIC's, em sala de aula, atualmente, são desafios para alunos e professores, pois não é só o fato de citar a utilização de um instrumento tecnológico, mas dar múltiplas aplicações dentro de cada necessidade requerida.

Como enfatiza Ribeiro (2021), o uso de tecnologias da informação e comunicação é bastante fácil constatar que com a chegada das tecnologias digitais e a adequação da sociedade atual ao uso das TICs, a produção e a busca por informações têm se intensificado cada vez mais.

Para respaldar a pesquisa, foi aplicado questionários para coleta de informações pertinentes à questão da participação da família na Escola Municipal Anthistenes de Oliveira Pinto.

Por ser uma pesquisa que busca perceber a situação de comportamento da escola e da família e seu objetivo foi averiguar a critério de informação dos direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola, favorecendo o processo ensino aprendizagem em alunos do ensino fundamental em escola pública municipal em Manaus -AM no ano letivo de 2023. Os instrumentos foram aplicados de modo a respaldar o objetivo da pesquisa.

Os instrumentos foram aplicados a professores e pais de alunos, para perceber a situação que se situa diante dos direitos, que a criança detém para ter o amparo, os deveres socializados no sentido de facilitar as relações dentro do ambiente escolar para a aprendizagem ser mais abrangente e favorecer a aplicação das interações sem, necessariamente, se tenha que recorrer aos canais jurídicos para sua aplicação.

Foi perguntado sobre os domínios tecnológicos na escola: segundo Batista (2019), as ferramentas tecnológicas em sala de aula, aumentam consideravelmente a atração dos alunos pelas atividades escolares; possibilitam uma organização escolar menos centralizada na figura do professor, visto que, os alunos como nativos digitais possuem domínio das ferramentas e têm muita experiência para contribuir e agregar nas propostas escolares.

Essa constatação é um dos canais que abre as possibilidades da escola incorporar modificações no sentido catedrático de se ensinar, o ensino centrado em regras rígidas desgosta os alunos, a evolução da educação carece desse aporte, onde a escola assuma uma configuração de indutora de novas ideias.

O Gráfico 1, desta a correlação dos dados de respostas dos professores e dos pais/responsáveis de alunos que puderam tecer seus comentários para a situação da percepção da tecnologia dentro do processo de formação educacional das crianças.

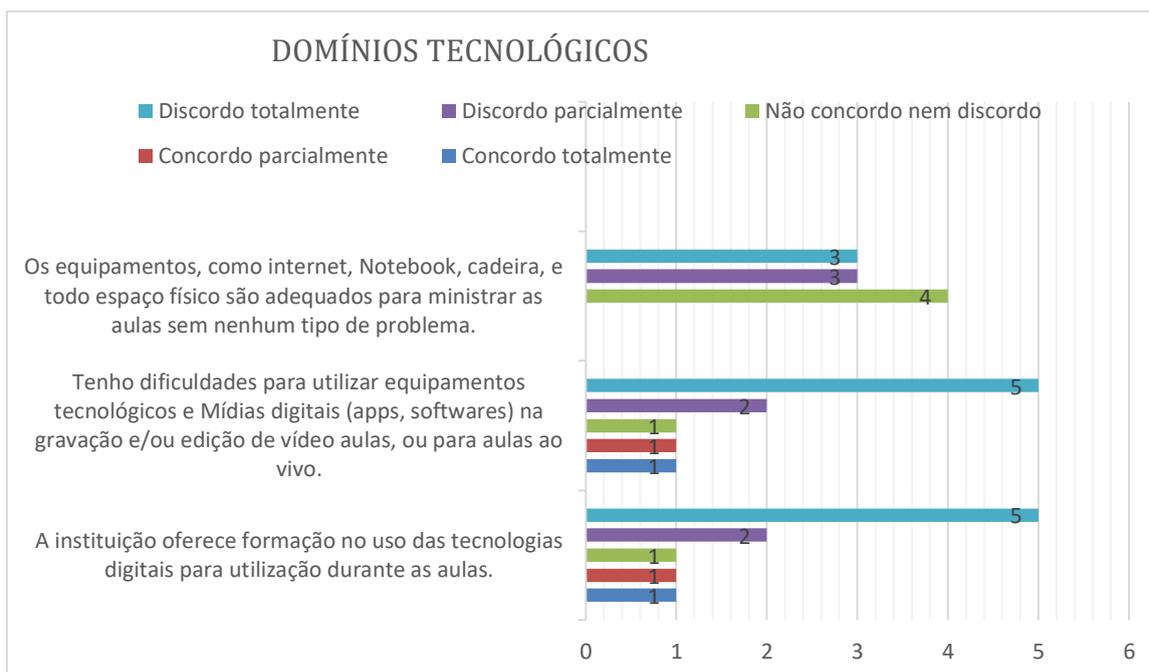


Gráfico 1- Domínios Tecnológicos na educação. Fonte: A Autora (2022)

Sabendo que o tema da pesquisa se refere a participação da família na escola voltado ao aprendizado das crianças, pelo processo evolutivo, a escola se tornou muito tecnológica, a sociedade por sinal, passou a ter nas tecnologias uma forma de chamamento para o entretenimento, para a aplicação em automação, em processos que agilizam a vida das pessoas.

Como muitos pais tem certas resistências às tecnologias se trouxe essa perspectiva para perceber como professores e pais lidam com essa temática, no sentido de integrar as possibilidades. No Gráfico 1, perguntado para professores traz três argumentos, o primeiro que fala de equipamentos tecnológicos, outro que fala das dificuldades de utilização das tecnologias e o outro sobre a atuação da escola no treinamento para tais tecnologias.

Na primeira pergunta os professores divergem quanto à oferta de materiais tecnológicos disponíveis na escola, os professores em torno de 60% discordam. Quanto ao uso das tecnologias, e ao treinamento pela escola 50% discordam que isso não é uma realidade que contribui com a educação.

É fato que o professor tem que adaptar suas práticas, pois a escola tem dificuldades em manter tecnologias disponíveis para a atuação em nível aceitável. Em alguns fatos divergem, devido existir a oferta sim, mas deficiente. O gráfico 2, traz o

perfil de resposta dos Pais quanto ao uso das tecnologias pelos alunos em sala de aula e na escola.

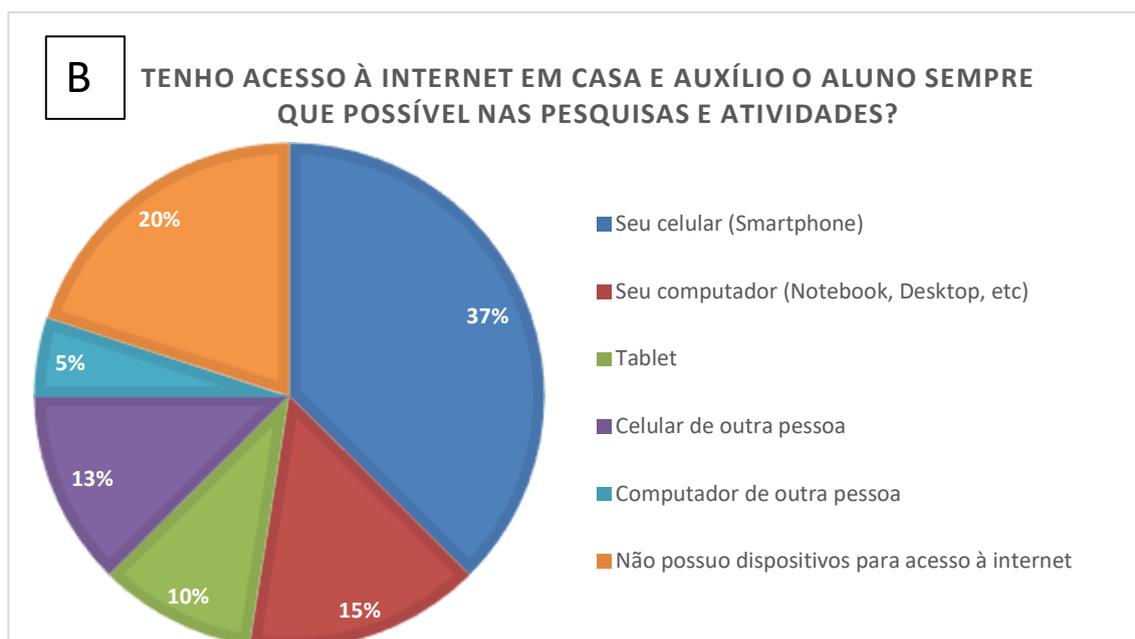
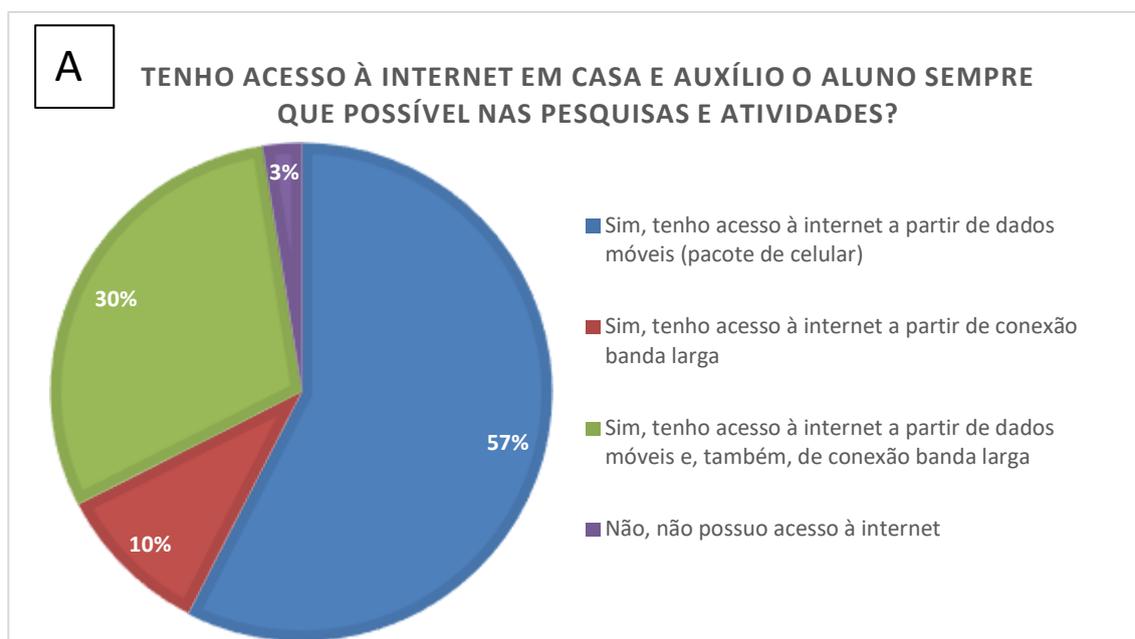


Gráfico 2- Uso das tecnologias pela visão dos pais. Fonte: A Autora (2022)

No padrão de resposta, no gráfico A mostra que os pais em sua maioria, cerca de 57% dizem que seu filho tem acesso à internet pelo celular, 30% banda larga e 10% de banda larga e apenas 3% não tem acesso à internet. No gráfico B, confirma que o acesso a internet facilita o apoio dos pais aos seus filhos, sendo que 20% deles afirmou não ter dispositivos para acessar e auxiliar seus filhos nas atividades.

4.1 Direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola

Acerca da participação da família na escola, relacionado ao direito, dever e sanções jurídicas previstas para essa vertente a informação deve ser levada a critério sobre a pretensão de fazer a escola se integrar a uma nova perspectiva.

Almeida (2020), diz que os pais e responsáveis pelas adolescentes, possuem direitos e deverem a serem cumpridos, entre eles, está o de prover com o sustento, educação e principalmente a guarda. Essa relação é a chamada de autoridade parental. Inicialmente, era designada como pátrio poder e se transformou em poder familiar.

Logo a escola é uma das etapas da educação para a cidadania, as atribuições que competem a ela advém do laço firmado com o vínculo familiar do aluno. O Gráfico 3 traz a percepção dos direitos para a participação da família na escola.

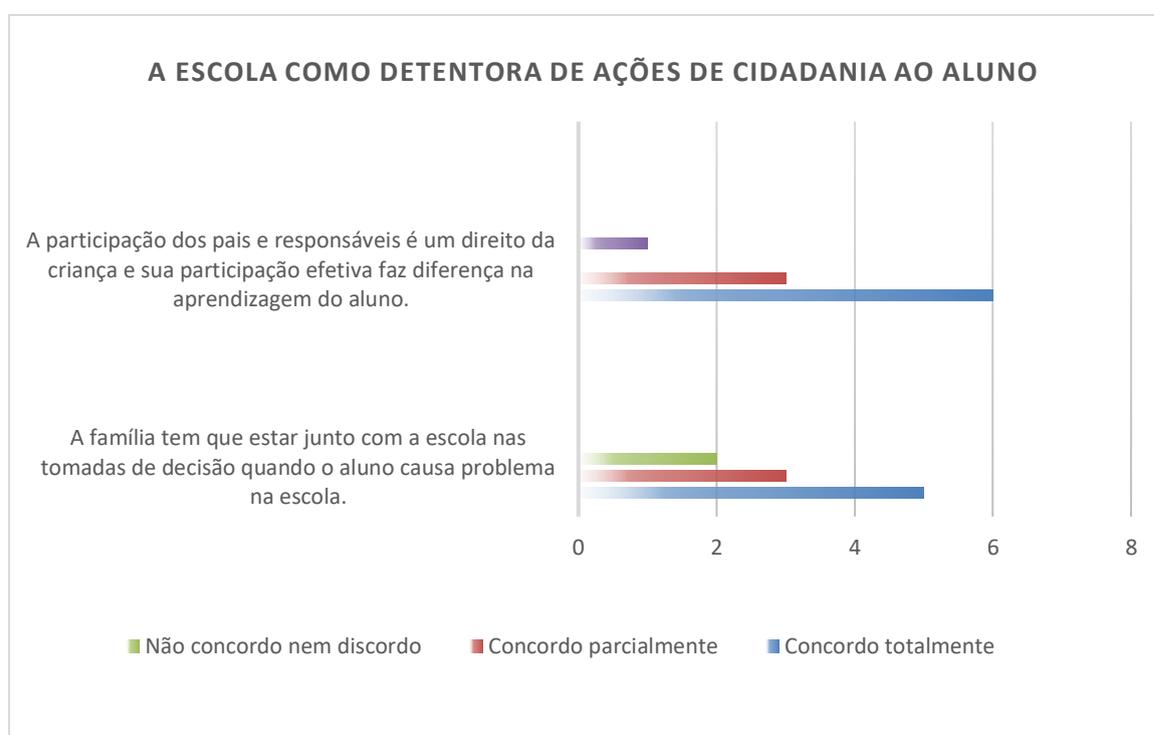


Gráfico 3- Direitos para a participação da família na escola. Fonte: A Autora (2022)

A resposta dos professores entrevistados foi predominante no sentido de concordar com a participação da família na concepção de direitos e obrigações com

a criança, o jovem e o adolescente. Com a análise das respostas é perceptível que a maioria dos professores sabem da importância da família na escola,

Porto (2012), afirma que o professor como qualquer outro profissional adquire experiências com as práticas diárias, e com o passar dos tempos vai se obtendo novas metodologias de ensino, embasados em experiências ao longo da carreira.

As aplicações das perguntas para os pais e responsáveis pode ser observada no gráfico 4.

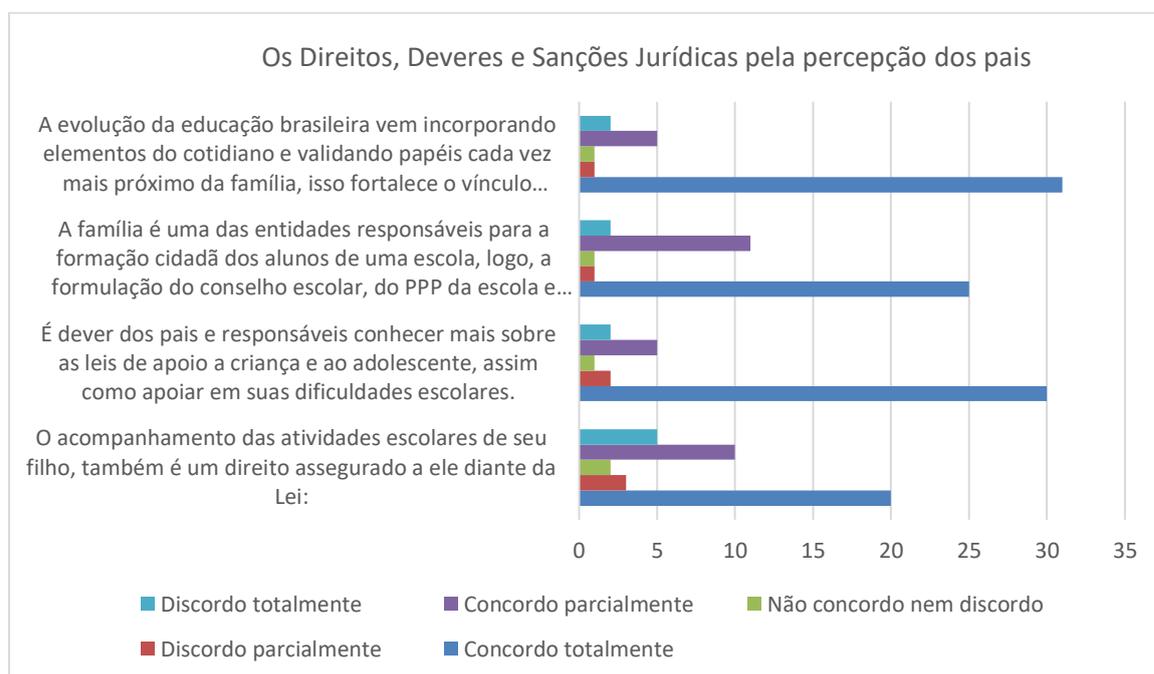


Gráfico 4– Os Direitos, Deveres e Sanções Jurídicas pela percepção dos pais

No conjunto das respostas, os pais na sua ampla maioria concordam que os acompanhamentos das atividades escolares sejam levados a sério e que se trata de um direito da criança. Segundo a visão dos pais, é dever que todos conheçam as leis para assim agir de modo consciente e voltados a atender a uma demanda requerida. A família segundo o estudo deve sim fazer parte das atuações da escola e saber sobre os programas existentes dentro da formulação das ações escolares e, por fim, a evolução da educação brasileira vem buscando associar mais fatores que podem decisivamente melhorar a educação.

Muitas das vezes a escola não se situa para as práticas de valorização do estudante com o seu ciclo familiar e isso faz distanciar a criança da escola. Os problemas que ocorrem no seio familiar afeta, decisivamente a vida do estudante.

Muitos pais tem uma visão desprovida de critérios que valoriza a criança por sua essência, isso pode ser um sinalizar muito forte para a evasão escolar, a motivação que o leva a procurar o ensino não espelha as suas expectativas em família e sim a de uma necessidade requerida, impulsionada por uma obrigação somente.

Ao mencionar no primeiro momento sobre as tecnologias e uso dos meios digitais é uma iniciativa em mostrar que a presença na vida escolar da criança, não necessariamente tem que ser física, a educação tem muitas arestas que podem ser preenchidas por ações integradas, logo, se fazer presente é demonstrar interesse, é se portar como alguém que se importa e ao mesmo tempo que demanda sentimentos de gratidão, afeto e estima, também, exige coesão e comprometimento,

Cabe aos professores, também, mostrar para o aluno que a educação é chave que modifica os cenários, um dos papéis primordiais do professor é estimular o aluno a se ver como ser de transformação e espelhar para ele a sua capacidade e dizer que tudo que ele deseja e que almeja é possível.

Pires (2021), cita que para o efeito Vygotsky (1998), o objetivo primordial da educação social é levar o ser humano a contactar, e vivenciar o maior número possível de experiências sociais.

“Neste pressuposto ele afirma que uma obra de arte, quando realmente vivenciada, pode aumentar a nossa opinião sobre uma determinada temática, “(...) obrigar-nos a observá-la com novos olhos, generalizar e reunir factos por vezes totalmente dispersos. Como toda a vivência intensa, a vivência estética cria um estado muito sensível para as ações posteriores e, naturalmente, nunca passa sem deixar marcas no nosso comportamento posterior” (Vygotsky, 1998, p. 234).

A proposta para o estudo é em razão da importância da família na educação e sua ausência que fragiliza a escola por acontecer de forma tão veemente, os alunos são matriculados e de forma pontual perdem o estímulo e a família onde está?

Os dados expressam que a tendência de pouco caso para a educação, aumentou o nível de desistência de alunos com o período pandêmico, onde o aluno perde o interesse em ir para a escola, uma vez que se sente desmotivado, cansado e muitas das vezes as aulas não traduzem o que se tem de expectativa. Se este não recebe o incentivo ou um impulso pela família se perde em mundos que não o constroem para a cidadania.

Essa, pode ser dita regra solta, está mais frisada na falta de comunicação de pais e filhos, na forma de ministrar, uma pseudo proteção, para não expor os filhos, nesse sentido o aluno ao descobrir por sua própria intuição se frustra e passa a

confrontar os pais, onde a automutilação de sua cidadania é o que mais pesa nesse processo.

4.2 Os familiares e a participação em ações educativas, os direitos e deveres e sanções jurídicas prevista no ordenamento jurídico brasileiro

O fato é que a educação brasileira sempre foi forjada no “cabresto”, onde quem tem a incumbência de acionar as inserções fica relutante e imprime os projetos de maneira reduzida, como um dito popular “para inglês ver”, essa concepção está na expectativa que tem que mostrar algo, que se faz algo e que não importa se impacta de fato.

Foi executada a pergunta tanto para docentes e pais de alunos acerca das formas de atividades com foco na melhoria da aprendizagem, para que se torne atrativa para o aluno frequentar a escola.

Essa questão trouxe como resposta uma inquietação dos mesmos, ao que se refere à eficácia de aprendizagem. Assim o Gráfico 5 descreve o perfil de respostas dos professores e demais participantes sobre eficácia da aprendizagem.

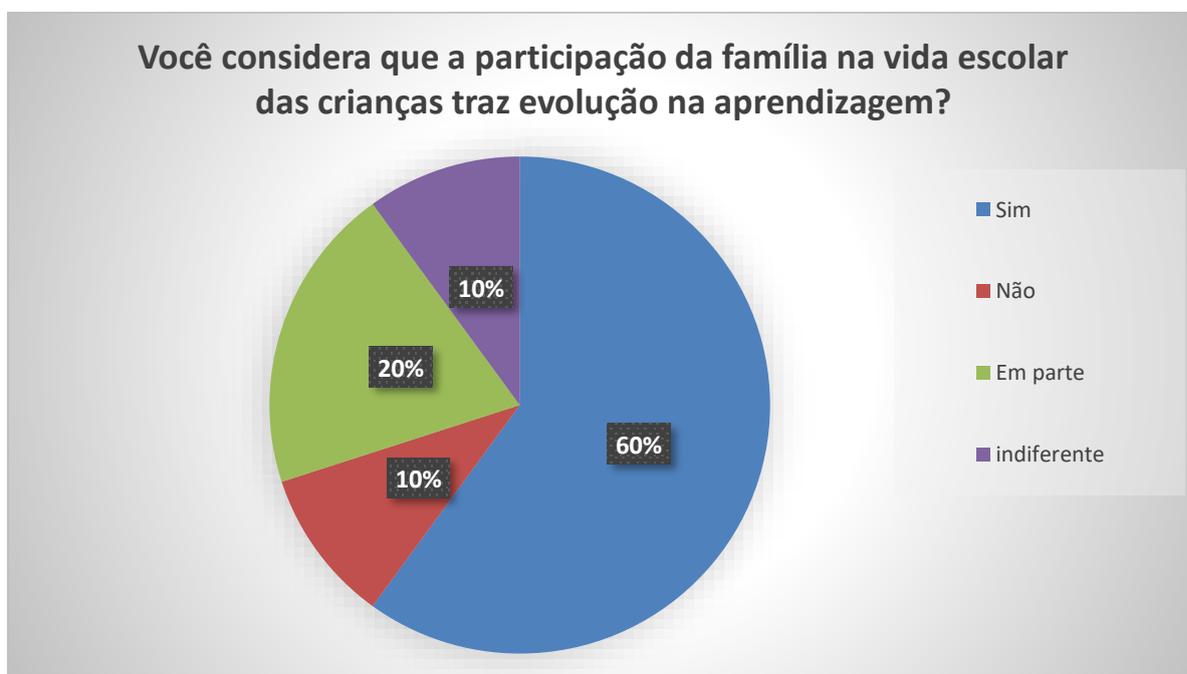


Gráfico 5- A participação da família na vida escolar- Visão professores. Fonte: A Autora (2022)

Pode ser claramente vista que a maioria dos entrevistados (professores)

considera que a participação da família contribui com a evolução da educação e quando se reporta aos pais, o Gráfico 6 destaca a percepção dos pais.

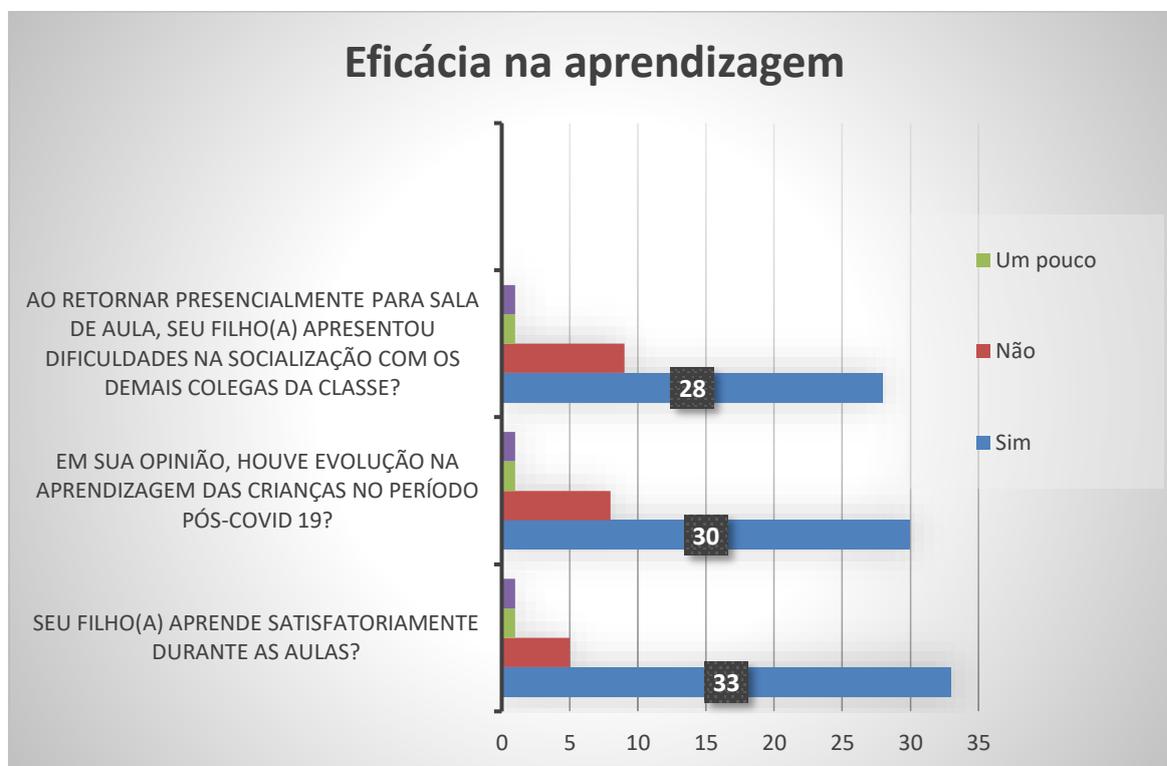


Gráfico 6- A participação da família na vida escolar-Visão pais de alunos. Fonte: A Autora (2022)

Ao ser questionado sobre a eficácia da aprendizagem os pais demonstraram que suas crianças tenham evoluído, ainda que entendam a necessidade em aproximar a escola das práticas da comunidade e a comunidade auxiliando a escola na transição de atitudes e opções de diversificação de aplicação.

Com o apoio da comunidade é possível que a escola se sinta mais acolhida, organizando ações que tragam para o seio escolar a interação e isso pode impactar em ações como a evasão escolar. Então, a questão que trata da importância das aulas dinâmicas para minimizar a evasão escolar reflete que professores e alunos tem a visão parecida quanto a dinâmica de aulas com apelo dinâmico.

Aos pais reserva o direito em conhecer, vivenciar e acolher as necessidades escolares do aluno como sendo um desafio a compor, o fato é que o aluno não pode se sentir desamparado, e que seus saberes trazidos de casa para a escola são seu diferencial.

Segundo Cruz (2018), os saberes populares são chave, quando colocados para o desenvolvimento de habilidades, isso converge com o saber pedagógico de levar o

olhar diversificado ao aluno.

A educação com o aproveitamento das habilidades trazidas do externo valoriza a autoestima do aluno, onde ele passa a ser parte de um sistema que o inclui e o requer como peça viva no processo de transformação.

4.3 Participação da família no cotidiano educacional na formação dos alunos

Pressupõe-se que a escola seja um espaço de estreias e cabe a comunidade escolar experimentar todos os meios que podem subsidiar as transformações. Acerca dos questionamentos da pesquisa, sobre a participação da família no cotidiano da vida dos alunos.

O Gráfico 7 destaca o padrão de respostas de professores sobre a criação de alternativas de acesso da família ao ambiente escolar e assim contribuir para a melhoria da aprendizagem.

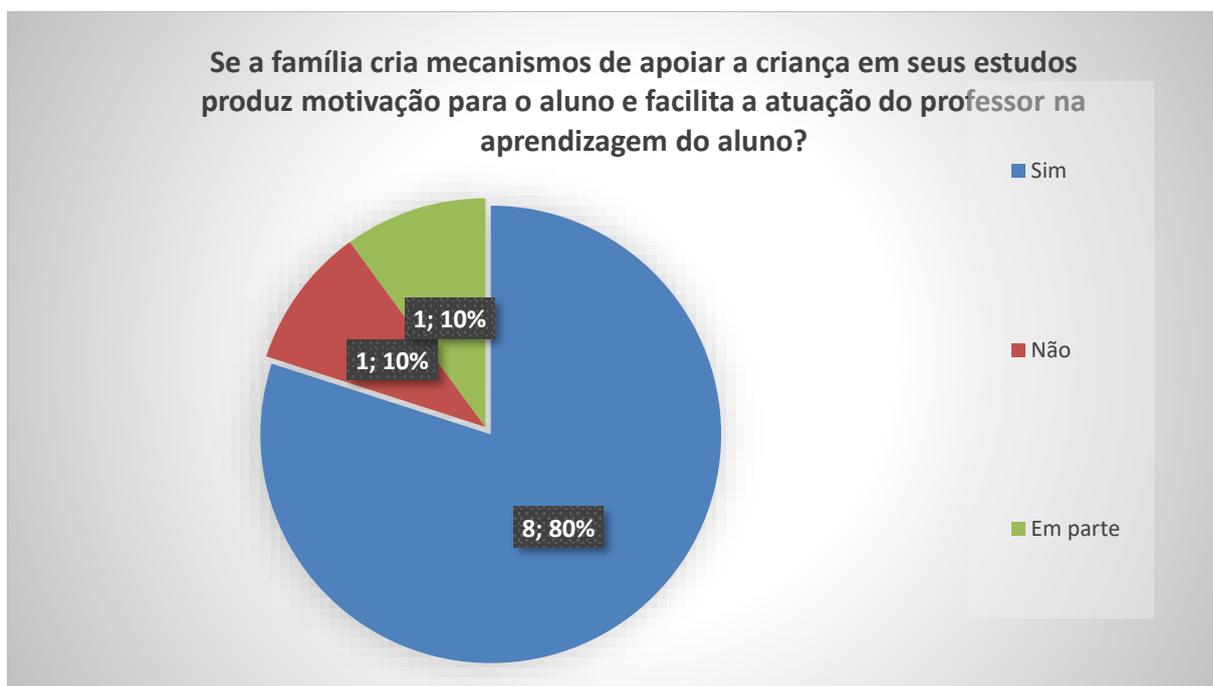


Gráfico 7- A participação da família na aprendizagem. Fonte: A Autora (2022)

Pela apreciação os professores entendem que o sucesso da escola está na integração escola-comunidade onde 80% deles afirmam que a participação da família na escola é um importante diferencial na aprendizagem dos alunos.

O Gráfico 8 descreve, na visão dos professores a questão da organização do espaço escolar para atender a comunidade.

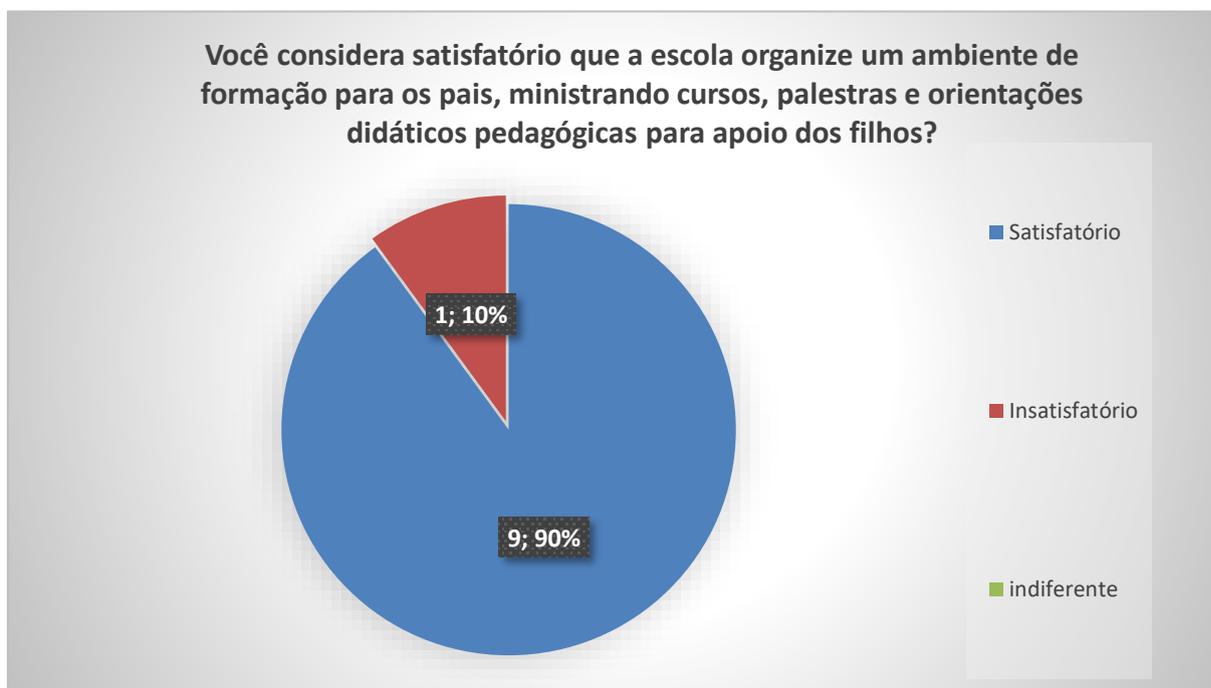


Gráfico 8- Organização do espaço escolar para atender aos pais Fonte: A Autora (2022)

Nesse quesito, os professores demonstraram que a escola precisa organizar os espaços para acolher a família e organizar atividades que possam fazer do entretenimento um ambiente de aprendizagem, como a organização de cursos onde os filhos possam participar em conjunto com os pais, onde uma palestra fale sobre assuntos que muito pai tem dificuldades em falar com os filhos, e assim por diante.

Gondin (2020), cita que a família e a escola são as instituições cabais na socialização das crianças e, de maneira complementar, atuam no processo de ensino aprendizagem dos indivíduos. Existe a imperiosa necessidade do trabalho em conjunto, mas foi possível observar, no decorrer da pesquisa, as dificuldades de comunicação entre a família e a escola na comunidade, com a ausência da maioria das famílias no ambiente escolar.

Quando a discussão é direcionada para os pais acerca das possibilidades de um apoio mais integral para a escola suas respostas traduzem a tomada de consciência dos pais sobre a participação no ambiente escolar.

Giaretta (2019), destaca que a gestão democrática da escola pública favorece que a família adentre mais, fortemente, no espaço escolar, uma vez que se promove

condições de socialização da família, para isso eles tem que se sentir parte de um processo que soma para o bem comum.

O gráfico 9, destaca uma combinação de respostas dos pais sobre a participação da família no ambiente escolar.

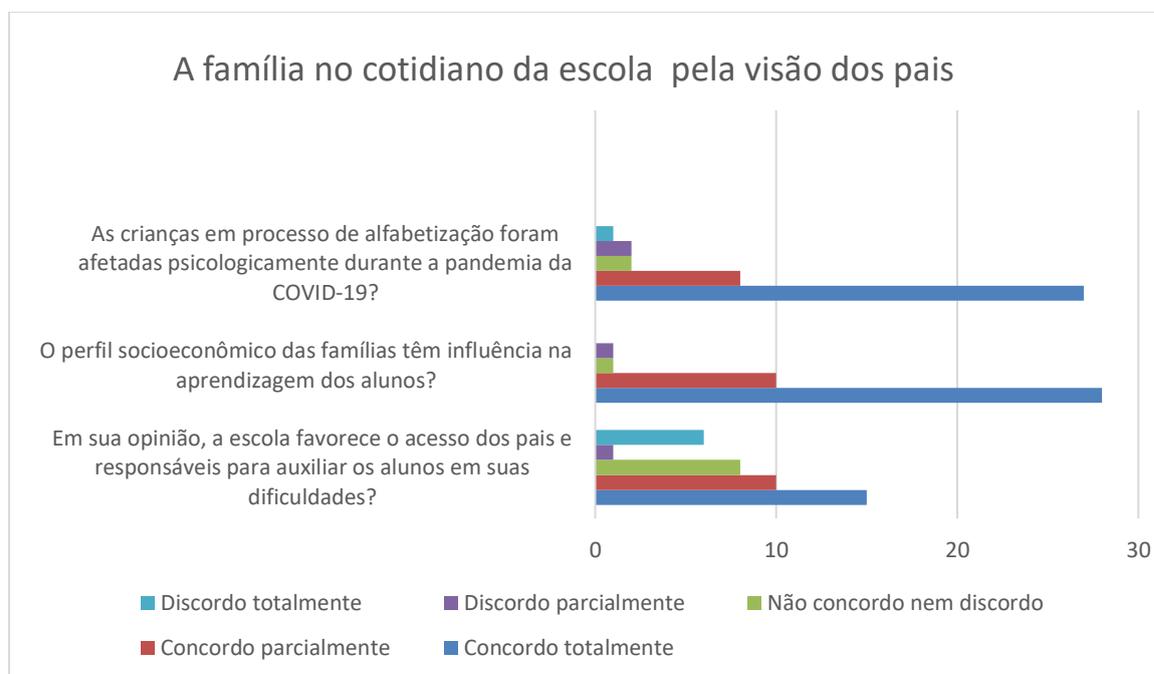


Gráfico 9- A família no cotidiano da escola pela visão dos pais. Fonte: A Autora (2022)

Os pais entendem que a escola é um local de socialização e as crianças passam a ter melhores resultados se é favorecido a presença da comunidade escolar contribuindo na aprendizagem das crianças. Ainda que o haja resistência por parte de alguns para a escola ser um ambiente de acolhimento, os resultados demonstram que se sente a necessidade de trazer para dentro da escola a partilha e a contribuição familiar.

Quanto a aprendizagem das crianças após a covid 19 reflete que a escola precisa aprender a interagir com a falta de interesse dos alunos, e por meio da ação dos pais que se pode favorecer a motivação e que a escola possa assumir nova condição diante dos desafios.

Também, foi indagado sobre a opinião dos professores sobre quais os principais impactos no sistema de ensino na aprendizagem dos educandos com a família sendo um amparo e apoio? E se pediu sugestões para a integração escolar pela partilha de dons. Aos pais foi executada a pergunta sobre a opinião sobre os

principais impactos do sistema de ensino na vida escolar das crianças e como a família pode auxiliar no desenvolvimento dos alunos? A tabela 1 traz a resposta dos professores e pais quanto a contribuição da família no ambiente escolar.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	
Questão	Resposta
Encontra dificuldades em Auxiliar o aluno nas atividades escolares?	Professores - a maioria afirma que sim, que as dificuldades são sanadas à medida que o aluno passa a assumir um papel de comprometimento, caso contrário, é necessário acionar medidas; Pais- a maioria diz que ao ser diagnosticado na escola o problema esperam que a escola dialogue com eles para se ter um alinhamento, os pais querem, na maioria fazer o melhor.
Qual o grau de interesse dos alunos em fazer as atividades escolares?	Professores- Dependendo da motivação os alunos são levados a interagir, por isso se o grupo for conciso, a chance de resultado satisfatório é muito boa. Pais- Muitos pais dizem que o espírito de grupo, consistência do papel dos professores e a presença nas horas de dificuldades fazem os alunos buscarem se encontrar na aprendizagem
Que expectativa tem em relação à escola na gestão democrática?	Professores: Os professores respondem que o regate da autonomia é uma conquista, mas deve-se ser vigilante, pois a educação pode libertar. Pais- Precisamos conhecer essa forma de gestão, mas se for para o bem dos alunos tem que ser incentivado.
Em sua opinião, quais os principais impactos no sistema de ensino na aprendizagem dos educandos com a família sendo um amparo e apoio?	Professores: Com certeza a escola fica mais humanizada, a maioria dos professores citam que já buscam essa interação mais efetiva. Pais- A maioria dos pais afirma que dependendo da reciprocidade e a quebra da distância entre a escola e a família, consegue manter as crianças a uma proteção e encaminhamento assistido.
Qual a sua sugestão para levar a família para dentro da escola sem que isso cause conflito e desvio de finalidade?	Professores: Segundo os professores esse percurso tem que ser identificando a real intenção dos pais, tem pais que podem estar juntos e somar para a aprendizagem, outros, precisam ser trabalhados, isso reflete no comportamento dos alunos. Pais- Assumir o compromisso com seu filho e com a comunidade escolar deve ser o compromisso de todos, não é só o filho de dado indivíduo que tem que estar bem, deve-se pensar no conjunto. Assim, se tem uma escola mais proativa.
Em sua opinião, quais os principais impactos do sistema de ensino na vida escolar das crianças e como a família pode auxiliar no desenvolvimento dos alunos?	Professores: Segundo os professores, a escola ganha com a presença da família e precisa ter estratégia para não deixar ocioso e sem sentido a presença da família, os impactos são os melhores, pois delega vantagens para todos. Pais- Os pais afirmam que é um impulso para outras perspectivas, a escola veste uma roupagem mais adequada quando valoriza as pessoas, que integra valores, a iniciativa ajuda a melhorar o ambiente escolar.

Tabela 1- A participação da família na escola - Fonte: A Autora (2022)

A tabela 1 reúne vários pontos de vista de professores e pais de alunos, sendo

selecionadas as respostas num padrão mais ajustadas para contrapor às condições preconizadas nos objetivos da pesquisa.

Uma situação que gera muita discussão é a utilização de recursos de maneira incorreta como Zuin (2018), fala que é o fim pedagógico o uso do celular em sala de aula, onde relata casos de escolas que o uso do celular foi liberado e que antes era terminantemente proibida.

Assim, até pouco tempo a participação mais efetiva da família na escola era uma anomalia, a escola tinha que manter certa distância e tratar com certo sigilo as ações em sala de aula.

Esse paradigma quebrou, atualmente a escola busca socializar com a família, mas isso ainda não é uma condição geral, muitas escolas, professores e demais pessoas envolvidas na educação criticam a educação migrando para esse formato, pois isso faz perder os vieses tradicionais que a escola conduziu durante o tempo.

Muitas legislações ainda estão em curso, nas discussões, nas consultas públicas, mas já se tem outras possibilidades de uma escola descentralizada no poder de alguns, isso abre a discussão para que diferentes autores possam atuar para que a escola passe a humanizar, mais ainda as práticas pedagógicas, fazendo associar diferentes instrumentos e capacidades para uma educação inovadora com foco na aprendizagem e não na combinação fria de metas forçadas.

A legislação ainda é muito diversificada e cada estado da federação busca uma maneira de se manter protegido, no Amazonas tem lei que proíbe o uso dos celulares em sala de aula, o que deve ser expresso nas entrelinhas que essa proibição ocorre quando o equipamento interfere no aprendizado do aluno, deixando-o fora de foco.

Então não é a questão de usar um celular, ou outro dispositivo durante às aulas, mas o saber que essas ferramentas podem ser melhor aproveitadas se forem inseridas num rol de uma escola integrada.

Existe uma corrente escolar chamada “escola Maker”, essa é uma cultura que socializa o saber com a expressão “faça com suas Próprias mãos”, nesse jogo o ensino vem pela autonomia de fazer participar de um sistema de construção.

A indústria moderna utiliza tecnologias e métodos que podem ser de muita valia na escola, onde a família pode, certamente, interagir, sistemas como SCRUM, Cultura STEAM, Snapchat, Lean Educacional, Kanban, EXtreme Programming (XP), Test Driven Development (TDD), Feature Driven-Development (FDD), Dynamic Systems Development Methodology (DSDM), Adaptive Software Development (ASD) dentre

outros, que potencializam o espírito da construção baseada na filosofia da agilidade, tanto que essas metodologias são ditas ágeis, que trazem outras perspectivas para a escola. Levar a família para a escola é também potencializar o ambiente com possibilidades reais, já experimentadas em outras profissões e que passa a ser um diferencial na educação para facilitação do processo ensino aprendizagem.

A sociedade acolhe as campanhas e os movimentos que a educação é uma forte aliada das diretrizes de base para modificar os processos. Historicamente, tem-se buscado os melhores caminhos para a integração, já são séculos que se delineia possibilidades que acertam ou que retraem, mas a construção vem se alicerçando como um organismo vivo.

A atitude que se espera do estado é que a legislação que concerne a melhoria do ensino, é que a escola passe a computar as verdades internas, pois as metas ajustadas não colaboram para a aprendizagem dos alunos, pelo contrário, causam desrespeito em várias instâncias.

A saber, a escola em si, não é o espaço físico do prédio onde se instala as salas de aula, a escola é a união de esforços de pais, alunos, professores e o conjunto em si para respaldar um estudante detentor de conhecimento ou não, capacitado ou vítima de si e de um sistema, o certo é que a escola tem suas linhas de atuação e responde por aquilo que é planejado para existir.

A escola militarizada, por exemplo apresenta bons resultados, mas quase sempre os professores que lá atuam são os mesmos que atuam nas escolas regulares e o porquê de resultados tão controversos? O que ocorre é a questão da identidade escolar, com o sistema de gestão que valorize as competências, que se permita reconfigurar pela adesão social e a escola cresce se for tratada como um organismo que vive pelas atitudes.

5 CONCLUSÃO

A participação da família na escola é um salto de realidade que no percurso histórico deveria ter sido aprimorado pela necessidade de integração. Sabe-se que até no final do século XX a educação inicial era feita no convívio familiar, pela falta de professores, principalmente nas regiões rurais e periferias de cidades, aqueles que detinham algum conhecimento da leitura, escrita e matemática, passavam a associar com as crianças seus saberes e essa vertente era conduzida, na sua maioria por mulheres, exatamente de onde se tem a herança do termo “TIA” para a professora.

É que a maioria das educadoras nessa fase eram mulheres, que reuniam a família e aplicavam as primeiras lições da vida das crianças. Por essa vertente, já se tinha um papel crucial da família no processo ensino aprendizagem. Quando se faz um percurso pela educação brasileira e sua construção, a passagem do tempo e das formas de governo, nesse percurso pouco foi feito para que a educação se tornasse formadora de cidadania, o que o estado fomentou foi uma escola de iniciação e capacitação de mão de obra e obediência.

Esse modelo atualmente é consistente nos dias atuais, com a escola mascarada à vista da política partidária e se perde tentando inibir a capacidade criativa e a autonomia do sistema. A escola escolhida para o estudo tem um perfil que mostra essa falta de autonomia em se encorajar para atuar e sobressair de diagnósticos medianos que se mantém a anos sem que atitudes consistentes sejam tomadas para sair dessa situação deprimente.

Como a proposta nesta tese foi averiguar a critério de informação dos direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola, favorecendo o processo ensino aprendizagem em alunos do ensino fundamental em escola pública municipal em Manaus -AM no ano letivo de 2023.

Se percebe que os vícios e as dificuldades arranjadas de maneira estratégicas ainda reinam na maioria das escolas, onde a comunidade é consultada e referenciada de maneira plástica, dando só a noção de feito, mas que na prática se tem modelado um propósito apaziguado. A escola precisa se libertar dessas amarras e fazer validar o pensamento, a causa pela a aprendizagem concisa e a liberdade de expressão.

Como os objetivos específicos buscaram contextualizar sobre os direitos e deveres e sanções jurídicas prevista no ordenamento jurídico brasileiro, foi feito um levantamento de informações que fez um passeio na história, identificando as

diferentes configurações que a educação passou no percurso de sua história.

Voltada a realidade local, o estudo, por meio das coletas e aplicações de instrumentos convocou os familiares de alunos do ensino fundamental para a participação das palestras informativas sobre os direitos e deveres e sanções jurídicas prevista no ordenamento jurídico brasileiro; orientando sobre a importância da participação das famílias no processo ensino aprendizagem.

Essa vertente, durante muito tempo tem sido conduzida de maneira velada, com a participação exclusiva de pessoas escolhidas para creditar realização nos modelos realizados e isso não pode ser perpetuado. A escola, mantendo os quesitos de segurança e respeito deve priorizar a participação da família na escola fazendo integrar valores, fazer exemplificar, trazendo para o contexto escolar diferentes alternativas de aplicação e posturas.

Assim diante de diferentes desafios, a iniciativa mais preponderante é criar mecanismos objetivando trabalhar a participação da família no cotidiano educacional na formação dos alunos, isso traz a educação que soma a experiência, que desperta as habilidades e se reconfigura para a socialização do saber, da integração de pessoas e as leis e as ordenações passem a ser um instrumento norteador, que tenha o caráter punitivo, mas que não seja necessário devido ao relacionamento escola família de maneira consistente e construtivo .

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Bianca Araújo de. O processo de cumprimento na medida socioeducativa de internação aplicável as adolescentes em São Luís-MA. 2020.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARAÚJO, V. N. DE M. Evasão Escolar Na Educação de Jovens E Adultos: Um Estudo de Caso de Uma Escola Municipal De Dias D'ávila–Bahia.2020.
- ARCANJO, Fernanda; HANASHIRO, Midori. A história da educação no Brasil. São Paulo: Biblioteca, v. 24, 2010.
- ARCEGA, Van Wilpe, Patrícia Faya. Relação família e escola e sua influência na aprendizagem da criança: uma revisão de literatura integrativa. Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental, v. 7, n. 1, p. 29-42, 2018. Arroyo (1988),
- BAPTISTA, Carla; DA SILVA, Marisa Torres; FERREIRA, Allan Herison. Big Show Cristina Ferreira: emoção e entretenimento na televisão popular portuguesa. Media & Jornalismo, v. 20, n. 37, p. 165-183, 2020.
- BARELA, Patrícia Camila. A importância da educação na construção de uma sociedade mais justa. Revista Jus Navegandi. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/69263/a-importancia-da-educacao-na-construcao-de-uma-sociedade-mais-justa> >. Acesso em: 25 set. 2022.
- BATISTA, N. L., FELTRIN, T., CASSO, M. S., DA SILVA ROUBUSTE, L., & BECKER, E. L. S. Reflexões sobre as tecnologias de informação e comunicação na escola pública por um viés autobiográfico. Research, Society and Development, 8(6), e13861029. 2019.
- BISPO, Ana Carolina Kruta de Araújo. Proposta de um sistema de aprendizagem à luz da abordagem experiencial: um estudo em cursos de mestrado profissional na área de Administração. 2015.
- BISSOLI, S.C.A. Evasão escolar: o caso do Colégio Estadual Antonio Francisco Lisboa.2010, p. 04. Disponível em: . Acesso: 20 SET. 2022
- BOBBIO, Norberto. Era dos direitos. Elsevier Brasil, 2004. Borba (2011),
- BORBA, Pedro dos Santos. O Brasil do império à república: economia e política externa na transação hegemônica mundial. Cadernos de Relações Internacionais, v. 4, n. 1, 2011.
- BOTELHO, Delane; GUISSONI, Leandro. Varejo: competitividade e inovação. Revista de Administração de Empresas, v. 56, p. 596-599, 2016.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. Boitempo Editorial, 2015.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n.º 13, de 24 de setembro de 2009. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Rio de Janeiro, em 24 fev. 1891. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937). Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: . Acesso em: 10 OUT. 2022.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020 : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p. : il.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as leis e diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: em: AAcesso em 25 de Outubro de 2022

CAMPOREZI, Evaldo Luiz; KUHN, Ana Paula. A participação da família na aprendizagem das crianças: um estudo de caso no 3º ano do ensino fundamental. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 12, n. 1, p. 834-854, 2014.

CANTOS, Priscila Kelly. A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuíticos. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

CAUST, Josefina; VECCO, Marilena. O reconhecimento do Patrimônio Mundial da UNESCO é uma bênção ou um fardo? Evidências de países asiáticos em desenvolvimento. Revista do Patrimônio Cultural, v. 27, p. 1-9, 2017. Vainfas (2002)

CERUTTI, R., PIRINEN, E., LAMPERTI, C., MARCHET, S., SAUVE, A. A., LI, W., & ZEVIANI, M. NAD+-dependent activation of Sirt1 corrects the phenotype in a mouse model of mitochondrial disease. Cell metabolism, 19(6), 1042-1049. 2014.

COSTA, Josiane Lima da. Ensino de química: recursos didáticos e metodologias empregadas por professores da rede pública no município de São Bernardo-MA. 2018.

COTRIM, Gilberto. História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1999 Cotrim (1999),

CRUZ, Cláudia Ferreira da; AFONSO, Luís Eduardo. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. Revista de Administração Pública, v. 52, p. 126-148, 2018.

CURY, FÁVERO, HORTA. A Relação Educação – Sociedade - Estado pela Mediação Jurídico-Constitucional. FÁVERO, Osmar (Org.). A Educação nas constituintes Brasileira (1823-1988). 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 81

DA SILVA, Cristiane Martins. O Método de Investigação da Acrasia no Livro VII da ÉTICA NICOMACHEIA de Aristóteles. 2022.

DA SILVA, Virgílio Afonso. Direitos fundamentais. Conteúdo essencial, restrições e, 2009.

DAVIES, Nicholas; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. A evolução das matrículas na educação básica no Brasil: alguns questionamentos. Revista HISTEDBR On-line, v. 20, p. e020016-e020016, 2020.

DE SOUZA, Eneida Maria. Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

DEL PRIORE, Mary. Histórias da gente brasileira. LeYa, 2022.

DEMO, Pedro. Pobreza Política. Campinas: Autores Associados, 1995.

DINIZ, Eduardo Henrique. Comércio eletrônico: fazendo negócios por meio da internet. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, p. 71-86, 1999.

FREIRE, Matheus Guedes. *Qualidade de vida no trabalho*. 2013.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire: 'nós podemos reinventar o mundo'. Obra de Paulo Freire; Série Entrevistas, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer teoria e prática em educação popular*. 1989.

FREITAG, Sandria B. Sacred symbol as mobilizing ideology: The North Indian search for a "Hindu" community. *Comparative Studies in Society and History*, v. 22, n. 4, p. 597-625, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 20, p. 228-248, 2015.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIARETA, Paulo Fioravante; DE FRANÇA BEVILACQUA, Lucineide Feitosa. A gestão democrática da escola pública a partir do olhar dos professores do ensino fundamental. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 9, p. 15267-15280, 2019.

GONDIN, Gilvano Duarte; GONDIN, Kelle Daiana Cardoso; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. Escola e família na Comunidade Turé: um estudo na Amazônia Marajoara. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. e133996724-e133996724, 2020.

JANNUZZI, Gilberta de M. *A educação do deficiente no Brasil*. Autores associados, 2017.

JUNQUEIRA, E., DUTRA, E. V., ZANQUETTO FILHO, H., & GONZAGA, R. P. Efeito das escolhas estratégicas e dos sistemas de controle gerencial no desempenho organizacional. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27, 334-348. 2016.

KAMINSKI, J., SANTOS, D. R. D., GATIBONI, L. C., BRUNETTO, G., & SILVA, L. S. D. Eficiência da calagem superficial e incorporada precedendo o sistema plantio direto em um Argissolo sob pastagem natural. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 29, 573-580. 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 667-688, 2011.

LIMA, Gleiton Luiz de. NISHIKAWA, Taise Ferreira da C. *História do Brasil II*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LIMA, Miguel Ferreira. *Gestão de marketing*. Editora FGV, 2015.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Currículo de ciências em debate*. Papirus Editora, 2016.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. Trad. Luiz Damasco Penna; J. B. Damasco Penna. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

MAKARENKO, A. S. Second lecture on Problems of the Soviet School Education. H.

- Wittig (1976) Pedagogical texts (orig. German). Paderborn, Germany: Schöningh UTB, 1938.
- MAKARENKO, N.; SHUMYATSKY, Pavel. Grupos de Frobenius como grupos de automorfismos. *Anais da Sociedade Americana de Matemática*, v. 138, n. 10, p. 3425-3436, 2010.
- MARIANO, Ari Melo; ROCHA, Maíra Santos. Revisão da literatura: apresentação de uma abordagem integradora. In: *AEDEM International Conference*. 2017. p. 427-442.
- MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. In: FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 507-536.
- MATEUS, Maria Helena Mira; FALÉ, Isabel; FREITAS, Maria João. *Fonética e fonologia do português*. Universidade Aberta, 2016.
- MATOS, Daniel Abud Seabra. Confiabilidade e concordância entre juízes: aplicações na área educacional. *Estudos em avaliação educacional*, v. 25, n. 59, p. 298-324, 2014.
- MÉDICI, Mônica Strege; TATTO, Everson Rodrigo; LEÃO, Marcelo Franco. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. *Revista Thema*, v. 18, p. 136-155, 2020.
- MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. *Ciência & saúde coletiva*, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2010.
- MENDES, Walter et al. Revisão dos estudos de avaliação da ocorrência de eventos adversos em hospitais. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 8, p. 393-406, 2005.
- MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. A influência do ensino de História na educação infantil e formação do aluno. *Educação em Foco*, Edição nº, v. 8, 2016.
- MORAES Carmem Sylvia Vidigal et al. *Formação de Professores do Ensino Médio: Ensino Médio e Formação Integral. Etapa I - caderno I*. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ufmt/site/> Acesso em: 2 de Dezembro de 2022.
- MORAES, Suzana Alves de et al. Prevalência de diabetes mellitus e identificação de fatores associados em adultos residentes em área urbana de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, 2006: Projeto OBEDIARP. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, p. 929-941, 2010.
- MOREIRA, Jessica Pronestino de Lima et al. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, p. 1698-1708, 2015.
- MORIN, Edgar. *Da necessidade de um pensamento complexo. Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 69-77, 2003.
- MOTA, I.; UMEKITA, Lilia F. The effect of C3 depletion on the clearance of *Trypanosoma cruzi* induced by IgG antibodies. *Immunology letters*, v. 21, n. 3, p. 223-225, 1989.
- NASCIMENTO, Luciano Ricardo; KRAEMER, Celso. *Princípios da Educação Anarquista: o Orfanato de Prévost*, 2018. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/trabalhos_17.html. Acesso em dezembro.

- NERI, Marcelo Côrtes. Motivos da evasão escolar. 2009.
- NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação, p. 35-60, 2000.
- OLIVEIRA, Gilvan. A pesquisa como princípio educativo: construção coletiva de um modelo de trabalho. Florianópolis: IPOL, 2009. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=233>>. Acesso em: 27. Marc. 2017.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.
- ONU, Diana et al. Jogando o sistema: Uma investigação das atitudes dos proprietários de pequenas empresas em relação à evasão fiscal, planejamento tributário e evasão fiscal. Jogos, v. 10, n. 4, p. 46, 2019.
- PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 43-59.
- PAIVA, Raquel. O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Mauad Editora Ltda, 2007.
- PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos. 6. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003
- PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: Teoria e Questão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010
- PANDOLFI, Dulce Chaves et al. Repensando o estado novo. 1999.
- PIAGET, Jean. Comentários sobre as observações críticas de Vigotski. 1979.
- PIAGET, Jean; BRAGA, Ivette. Para onde vai a educação?. J. Olympio, 1973.
- PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz.. Revendo o ensino de 2º Grau: propondo a formação de professores, 1992.
- PIRES, Maria do Rosário Tavares. O papel da expressão plástica no contexto da educação formal: o contributo do serviço social. 2021. Dissertação de Mestrado.
- PORTO, Edward et al. Isolamento de Conidiobolus coronatus (Costantin) Batko, 1964, de amostras de terra com e sem detritos vegetais. An. bras. dermatol, p. 303-7, 1987.
- PORTO, Marcelo Firpo; SOARES, Wagner Lopes. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. Revista brasileira de Saúde ocupacional, v. 37, p. 17-31, 2012.
- PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. Revista Lumen-ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 4, 2018.
- QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira; QUEIROZ, Jamerson Viegas; HÉKIS, Hélio Roberto. Gestão estratégica e financeira das Instituições de ensino superior: um estudo de caso. 2011.
- RAMOS, Antonia Jorgeane Silva et al. Evasão Escolar No Ensino Médio Do Colégio Estadual São Geraldo No Município De Santa Terezinha De Goiás (2011-2013). 2015.
- REVISTA EDUCAÇÃO. Ensino Médio em Avaliação. Editora Segmento Ltda, 2011.

Disponível em: . Aceso em 20 de ago de 2022.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: FARIA. Luciano Mendes Filho ; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 79-94

RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Gestalt-terapia: refazendo um caminho. Summus Editorial, 2021.

RIBEIRO, M. L. S. História da Educação Brasileira: A Organização Escolar. 12. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992

SAMPAIO, José Adércio Leite. Princípios de direito ambiental. Editora del Rey, 2003.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação Brasileira. In: STHEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Câmara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. I- Século XVI-XVIII. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação Profissional. In: FARIA FILHO. Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.p.205-224.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MORTIMER, Eduardo Fleury. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de ciências. Ciência & Educação (Bauru), v. 7, p. 95-111, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 2.ed. rev. e ampl. Campinas- SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Educação & Sociedade, v. 28, p. 1231-1255, 2007.

SCHIAVINI, Janaina Mortari; GARRIDO, Ivan. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. Revista ADM. MADE, v. 22, n. 2, p. 01-12, 2018.

SCHROER, Joice; RECK, Janriê. Diferenças Jurídicas entre a Formulação e a Implementação da Política Pública de Saúde. Direito Público, v. 19, n. 103, 2022.

SILVA, MONICA RIBEIRO DA. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em revista, v. 34, 2018.

STEPHANOU, Maria; CAMARA Maria Helena (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SZYMANSKI, David M.; HENARD, David H. Satisfação do cliente: uma meta-análise da evidência empírica. Revista da Academia de Ciências do Marketing, v. 29, n. 1, p. 16-35, 2001.

TEIXEIRA, Ana Claudia C. Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. Annablume, 2003.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. Histórias e

memórias da educação no Brasil, v. 2, p. 78-90, 2005.

VEIGA, Rosane Ferreira et al. Qualidade de vida no trabalho: contexto de atuação profissional e carreira docente. *Pensar a Prática*, v. 20, n. 2, 2017.

VELOSO, Danyelle Lorrane Carneiro et al. Anticoncepção de emergência: conhecimento e atitude de acadêmicos de enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 35, p. 33-39, 2014.

VILLELA, Heloisa de O.S. O Mestre - Escola e a Professora FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.95-134

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ZIBAS, Dagmar M. L. A reforma do ensino médio no ano de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. In: PARDAL, Luiz; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos (orgs.). *Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 17.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. O celular na escola e o fim pedagógico. *Educação & Sociedade*, v. 39, p. 419-435, 2018.

ANEXOS

CARTA DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Para:

Ilma. Sr^o

Gestor da EML- ANTHISTENES PINTO

MANAUS -AMAZONAS

Solicito através desse a possibilidade de autorizar a aluna Enedina Benício de souza a desenvolver o trabalho de pesquisa na Escola Municipal de Educação do ensino Fundamental Anthetenes Pinto, a fim de recolher informações para a conclusão da tese de Doutorado em Ciências da Educação. Certos de que estas informações serão de grande valia para o currículo e formação da referida aluna, desde já agradeço antecipadamente a valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marciel Costa de Oliveira

Coordenadora do Polo Manaus- Iranduba

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PROFESSORES

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL ANTHISTENES DE OLIVEIRA PINTO EM MANAUS-AM/BRASIL

Prezados Senhores,

O questionário faz parte do estudo sobre a participação da família na escola, com ênfase na aprendizagem dos alunos, que tem como título: **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA: O Processo Ensino-Aprendizagem na Evolução Educacional e a Relevância do Ensino Público em Manaus-AM**, que está sendo realizado no curso de Doutorado em Ciências da Educação, da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales- FICS -Paraguai, tendo como objetivo geral: averiguar a critério de informação dos direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola, favorecendo o processo ensino aprendizagem em alunos do ensino fundamental em escola pública municipal em Manaus -AM no ano letivo de 2023. Estabelecer uma nova perspectiva para a implementação das propostas de aproximação da família na escola. O levantamento da coleta de dados será utilizado para identificará possíveis conclusões e serão embasadas na literatura, esta pesquisa tem caráter e destinação acadêmica. Desde já, agradeço a sua participação.

Pesquisador (a): ENEDINA BENÍCIO DE SOUZA

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS	
Gênero:	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Prefere não informar
Idade:	<input type="checkbox"/> 21-25 <input type="checkbox"/> 26-30 <input type="checkbox"/> 31-35 <input type="checkbox"/> 36-40 <input type="checkbox"/> 41-45 <input type="checkbox"/> 46-50 <input type="checkbox"/> 51-55 <input type="checkbox"/> 56-60 <input type="checkbox"/> +60
Formação Acadêmica:	<input type="checkbox"/> Ensino Médio – Magistério <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto em Licenciatura <input type="checkbox"/> Ensino Superior em Pedagogia ou Normal Superior <input type="checkbox"/> Ensino Superior Bacharel <input type="checkbox"/> Ensino Superior em outra licenciatura <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
Tempo de atuação na área:	<input type="checkbox"/> Até 5 anos <input type="checkbox"/> 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> 10 a 15 anos <input type="checkbox"/> +20
Disciplinas que ministra:	
Ano/Série em que leciona atualmente:	<input type="checkbox"/> 1º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais <input type="checkbox"/> 2º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais

UTILIZE A ESCALA DE 1 A 5 PARA RESPONDER AS AFIRMAÇÕES ABAIXO:

- (1) Concordo totalmente
- (2) Concordo parcialmente
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Discordo parcialmente
- (5) Discordo totalmente

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – DOMÍNIOS TECNOLÓGICOS					
1. A instituição oferece formação no uso das tecnologias digitais para utilização durante as aulas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Tenho dificuldades para utilizar equipamentos tecnológicos e Mídias digitais (apps, softwares) na gravação e/ou edição de vídeo aulas, ou para aulas ao vivo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Os equipamentos, como internet, Notebook, cadeira, e todo espaço físico são adequados para ministrar as aulas sem nenhum tipo de problema.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – INTERAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA					
4. A interação entre aluno e professor e família fica prejudicada no ensino remoto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. O perfil socioeconômico das famílias influencia na aprendizagem dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Em sua opinião, qual o fator ao lado que mais prejudica a aprendizagem dos alunos nas atividades presenciais e sua extensão?	<input type="checkbox"/> Falta de acesso à internet e aparelhos eletrônicos em casa. <input type="checkbox"/> Falta de espaço apropriado para estudo em casa (excesso de barulho, conversas...) <input type="checkbox"/> Falta de incentivo e cobrança por parte dos responsáveis. <input type="checkbox"/> Falta de motivação e interesse por parte dos alunos.				
7. Com que frequência ocorre o acompanhamento familiar na modalidade do Ensino presencial?	<input type="checkbox"/> Muita frequência <input type="checkbox"/> Frequentemente <input type="checkbox"/> Ocasionalmente <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca				

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – OS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

JURÍDICAS PREVISTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
8. A família tem que estar junto com a escola nas tomadas de decisão quando o aluno causa problema na escola.	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
9. A participação dos pais e responsáveis é um direito da criança e sua participação efetiva faz diferença na aprendizagem do aluno.	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – EFICÁCIA DA APRENDIZAGEM	
10. Você considera que a participação da família na vida escolar das crianças traz evolução na aprendizagem?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em parte
11. Você considera satisfatório que a escola organize um ambiente de formação para os pais, ministrando cursos, palestras e orientações didáticos pedagógicas para apoio dos filhos?	<input type="checkbox"/> Satisfatórios () Insatisfatórios
12. Quando o aluno tem na família um apoio mais significativo, ele consegue ser mais responsável, e evolui no processo educacional.	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO COTIDIANO EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS	
13. Se a família cria mecanismos de apoiar a criança em seus estudos produz motivação para o aluno e facilita a atuação do professor na aprendizagem do aluno?	<input type="checkbox"/> Sim () Não
14. Em sua opinião, quais os principais impactos no sistema de ensino na aprendizagem dos educandos com a família sendo um amparo e apoio?	<hr/> <hr/>
15. Qual a sua sugestão para levar a família para dentro da escola sem que isso cause conflito e desvio de finalidade?	<hr/> <hr/>

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS DE ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ANTHISTENES DE OLIVEIRA PINTO EM MANAUS-AM/BRASIL

Prezados Senhores,

O questionário faz parte do estudo sobre a participação da família na escola, com ênfase na aprendizagem dos alunos, que tem como título: **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA: O Processo Ensino-Aprendizagem na Evolução Educacional e a Relevância do Ensino Público em Manaus-AM**, que está sendo realizado no curso de Doutorado em Ciências da Educação, da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales- FICS -Paraguai, tendo como objetivo geral: averiguar a critério de informação dos direitos, deveres e sanções previstas na lei para o acionamento da participação efetiva da família na escola, favorecendo o processo ensino aprendizagem em alunos do ensino fundamental em escola pública municipal em Manaus -AM no ano letivo de 2023. Estabelecer uma nova perspectiva para a implementação das propostas de aproximação da família na escola. O levantamento da coleta de dados será utilizado para identificará possíveis conclusões e serão embasadas na literatura, esta pesquisa tem caráter e destinação acadêmica. Desde já, agradeço a sua participação.

Pesquisador (a): ENEDINA BENÍCIO DE SOUZA

DADOS PESSOAIS	
Gênero:	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
Idade:	<input type="checkbox"/> 21-25 <input type="checkbox"/> 26-30 <input type="checkbox"/> 31-35 <input type="checkbox"/> 36-40 <input type="checkbox"/> 41-45 <input type="checkbox"/> 46-50 <input type="checkbox"/> 51-55 <input type="checkbox"/> 56-60 <input type="checkbox"/> +60
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Curso de graduação completo <input type="checkbox"/> Curso de graduação incompleto <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
Ano/Série em que o seu filho (a) estuda atualmente:	<input type="checkbox"/> 1º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais <input type="checkbox"/> 2º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais <input type="checkbox"/> 3º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – USO DAS TECNOLOGIAS	
1. Tenho acesso à internet em casa e auxílio o aluno sempre que possível nas pesquisas e atividades?	<input type="checkbox"/> Sim, tenho acesso à internet a partir de dados móveis (pacote de celular) <input type="checkbox"/> Sim, tenho acesso à internet a partir de conexão banda larga <input type="checkbox"/> Sim, tenho acesso à internet a partir de dados móveis e, também, de conexão banda larga <input type="checkbox"/> Não, não possuo acesso à internet
2. Na sua casa seu filho tem acesso a equipamentos que podem favorecer a extensão da escola nas pesquisas de campo?	<input type="checkbox"/> Seu celular (Smartphone) <input type="checkbox"/> Seu computador (Notebook, Desktop, etc) <input type="checkbox"/> Tablet <input type="checkbox"/> Celular de outra pessoa <input type="checkbox"/> Computador de outra pessoa <input type="checkbox"/> Não possuo dispositivos para acesso à internet
3. Na sua opinião, qual a maior dificuldade encontrada no modelo educacional (remoto/domiciliar)?	<input type="checkbox"/> Falta de acesso à internet e aparelhos eletrônicos em casa <input type="checkbox"/> Falta de motivação/ interesse pelos estudos <input type="checkbox"/> Falta de orientação dos professores sobre as tarefas <input type="checkbox"/> Falta de espaço adequado para estudar em casa <input type="checkbox"/> Falta de tempo porque trabalho durante o dia e não posso acompanhar meu filho no horário da aula. <input type="checkbox"/> Cansaço devido ao excesso de atividades escolares
4. Com que frequência você acompanha seu filho nas aulas?	<input type="checkbox"/> Muita frequência <input type="checkbox"/> Frequentemente <input type="checkbox"/> Ocasionalmente <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca
5. Você sente dificuldades em auxiliar a criança nas atividades escolares?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – OS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES JURÍDICAS PREVISTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
6. O acompanhamento das atividades escolares de seu filho, também é um direito assegurado a ele diante da	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente

Lei:	
7. É dever dos pais e responsáveis conhecer mais sobre as leis de apoio a criança e ao adolescente, assim como apoiar em suas dificuldades escolares.	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
8. A família é uma das entidades responsáveis para a formação cidadã dos alunos de uma escola, logo, a formulação do conselho escolar, do PPP da escola e da APMC tem que ser incentivado pela escola a participação da família.	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
9. A evolução da educação brasileira vem incorporando elementos do cotidiano e validando papéis cada vez mais próximo da família, isso fortalece o vínculo família escola.	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA – EFICÁCIA DA APRENDIZAGEM	
10. Seu filho(a) aprende satisfatoriamente durante as aulas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11. Em sua opinião, houve evolução na aprendizagem das crianças no período pós-covid 19?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Um pouco
12. Ao retornar presencialmente para sala de aula, seu filho(a) apresentou dificuldades na socialização com os demais colegas da classe?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Um pouco
13. Em sua opinião, a escola favorece o acesso dos pais e responsáveis para auxiliar os alunos em suas dificuldades?	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
14. O perfil socioeconômico das famílias têm influência na aprendizagem dos alunos?	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
15. As crianças em processo de alfabetização foram	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente

afetadas psicologicamente durante a pandemia da COVID-19?	<input type="checkbox"/> Não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo totalmente
---	--

16. Em sua opinião, quais os principais impactos do sistema de ensino na vida escolar das crianças e como a família pode auxiliar no desenvolvimento dos alunos?
